

**DELINQUÊNCIA JUVENIL: PREDITORES E VARIÁVEIS
ASSOCIADAS À MANIFESTAÇÃO DO COMPORTAMENTO
ANTISSOCIAL**

Fernanda Lüdke Nardi

Tese de Doutorado

Porto Alegre/RS, 2012.

DELINQUÊNCIA JUVENIL: PREDITORES E VARIÁVEIS
ASSOCIADAS À MANIFESTAÇÃO DO COMPORTAMENTO
ANTISSOCIAL

Fernanda Lüdke Nardi

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do Grau de Doutor em Psicologia
sob orientação da Prof^a. Dr^a. Débora Dalbosco Dell'Aglio

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Dezembro, 2012.

*“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo.
Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa.
Por isso, aprendemos sempre”*

Paulo Freire

*“Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo,
qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim”*

Chico Xavier

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a minha família – tio, tia, meus primos que são como irmãos, avôs, avós e cunhado – e à família de meu marido, que se tornou também minha família, por compartilharem maravilhosos momentos ao meu lado. Agradecimentos especiais àqueles que ao longo de toda minha trajetória estiveram bem próximos: minha mãe, Olga, meu pai, Vilson, minha irmã, Bê e meu marido, Gustavo. A vocês que me ensinaram o que é amar e ser amada.

Agradeço à prof^a Dra. Débora Dalbosco Dell’Aglío pela orientação e por muito que me ensinou nesses cinco anos de convívio. À prof^a Dra. Sílvia Helena Koller pelas contribuições feitas ao meu trabalho enquanto relatora desta tese. Às professoras Dra. Simone Gonçalves de Assis, Dra. Simone dos Santos Paludo e Dra. *Janaína Thaís Barbosa Pacheco* pelas trocas e sugestões importantes para a realização desse estudo.

À Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) pelo acolhimento e experiências proporcionadas. À Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) e à equipe do Programa de Oportunidades e Direitos (POD) pela possibilidade de realização desta pesquisa e pelo auxílio durante a realização da mesma.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pelas aprendizagens.

A todos os integrantes do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência (NEPA) pelos momentos compartilhados, tanto momentos de estudo como de descontração. Agradecimentos especiais aos bolsistas, Guilherme Jahn, Raquel Henkin e Daniele Penno, pois sem eles essa pesquisa não teria se tornado possível.

Aos adolescentes que participaram desse estudo e a todos aqueles que passaram ou passam pela experiência de cumprir uma medida socioeducativa. Em vocês e para vocês que pensei ao escrever cada palavra.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	01
LISTA DE FIGURAS.....	01
RESUMO.....	02
<i>ABSTRACT</i>	03
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO.....	04
CAPÍTULO II - Perfil de Adolescentes em Medidas Socioeducativas com Privação de Liberdade no Sul do Brasil	07
Resumo.....	07
<i>Abstract</i>	07
<i>Resumén</i>	08
Método.....	11
Resultados e Discussão.....	12
Considerações Finais.....	22
CAPÍTULO III – Preditores da Manifestação do Comportamento Antissocial em Adolescentes.....	24
Resumo.....	24
<i>Abstract</i>	24
Método.....	27
Participantes.....	27
Instrumentos.....	27
Procedimentos e Considerações Éticas.....	28
Análise de Dados.....	29
Resultados.....	29
Discussão.....	33
Considerações Finais.....	36

CAPÍTULO IV – Trajetória de Adolescentes em Conflito com a Lei após Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Fechado.....	38
Resumo.....	38
Introdução.....	39
Método.....	42
Delineamento e Contextualização.....	42
Participantes.....	43
Instrumentos.....	43
Procedimentos e Considerações Éticas.....	43
Análise de Dados.....	44
Resultados.....	45
Discussão.....	48
Considerações Finais.....	51
 CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 53
Dificuldades e Limitações da Tese.....	60
Sugestões para Futuras Pesquisas.....	61
 REFERÊNCIAS.....	 63
 ANEXOS.....	 73
Anexo A. Carta de Aceite do Comitê de Ética	73
Anexo B. Termo de Concordância da Instituição.....	74
Anexo C. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos Pais ou Responsáveis.....	75
Anexo D. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos Adolescentes	76
Anexo E. Questionário da Juventude Brasileira.....	77
Anexo F. Ficha de Dados - FASE.....	92
Anexo G. Cartilha: Vida de adolescente: Você sabe se proteger? Conhecendo um pouco os adolescentes que vivem em diferentes contextos: Jovens em cumprimento de medida socioeducativa.....	93

LISTA DE TABELAS

Capítulo II

Tabela 1. Características gerais dos adolescentes em cumprimento de medida em regime fechado	14
Tabela 2. Características referentes ao uso de substâncias psicoativas	16
Tabela 3. Ocorrência de eventos estressores e suicídio	18
Tabela 4. Chances percebidas pelos adolescentes quanto aos planos para o futuro	20

Capítulo III

Tabela 1. Comparações de médias entre os grupos para as variáveis investigadas	30
Tabela 2. Associação entre grupo e comportamentos antissociais	30
Tabela 3. Correlações entre as variáveis do estudo	31
Tabela 4. Modelo de regressão múltipla explicando comportamento antissocial	32

Capítulo IV

Tabela 1. Trajetória dos adolescentes em conflito com a lei	46
Tabela 2. Resultados das Variáveis Contextuais por Grupo.....	47
Tabela 3. Resultados das Variáveis Pessoais por Grupo	47

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Modelo de mediação testado	33
--	----

RESUMO

Esta tese investigou variáveis contextuais e pessoais presentes na vida de adolescentes em conflito com a lei, a partir de três estudos empíricos: o primeiro estudo apresenta um perfil dos adolescentes que cumpriam medida em regime fechado na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE); o segundo investigou variáveis preditoras do comportamento antissocial, a partir dos dados de 142 adolescentes em conflito com a lei e 691 estudantes de escolas públicas de Porto Alegre, RS; e o terceiro estudo, de caráter longitudinal, avaliou as diferentes trajetórias seguidas pelos participantes após a internação na FASE. Os resultados revelaram a presença de fatores de risco nos contextos de inserção dos jovens autores de ato infracional, tais como violência intra e extrafamiliar, uso de drogas e exposição a eventos estressores. Apesar de todas as variáveis investigadas terem apresentado correlação significativa com o comportamento antissocial, apenas as variáveis grupo (escolares *versus* conflito com a lei), eventos estressores, sexo e uso de drogas mostraram-se como preditores, explicando 66,5% do comportamento avaliado. Quanto às trajetórias, observou-se níveis mais elevados em relação à autoestima no grupo de jovens reinseridos socialmente, enquanto o grupo de reincidentes apresentou níveis mais altos de uso de drogas. Destaca-se que novos estudos, bem como intervenções com essa população, devem focar variáveis tanto individuais quanto ambientais.

Palavras-chave: adolescente em conflito com a lei; fatores de risco; fatores de proteção; comportamento antissocial

ABSTRACT

This thesis investigated personal and contextual variables in the lives of adolescents in conflict with the law, based on three empirical studies: the first study presents the profile of adolescents taking a socio-educative measure deprived of freedom in the Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE); the second one investigated predictors of antisocial behavior, based on data obtained from 142 adolescents in conflict with the law and 691 students attending public schools in Porto Alegre, RS; finally the third study, longitudinal, evaluated the different paths followed by the participants after they left FASE. The results showed the presence of risk factors in the context of adolescent offenders, such as intra and extra-familial violence, drug use and exposure to stressful events. Despite the fact that all the variables investigated showed a significant correlation with antisocial behavior, only variables such as group (students versus conflict with the law), stressful events, sex and drug use were identified as predictors, explaining 66.5% of the rated behavior. Regarding trajectories, we observed higher levels in self-esteem within the group of youths which have been reintegrated socially, while the group of recidivists reached higher levels of drug use. It is emphasized that further studies and interventions with this population should focus on both individual and environmental variables.

Keywords: adolescent in conflict with the law; risk factors; protective factors; antisocial behavior

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

Este estudo dá continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido sobre a temática do adolescente autor de ato infracional, que iniciou desde o curso de graduação, através da realização de estágio voluntário em uma clínica que prestava atendimento a adolescentes em conflito com a lei usuários de drogas. Em 2008 e 2009, durante o mestrado, foi desenvolvida a dissertação, que investigou o ambiente familiar e o significado da medida socioeducativa para jovens que cumpriam medida em meio aberto. Em 2010, foi dado início à pesquisa relacionada à tese de doutorado. Essa tese, por sua vez, teve como participantes jovens que cumpriam medida em meio fechado e teve, como objetivo geral, investigar, além da família, os variados fatores de risco e de proteção presentes na vida desses jovens. O trabalho desenvolvido permitiu compreender a complexidade que envolve a temática da delinquência juvenil.

A tese de doutorado foi realizada concomitantemente ao trabalho como psicóloga na Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), na Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), junto ao CREAS Restinga e Extremo Sul, localizado na região sul de Porto Alegre. Neste período ocorreu a reestruturação da assistência social de acordo com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS foi preconizado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a qual deve ser organizada pelo sistema público, a partir de um modelo de gestão participativa e descentralizada. O SUAS, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), dividiu a assistência social em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) (<http://www.mds.gov.br>). Ao todo, existem 22 CRAS e 09 CREAS na cidade de Porto Alegre. De acordo com o MDS, o CREAS configura-se como uma unidade pública e estatal, que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, entre outros). Assim, desde 2010, o trabalho próximo a essa população de jovens possibilitou uma integração entre os aspectos teóricos investigados no trabalho de pesquisa da tese e a prática, através da intervenção junto aos adolescentes.

Em todo o trabalho da tese foi considerado de forma especial o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), o qual se constitui em uma lei brasileira que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. De acordo com o ECA, indivíduos menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis e, por isso, ficam sujeitos às medidas previstas pelo

estatuto. A idade deve ser considerada a que o jovem tiver na data do ato infracional. Devido esse aspecto, este estudo contou com alguns participantes maiores de 18 anos. As medidas socioeducativas previstas pelo ECA para adolescentes que cometem atos infracionais são advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade (PSC), liberdade assistida (LA), inserção em regime de semi-liberdade e internação em estabelecimento educacional, com privação de liberdade. A medida aplicada ao adolescente, conforme o artigo 112, parágrafo 1º, deve levar em conta a capacidade do jovem em cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. Nesta pesquisa, participaram jovens que cumpriam a medida de internação, ou seja, em meio fechado. Essa medida não deve exceder o período máximo três anos e, ao completar 21 anos, o jovem deve ser liberado compulsoriamente (ECA, 1990).

Com o objetivo de investigar variáveis contextuais e pessoais presentes na vida dos adolescentes em conflito com a lei, essa tese dividiu-se em três estudos empíricos: o primeiro corresponde a um levantamento do perfil dos adolescentes que cumpriam medida em regime fechado na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE), o segundo investigou variáveis preditoras do comportamento antissocial e o terceiro estudo, de caráter longitudinal, avaliou as diferentes trajetórias seguidas pelos participantes após a internação na FASE.

Esse trabalho faz parte de um estudo maior intitulado “Adolescência em Diferentes Contextos: Família e Institucionalização”, o qual tem como objetivo geral avaliar longitudinalmente características pessoais e familiares de adolescentes em diferentes contextos (família, instituição de proteção e instituição para cumprimento de medidas socioeducativas), observando a presença de fatores de risco e de proteção. A importância de estudar a presença desses fatores na juventude se deve ao fato de que o processo de formação do adolescente depende de diversas variáveis biológicas, psicológicas e sociais que fazem parte do contexto de vida desses indivíduos (Garbarino, 2009). Essa tese teve como foco a amostra de jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Porém, ressalta-se que, por fazer parte desse estudo maior, foi possível também utilizar a amostra aleatória de adolescentes de escolas públicas, permitindo assim a realização de análises mais robustas.

Os aspectos éticos que garantem a integridade dos participantes foram assegurados de acordo com legislações brasileiras, tendo como base a Resolução nº 196 (Ministério da Saúde, 1996) e o ECA (1990). O projeto do estudo maior foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (protocolo nº 2009060, Anexo A). Após a aprovação, foi realizado contato com a Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) e com a Secretaria de Educação Estadual, solicitando concordância para a realização do estudo

(Termo de Concordância da Instituição - Anexo B). Nas escolas, foi solicitado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos pais (Anexo C). Os jovens que concordaram em participar do estudo também assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo D). Os adolescentes das escolas responderam ao Questionário da Juventude Brasileira Versão II (Dell’Aglia, Koller, Cerqueira-Santos, & Colaço, 2011 - Anexo E). Os adolescentes que cumpriam medida socioeducativa na FASE responderam a um questionário da Juventude Brasileira reduzido, composto por 47 questões, e também a uma Ficha de Dados (Anexo F).

O primeiro capítulo de estudo empírico da tese, intitulado “Perfil de adolescentes em medidas socioeducativas com privação de liberdade no sul do Brasil” apresentou um levantamento das principais características dos adolescentes internados na FASE. Envolveu uma pesquisa quantitativa e transversal que buscou traçar um perfil desses jovens quanto à escolaridade, uso de drogas, exposição a eventos estressores, expectativas de futuro, entre outros.

O capítulo “Preditores da manifestação do comportamento antissocial em adolescentes” investigou os preditores e as variáveis associadas ao comportamento antissocial em adolescentes. Nesse estudo, participaram dois grupos de jovens: 142 adolescentes em conflito com a lei e 691 estudantes de escolas públicas. Dentre as variáveis investigadas estão a exposição à violência intra e extrafamiliar, o uso de drogas, a exposição a eventos estressores e a percepção acerca do relacionamento familiar.

O capítulo “Trajetória de adolescentes em conflito com a lei após cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado” analisou as trajetórias de adolescentes após cumprimento de medida socioeducativa de internação, através de um estudo quantitativo e longitudinal. Os participantes foram divididos em quatro grupos, sendo que foram analisadas algumas variáveis, tais como autoestima e uso de drogas, a fim de observar as diferenças entre os grupos de adolescentes que reincidiram no cometimento de delitos e adolescentes que, de alguma forma, foram reinseridos socialmente.

O capítulo final da Tese apresenta uma integração dos três estudos realizados a fim de obter uma conclusão geral sobre a pesquisa. Além disso, limitações do estudo e sugestões para novas pesquisas são apresentadas.

CAPÍTULO II - Perfil de Adolescentes em Medidas Socioeducativas com Privação de Liberdade no Sul do Brasil*

Resumo

Este estudo investigou o perfil de adolescentes em conflito com a lei que cumpriam medida socioeducativa em regime fechado nas unidades da FASE-RS, em Porto Alegre. Participaram 143 adolescentes, de 14 a 20 anos ($M=17,23$; $dp=1,19$), que responderam a uma ficha de dados sociodemográficos e um questionário com questões relacionadas a fatores de risco e de proteção. Os dados apontam para a predominância de adolescentes de cor branca e baixa escolaridade, a maioria morava com a mãe e irmãos, 74,8% já vivenciaram a morte de alguém importante, mais de 70% já fizeram uso de drogas e 18,9% pensaram em se matar. Os participantes apresentaram boas expectativas de futuro, mas baixas expectativas quanto a concluir os estudos. Destaca-se a importância do contexto que envolve os adolescentes em conflito com lei, tendo em vista os fatores de riscos presentes na família, na comunidade e na sociedade.

Palavras-chave: adolescente em conflito com a lei; drogas; eventos estressores; expectativas de futuro

Abstract

This study has investigated the profile of young offenders who were in social-educational measure deprived of freedom in the units of FASE-RS in Porto Alegre. The participants were 143 adolescents aged between 14 to 20 years ($M=17.23$; $sd=1.19$), who have completed a sociodemographic form and a questionnaire with questions related to risk and protection factors. Data have pointed out the predominance of white adolescents and low schooling. Most of them lived with the mother and siblings, 74.8% had already experienced the death of someone important, over 70% had already used drugs and 18.9% thought about killing himself. The participants presented good expectations for the future, but low expectations concerning the conclusion of studies. The importance of the context that involves adolescents in conflict with the law is highlighted, considering the risk factors present in the family, community and society.

Key words: young offenders; drugs; stressful events; expectations for the future.

* Artigo escrito em co-autoria com Guilherme Machado Jahn e Débora Dalbosco Dell’Aglío, submetido para Psicologia em Revista

Resumen

Este estudio investigó el perfil de adolescentes en conflicto con la ley que cumplían medida socioeducativa en régimen cerrado en las unidades de la FASE-RS, en Porto Alegre. Participaron 143 adolescentes, de 14 a 20 años ($M=17,23$; $dp=1,19$), que respondieron a la ficha de datos sociodemográficos y un cuestionario acerca de factores de riesgo y de protección. Los datos apuntan para la predominancia de adolescentes de color blanca y baja escolaridad, la mayoría vivía con la madre y hermanos, el 74,8% ya vivenciaran la muerte de alguien importante, más del 70% ya hicieron uso de drogas y 18,9% pensó en suicidarse. Los participantes presentaron buenas expectativas de futuro, pero bajas expectativas cuanto a concluir los estudios. Se destaca la importancia del contexto que envuelve los adolescentes en conflicto con la ley, con miras a los factores de riesgos presentes en la familia, en la comunidad y en la sociedad.

Palabras-clave: adolescente en conflicto con la ley; drogas; eventos estresores; expectativas de futuro.

A elaboração de políticas públicas de prevenção à delinquência juvenil tem sido tema de grande relevância em muitos países, tendo em vista que o ato infracional na adolescência pode acarretar consequências negativas tanto para os jovens como para seu ambiente (Hein, 2004). No Brasil, o adolescente que comete algum tipo de ato infracional fica submetido às medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). No que concerne ao cometimento de atos infracionais, o ECA define diretrizes para a responsabilização dos jovens através de medidas socioeducativas, sempre que o ato infracional for cometido antes dos 18 anos. Essas medidas podem ser cumpridas pelo adolescente tanto em liberdade – como no caso da advertência, da prestação de serviços à comunidade e da liberdade assistida – como em regime de internação – por um período máximo de três anos (ECA, 1990).

Estudos com essa população têm retratado a exposição desses adolescentes a variados fatores de risco. Frequentemente, estes adolescentes estão envolvidos em situações de perigo, como esportes violentos, gangues, uso e tráfico de drogas, crime violento e organizado (Adorno, 2010). Alguns autores têm debatido a questão do adolescente tanto no papel de agressor quanto de vítima, demonstrando a exposição desses jovens a fatores de risco, ao mesmo tempo em que eles mesmos se colocam em risco (Adorno, 2010; Pesce, 2009). Outros fatores que contribuem para gerar consequências negativas no desenvolvimento, e que frequentemente estão presentes nestes casos, são o uso de drogas, a baixa escolaridade e a vivência de distintos eventos estressores (Assis & Constantino, 2005; Gallo & Williams, 2005; Minayo & Deslandes, 1998; Steinberg, Catalano, & Dooley, 1981).

No que se refere ao uso de drogas, Schenker e Minayo (2005) apontam que as mais usadas pelos adolescentes, no Brasil, são o álcool e o tabaco. De acordo com Ferigolo et al. (2004), quanto mais cedo ocorre o início do uso de álcool e tabaco, maior a vulnerabilidade de desenvolver o abuso e a dependência dessas duas substâncias, assim como o uso de drogas ilícitas. O consumo e o uso abusivo de drogas na adolescência podem acarretar uma série de consequências negativas em múltiplos domínios de vida, como, por exemplo, prejuízos nas funções cognitivas (Rigoni, Oliveira, Moraes, & Zambom, 2007); prejuízos no desempenho de habilidades sociais e conflitos interpessoais (Wagner & Oliveira, 2007); delinquência (Anderson, 1999; Minayo, & Deslandes, 1998; Pacheco & Hutz, 2009; Pereira & Sudbrack, 2008), entre outros.

Para alguns autores (Sapienza & Pedromônico, 2005), a adolescência pode ser considerada um período de maior vulnerabilidade também para o impacto de eventos estressores, pois é uma fase do desenvolvimento em que ocorrem mudanças físicas e

psicológicas. Para Groër, Thomas e Schoffner (1992), muitos eventos estressores vivenciados pelos adolescentes estão relacionados à aquisição e à transição de papéis. Em adolescentes mais novos, esses eventos estariam relacionados à adaptação a novos ambientes e a mudanças nas relações com pares. Já no caso de adolescentes mais velhos, os fatores estressores envolveriam questões de separação-indivuação, de relacionamento íntimo e de preparação para a universidade ou para o trabalho.

Uma das possíveis consequências do impacto de eventos estressores, tais como desemprego ou prisão, é a ideação ou tentativa de suicídio (Móscicki, 1997). Em estudo de revisão, Braga (2011) aponta que o suicídio na adolescência tem aumentado nas últimas décadas e tem sido considerado um problema de saúde pública mundial, que traz consequências negativas não apenas para a família da vítima, mas para o meio social no qual o adolescente está inserido. Vermeiren (2003), em estudo de revisão sobre suicídio em adolescentes autores de ato infracional, mostrou que a taxa de ideação suicida é similar entre adolescentes infratores e jovens estudantes, sendo maior a taxa no sexo feminino. Além disso, o autor também explicitou que os fatores de risco para o suicídio em jovens com comportamento antissocial incluem idade, abuso de substâncias, abuso físico e sexual, assim como depressão. Portanto, esses dados mostram que o fenômeno do suicídio não parece ser diferente entre os jovens em conflito com a lei e a população geral de adolescentes.

No entanto, existem fatores de proteção que podem atuar na vida dos jovens em conflito com a lei mediando os riscos e contribuindo para resultados positivos no desenvolvimento. Lodewijks, Ruiters e Doreleijers (2010) ressaltam que a maioria dos estudos sobre preditores de reincidência do ato infracional em adolescentes tem focado nos fatores de risco ao invés de focar em fatores de proteção. Esses autores mencionam ainda que os fatores de proteção mais significativos no que diz respeito à desistência do comportamento antissocial são atitudes positivas frente à escola, suporte social e vínculos saudáveis.

Os projetos de vida, que refletem aspirações e desejo de realizações para o futuro (Nascimento, 2006), assumem grande importância para os indivíduos, sobretudo na adolescência. Os projetos de vida podem ser considerados como fatores de proteção (Costa & Assis, 2006) na medida em que contribuem na prevenção ao ato infracional. Furlani e Bomfim (2010) defendem que uma sociedade que não fornece diretrizes sólidas e saudáveis, para que os adolescentes consigam elaborar projetos de vida, pode levar ao aumento dos índices de violência juvenil. Logo, percebe-se a importância de oferecer aos jovens a perspectiva de projetos de vida positivos.

Sendo assim, estudar o perfil dos adolescentes em cumprimento de medida em meio fechado é importante na medida em que auxilia na criação e no aperfeiçoamento de programas de intervenção junto a esses jovens e suas famílias, tanto nas unidades de internação como nas comunidades. Temas diversos, tais como uso de drogas, suicídio e expectativas para o futuro, que permeiam a vida de alguns desses adolescentes, muitas vezes não são tratados durante o acompanhamento do jovem e da família. Portanto, o objetivo do presente estudo foi analisar o perfil de adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado.

Método

Participaram da pesquisa 143 adolescentes em conflito com a lei que cumpriam medida em regime fechado – internação – nas unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE-RS). Os participantes dessa pesquisa tinham entre 14 e 20 anos ($M=17,23$, $dp=1,19$), sendo que 128 (89,5%) eram do sexo masculino e 15 (10,5%) do sexo feminino. Segundo a Assessoria de Informação e Gestão da FASE-RS, no período de janeiro a maio de 2010, havia 565 meninos internados na instituição e 31 meninas, demonstrando que a amostra representou respectivamente 23% dos meninos e 48% das meninas em cumprimento de medida em regime fechado durante o período da coleta de dados.

Os participantes responderam a uma ficha de dados referente às visitas de familiares, ao ato infracional cometido, ao tempo de permanência na instituição, entre outros, e a um questionário (Questionário de Juventude Brasileira Versão II - Dell’Aglío, Koller, Cerqueira-Santos, & Colaço, 2011), o qual foi reduzido para a coleta de dados na FASE, sendo composto por 47 questões objetivas sobre fatores de risco e de proteção.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (protocolo nº 2009060). A FASE-RS autorizou a realização da pesquisa e foram coletados dados em cinco unidades de internação, sendo uma unidade feminina (a única existente). O critério de seleção dos participantes foi escolaridade mínima de 5ª série e que pudessem compreender adequadamente os instrumentos. Alguns adolescentes com menor escolaridade, mas que desejaram participar, responderam individualmente ao questionário com o auxílio dos pesquisadores. Os adolescentes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a aplicação dos instrumentos foi coletiva, em grupos de 6 a 8 jovens, com duração aproximada de 60 minutos.

Foram realizadas análises descritivas para identificar o perfil sociodemográfico dos jovens. Além disso, foi realizado o teste qui-quadrado para verificar diferenças significativas entre os sexos. Para a presente pesquisa foi utilizada a segunda questão da ficha de dados, referente ao ato infracional cometido, e as questões do questionário referentes aos dados sociodemográficos, situação escolar, uso de drogas, eventos estressores, ideação e tentativa de suicídio, assim como expectativas de futuro. A questão sobre as expectativas para o futuro foi baseada no instrumento construído por Günther e Günther (1998), contendo itens em escala tipo Likert com cinco opções de resposta, nos quais os sujeitos respondiam quais as chances que acreditavam ter de terminar o ensino médio, ingressar em uma universidade, entre outros.

Resultados e Discussão

Os dados levantados apontaram um percentual de meninas cumprindo medida em regime fechado bastante inferior aos meninos. Essa realidade já foi descrita no relatório sobre a situação dos direitos da criança e do adolescente no Brasil (ANCED/Fórum DCA, 2004), o qual mostrou que o universo das medidas em meio fechado é predominantemente masculino, com apenas 6% dos internos do sexo feminino. Esse dado remete a uma reflexão sobre essa diferença entre os sexos. Para Fukuda, Brasil e Alves (2009), questões culturais envolvem o comportamento dos indivíduos segundo o sexo. Garbarino (2009) também indica essa influência, apontando que crenças culturais baseadas na diferença entre os sexos, que justifiquem determinados comportamentos, contribuem para um maior envolvimento de meninos em comportamentos agressivos e externalizantes. Portanto, diferenças sexuais e expectativas de gênero podem influenciar o comportamento dos adolescentes e contribuir no esclarecimento da prevalência de meninos em cumprimento de medidas socioeducativas.

Conforme a Tabela 1, a maioria dos adolescentes internados na FASE era de cor branca (60,1%). Porém, a realidade brasileira é um pouco diferente, conforme relatório da ANCED (Fórum DCA, 2004), com 60% dos adolescentes em cumprimento de medida de internação de raça negra, refletindo a maior vulnerabilidade dos negros em uma sociedade em que são historicamente os mais atingidos pela desigualdade social. Portanto, percebe-se que os resultados quanto à cor, apontados pelo presente estudo, podem estar refletindo uma característica da população da região sul do país. De acordo com censo realizado pelo IBGE em 2010, a região sul e sudeste são aquelas que concentram o maior número de brasileiros de cor branca, sendo que no Rio Grande do Sul 83% da população é de cor branca (IBGE, 2010).

Quanto à escolaridade, a maioria estava entre a 5^a e 7^a séries, o que demonstra uma defasagem escolar quando observada a média de idade dos participantes. Ressalta-se que o critério de seleção, considerando a escolaridade, pode ter levado a um viés na amostra, sendo que a média de escolaridade dos adolescentes em conflito com a lei pode ser ainda menor do que a observada nesse estudo. Essa defasagem pode ser explicada pelo percentual de expulsão da escola (31,5%) e mais ainda pela reprovação escolar (91,6%). Esses dados revelam características que já vêm sendo apontadas por diversos outros estudos, que mostram a baixa escolaridade dos adolescentes em conflito com a lei (Davoglio & Gauer, 2011; Gallo & Williams, 2005; Oliveira & Assis, 1999). Segundo relatório que avaliou a escolaridade dos adolescentes em cumprimento de medida em meio fechado no Brasil, 51% dos jovens não frequentavam a escola quando praticaram o ato infracional e metade dos internos não tinha concluído o ensino fundamental (ANCED/Fórum DCA, 2004).

Tabela 1. Características Gerais dos Adolescentes em Cumprimento de Medida em Regime Fechado

	Variável	Frequência	%
Cor	Branca	86	60,1
	Negra	38	26,6
Escolaridade	1 ^a – 4 ^a série	07	4,9
	5 ^a série	27	18,9
	6 ^a série	35	24,5
	7 ^a série	26	18,2
	8 ^a série	16	11,2
	Ensino Médio	27	18,9
	Expulso da escola	45	31,5
	Reprovado na escola	131	91,6
Mora com	Pai	41	28,7
	Mãe	99	69,2
	Padrasto	18	12,6
	Madrasta	4	2,8
	Irmãos	74	51,7
	Avô	9	6,3
	Avó	16	11,2
	Filhos	6	4,2
	Companheiro(a)	26	18,2

Quando observados os percentuais de membros da família que viviam junto com o adolescente, percebe-se que mais da metade morava com a mãe (69,2%), mas muitos ainda viviam sem essa figura considerada tão importante para o desenvolvimento. De acordo com relatório sobre situação dos jovens em conflito com a lei no Brasil (ANCED/Fórum DCA, 2004), 81% dos adolescentes moravam com a família quando praticaram o ato infracional, porém não foram especificados os membros da família com quem moravam. No presente estudo, apenas 28,7% dos jovens moravam com o pai, sugerindo uma ausência da figura paterna. Esse dado também já foi apontado em outros estudos que revelaram ausência paterna nos lares de jovens infratores (Branco, Wagner, & Demarchi, 2008; Dell’Aglia, Santos, & Borges, 2004). Em revisões de estudos sobre o tema, Eizirik e Bergmann (2004) encontraram que a presença de comportamento antissocial em qualquer membro da família é mais provável

quando o pai é ausente ou não participativo, o que teria potencial para gerar conflitos no desenvolvimento psicológico da criança. Porém, essa influência é discutida, pois enquanto para alguns profissionais da área a influência da ausência do pai constitui-se um fator negativo, outros apontam para uma ausência de influência. De acordo com Eizirik e Bergmann (2004), o que se deve levar em consideração nas situações de ausência paterna no desenvolvimento da criança ou do adolescente é o papel materno. Desse relacionamento pode surgir uma maior ou menor predisposição para os conflitos associados à falta do pai, ou seja, tal relação agiria como mediadora das repercussões dessa ausência na vida emocional dos jovens.

Quanto aos atos infracionais cometidos pelos participantes desse estudo, 34,3% havia cometido assalto, 26,6% estava envolvido no tráfico de drogas e 14,7% havia cometido homicídio. Com percentuais menores, 5,6% dos jovens estava cumprindo medida em regime fechado devido à tentativa de homicídio, 2,1% devido a sequestro e 6,3% estavam envolvidos em outros atos, tais como furto, roubo e porte de arma. Percebe-se que a maioria dos adolescentes internados praticou atos que se constituem em grave ameaça ou violência contra pessoa. Esses dados estão de acordo com o relatório sobre a situação dessa população no Brasil, que mostrou que 29,5% haviam cometido roubo, 18,6% homicídio, 14,8% furto e 8,7% tráfico de drogas. De acordo com o ECA (1990), somente atos infracionais reiterados ou praticados sob grave ameaça ou violência à pessoa constituem-se hipóteses de medida de internação, ou ainda quando tiver sido descumprida de modo reiterado e injustificável medida anteriormente imposta. No caso de outros atos pode-se avaliar a possibilidade de ser cumprida medida em regime aberto, satisfazendo, assim, o direito de adolescentes à convivência familiar e comunitária. Além disso, Muller et al. (2009) ressaltam a severidade da medida de internação, pois retira o adolescente do convívio social e de sua família.

Tabela 2. Características Referentes ao Uso de Substâncias Psicoativas

Variável	f e %			
	Masc	Fem	Total	
Possui familiar usuário de drogas	67 (54%)	10 (66,7%)	77 (53,8%)	
Possui amigo usuário de drogas	115 (92,7%)	12 (80%)	127 (88,8%)	
				Idade de início
Usava bebida alcoólica	93 (87,7%)	11 (73,3%)	104 (72,7%)	M=13,6, dp=1,85
Usava cigarro	75 (72,1%)	11 (73,3%)	86 (60,1%)	M=13,13, dp=2,20
Usava cola, solventes	20 (20,2%)	2 (13,3%)	22 (15,4%)	M=14,23, dp=2,20
Usava crack	19 (19%)	6 (40%)	25 (17,5%)	M=14,83, dp=1,85
Usava maconha*	76 (73,8%)	5 (33,3%)	81 (56,6%)	M=13,82, dp=1,82
Usava cocaína**	62 (59,6%)	4 (28,6%)	66 (46,2%)	M=15, dp=1,5

Nota: * $\chi^2(1)=9,95$, $p=0,002$; ** $\chi^2(1)=4,82$, $p=0,02$

De acordo com a Tabela 2, a maioria dos adolescentes possui algum familiar e algum amigo usuário de drogas. Ressalta-se o elevado percentual de amigos usuários (88,8%), pois, conforme apontam alguns autores, o uso de drogas na adolescência pode estar associado à necessidade de se incorporar ao grupo de amigos (Nardi, 2010; Wagner & Oliveira, 2007). Anderson (1999) mostrou, em estudo com adolescentes infratores, que o uso de drogas acontecia principalmente devido à pressão feita pelo grupo de pares. De acordo com o autor, “drogas e gangs andam juntas”.

A média de idade para o início do uso de substâncias lícitas, álcool e cigarro, foi de 13 anos. O I levantamento sobre os padrões de consumo de álcool na população brasileira, realizado pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), também revelou que o início do hábito de beber ocorre em média aos 13 anos de idade (Laranjeira, Pinsky, & Caetano, 2007), assim como o estudo realizado com adolescentes em conflito com a lei no sul

do Brasil, o qual revelou que a maioria dos usuários iniciou o consumo abusivo entre 13 e 15 anos (Davoglio & Gauer, 2011).

As drogas mais utilizadas pelos adolescentes participantes desse estudo foram o álcool e o cigarro, resultados também já apontados anteriormente (Schenker & Minayo, 2005). Porém, o uso de uma droga ilícita, a maconha, está com percentual quase emparelhado ao das drogas lícitas entre os adolescentes participantes desse estudo, o que demonstra a exposição desses jovens a fatores de risco cada vez mais cedo. Como já apontado anteriormente, as drogas lícitas vêm sendo consideradas porta de entrada para drogas ilícitas. A teoria de progressão do uso de drogas já assinalava que os adolescentes envolvem-se inicialmente com o álcool e o tabaco e progridem para drogas mais pesadas (Kandel, Yamaguchi, & Chen, 1992). A preocupação, no caso dos adolescentes em conflito com a lei, centra-se no fato de que essa escalada no uso de drogas está ocorrendo de forma bastante rápida.

Especificamente sobre os jovens em cumprimento de medida em regime de internação, os resultados desse estudo revelaram que, entre as drogas ilícitas, a mais utilizada é a maconha, seguida da cocaína e do *crack*. Relatório sobre essa população no Brasil apontou que 85,6% dos jovens já eram usuários de drogas antes da internação. As drogas mais citadas foram maconha (67,1%), álcool (32,4%), cocaína e *crack* (31,3%) e inalantes (22,6%) (ANCED/Fórum DCA, 2004). Observou-se diferença significativa entre os sexos para o uso de maconha e cocaína, com percentuais mais altos para os meninos. Porém, não é o que indica a Secretaria de Direitos Humanos (2010), a qual assinala que o uso de álcool, cigarro e maconha são iguais para homens e mulheres. No entanto, é assinalado também que, entre as gangues, as meninas dividem-se entre usuárias e não usuárias de substâncias, ao passo que a maioria dos garotos afirma-se usuária, indicando o maior número de adolescentes do sexo masculino que fazem uso de drogas. Um estudo realizado com 27.990 alunos de ensino fundamental e médio, de 10 a 19 anos, revelou que não houve diferença significativa no consumo de drogas entre meninas e meninos (Tavares, Beria, & Lima, 2004). Esses dados sugerem que as diferenças encontradas nessa amostra podem estar refletindo uma característica específica desses participantes.

Conforme a Tabela 3, mais da metade dos adolescentes vivenciou experiências estressoras em sua vida, como alguém da casa estar desempregado, um familiar estar ou ter estado preso e a morte de alguém importante. O desemprego e a prisão de um membro familiar colaboram para o decréscimo da renda e aumento da pobreza. Além disso, a presença de comportamento antissocial em algum membro familiar pode atuar como importante fator

preditor desse mesmo comportamento em outros membros, principalmente para crianças e adolescentes (Patterson, Reid, & Dishion, 1992). Portanto, percebe-se a exposição dos participantes não só a fatores de risco dentro da própria família, como também a modelos de comportamento antissocial no ambiente familiar.

O evento estressor com maior percentual entre os participantes foi a morte de alguém importante. Deve-se considerar que qualquer perda é acompanhada por perdas secundárias, pois uma morte modifica o contexto no qual o indivíduo está inserido, trazendo outras consequências no seu cotidiano (Domingos & Maluf, 2003). Um estudo que examinou experiências de perda e luto de escolares adolescentes revelou que, dependendo da forma como o jovem lida com a morte, diversos comportamentos e sentimentos podem ser desencadeados, tais como um baixo desempenho escolar, intensa desorientação, raiva, hostilidade, desespero e perda de controle (Domingos & Maluf, 2003). Outro estudo que investigou a frequência e o impacto de eventos de vida estressores em 330 estudantes de 12 a 17 anos revelou que a morte de algum familiar foi um evento de grande ocorrência entre os participantes e que situações relacionadas à perda de membros da família foram consideradas pelos adolescentes com elevado impacto (Kristensen, Leon, D’Incao, & Dell’Aglia, 2004).

Tabela 3. Ocorrência de Eventos Estressores e Suicídio

Variável		f e %		
		Masc	Fem	Total
Eventos	Alguém da casa está desempregado	66	7	73
		(54,5%)	(58,3%)	(51%)
	Alguém da família está ou esteve preso	74	7	81
	(61,7%)	(58,3%)	(56,6%)	
	Alguém muito importante faleceu	95	12	107
		(79,2%)	(92,3%)	(74,8%)
Suicídio	Pensou em se matar*	19	8	27
		(16,1%)	(61,5%)	(18,9%)
	Tentou se matar**	14	6	20
		(15,1%)	(46,2%)	(14%)

Nota: * $X^2(1)=14,77$, $p<0,001$; ** $X^2(1)=7,2$, $p=0,007$

De acordo com Móscicki (1997), a perda de alguém que dá suporte emocional ou material pode contribuir para futuras tentativas de suicídio. Outros autores apóiam essa ideia,

mencionando que a perda de pessoas significativas aumenta consideravelmente a probabilidade de suicídio (Toro, Paniagua, González, & Montoya, 2009). No presente estudo, 18,9% dos adolescentes já pensaram em se matar e 14% já tentaram se matar. Esses dados são similares aos resultados da pesquisa de Morris et al. (1995), realizado com 1801 adolescentes autores de ato infracional, nos Estados Unidos. Essa pesquisa indicou que 20% dos participantes já haviam planejado uma tentativa de suicídio, enquanto que 16% já haviam tentado o suicídio.

Móscicki (1997) aponta que as taxas de suicídio variam de acordo com idade, raça, nível socioeconômico, estado civil e gênero, sendo mais frequente no sexo feminino. Os resultados do presente estudo vão ao encontro desse dado, revelando que as meninas apresentaram um percentual mais elevado do que os meninos nos itens ideação e tentativa de suicídio. O maior número de tentativas entre adolescentes do sexo feminino pode estar relacionado, segundo Bahls e Bahls (2002), ao maior índice de depressão dessa população, já que a literatura aponta que a depressão desempenha um importante papel no comportamento suicida.

Estudos realizados com jovens da mesma faixa etária também mostraram percentuais de tentativa de suicídio maiores entre adolescentes do sexo feminino, numa proporção de três para um (Abasse, Coimbra, Silva, & Souza, 2009; Avanci, Pedrão, & Costa Júnior, 2005). Porém, não é só o gênero que é considerado um fator de risco à tentativa de suicídio, diversos autores assinalam a vivência de outros eventos estressores, como o desemprego, a prisão e o uso de drogas como aspectos relacionados ao suicídio (Braga, 2011; Móscicki, 1997). Portanto, percebe-se que os adolescentes em conflito com a lei, participantes desse estudo, apresentam os fatores de risco relacionados por muitos autores à questão do suicídio, demonstrando a vulnerabilidade a qual estão expostos.

A Tabela 4 apresenta a média de chances percebidas em relação a expectativas para o futuro. A partir dos dados, observam-se maiores expectativas quanto a ter uma família, ser respeitado na comunidade, ser saudável, ter casa própria e amigos que darão apoio. Por outro lado, os participantes apresentaram uma percepção mais negativa no que se refere a entrar na universidade ou mesmo concluir o ensino médio.

Tabela 4. Chances Percebidas pelos Adolescentes quanto aos Planos para o Futuro

Plano	M	dp
Concluir o ensino médio	3,38	1,4
Entrar na universidade	2,64	1,37
Ter emprego que garanta boa qualidade de vida	3,67	1,27
Ter casa própria	4,17	1,22
Ter trabalho que dará satisfação	3,90	1,17
Ter uma família	4,50	0,97
Ser saudável a maior parte do tempo	4,37	0,99
Ser respeitado na comunidade	4,45	0,92
Ter amigos que darão apoio	4,05	1,18

Sobre o projeto de vida “ter uma família”, apontado nesse estudo como a expectativa mais almejada pelos participantes, Gonçalves et al. (2008) apontam que a maioria dos jovens, participantes da sua pesquisa sobre problemas e enfrentamentos na juventude, anunciaram o desejo de constituir família. Com esse projeto, os jovens esperam lograr qualidades que pais e mães podem ter (pais esforçados, mães dedicadas, entre outros) e a superação de adversidades presentes em suas próprias famílias, com uma expectativa de ter uma família no futuro baseada na família atual, embora de maneira idealizada. Relacionado a esse projeto, pode-se pensar que as altas expectativas de ter uma casa própria, demonstrem a busca de consolidação do projeto de vida de ter uma família, que tem na casa a sua concretização (Gonçalves et al., 2008).

Quanto a ser respeitado na comunidade, como aponta Steinberg (1999), a adolescência consiste na gradual assunção de papéis e funções que conferem um *status* adulto. Além disso, para que esse *status* se consolide é necessária a aceitação dos outros adultos. Portanto, ser respeitado na comunidade pode ser reflexo desse movimento natural na adolescência, ilustrados, por exemplo, no discurso de adolescentes do sexo feminino (SDH, 2010; Pantoja, 2003), para quem a maternidade é uma forma de atingir este objetivo.

Ser saudável a maior parte do tempo também apresentou uma média mais alta de expectativas. De acordo com Paredes e Pecora (2004), a conquista da saúde está relacionada ao sentir-se bem, o que influencia a realização social e pessoal dos adolescentes. Porém, embora os participantes apresentem expectativas positivas quanto a ser saudável, muitas vezes manifestam comportamentos contrários, tais como o uso de drogas. Dessa forma, observa-se que os adolescentes nem sempre apresentam um comportamento direcionado ao alcance de

seus objetivos. Por exemplo, esse e outros estudos (Gallo & Williams, 2005; Oliveira & Assis, 1999) apontam altos índices de reprovação e evasão escolar entre adolescentes em conflito com a lei, embora alguns ainda tenham desejo de concluir o ensino médio ou entrar na universidade.

Já o desejo dos participantes em ter amigos que darão apoio está em conformidade com o que alguns autores apontam sobre a importância do grupo de pares na adolescência (Dodge & Gonzales, 2009; Monahan, Steinberg, & Cauffman, 2009). De acordo com Dodge e Gonzales (2009), os pares, juntamente com a família, é um dos contextos mais importantes de socialização. Todavia, o grupo de pares pode ser um fator de risco ao ato infracional e muitas infrações podem ser cometidas nessa relação (Hein, 2004; Nardi & Dell'Aglio, 2010), assim como o uso de drogas ilícitas, já apontado nos resultados do presente estudo. Gonçalves et al. (2008) ressaltam que os amigos são entendidos pelos adolescentes como soluções quando em consonância com os seus projetos, e problemas quando se tornam obstáculo para a consecução de seus objetivos.

Quanto aos dois projetos de vida menos almeçados pelos participantes (entrar na universidade e concluir o ensino médio), ressalta-se a dificuldade que muitos desses adolescentes têm em relação aos estudos, fato apontado por muitos autores (Assis & Constantino, 2005; Gallo & Williams, 2005; Hein, 2004) e observado através dos índices de repetência e expulsão da escola aqui encontrados. Embora os estudos possam ser entendidos como meios de ascensão social e garantia de uma profissão por adolescentes de escolas públicas (Paredes & Pecora, 2004), os adolescentes em conflito com a lei podem se afastar dos estudos justamente em função do trabalho, dado que as urgências de suas vidas lhes cobram dedicação ao trabalho e ao seu sustento – e por vezes de suas famílias – o que compromete os seus planos acadêmicos (Jacobina & Costa, 2007). Por outro lado, o discurso de promoção social por vias ilegais, como o tráfico de drogas, pode contribuir para que haja um descrédito da escola como meio de qualificação profissional (Paredes & Pecora, 2004). Esse discurso pode ser percebido em estudo realizado pela Secretaria de Direitos Humanos com adolescentes pertencentes a gangues (SDH, 2010), pois muitos jovens mencionaram a escola como um espaço de convivência social e não como um projeto de vida em si ou como um meio de atingir projetos de vida. Além disso, em relação ao acesso ao ensino superior, Oliveira, Pinto e Souza (2003) apontam que esse ainda se mantém bastante elitizado, sendo que as camadas populares recebem menos condições de competir por vagas no sistema público de ensino, dificultando o acesso destes jovens à universidade.

Considerações Finais

A partir dos resultados apresentados e discutidos, percebe-se a importância de considerar todo o contexto que envolve um adolescente em conflito com lei, tendo em vista que foi observada a presença de inúmeros fatores de risco, principalmente no contexto familiar. Portanto, torna-se extremamente importante um trabalho mais amplo com esses adolescentes, que envolva a família, a comunidade e os profissionais próximos a essa comunidade, constituindo uma rede de proteção, que forneça apoio, limite e afeto, em contraposição às vivências de violência e risco a que estão expostos.

Entre os diversos aspectos que se constituem em risco para esses adolescentes, ressalta-se a questão do início do uso de drogas lícitas e ilícitas, necessitando de maior atenção por parte de profissionais e políticas públicas para os adolescentes em conflito com a lei. Pode-se pensar no risco do início precoce do uso de drogas, principalmente tendo em vista que o desenvolvimento cognitivo na infância ainda não permite uma avaliação mais clara quanto às consequências de tal comportamento (Priuli & Moraes, 2007). Quanto aos eventos estressores, percebe-se que os eventos presentes na vida dos adolescentes autores de ato infracional possuem potencial de causar impacto negativo, como a prisão de algum familiar ou morte de alguém importante. Além da repercussão negativa sobre o desenvolvimento, Domingos e Maluf (2003), em seu estudo, ainda apontaram a família e a escola, instituições que deveriam dar suporte e proteção, como ineficazes em termos de fonte de suporte para as necessidades resultantes do luto, por exemplo. Percebe-se que os eventos aos quais os adolescentes participantes desse estudo estão expostos são diferentes daqueles apontados por alguns autores (Oliveira & Costa, 1997) como característicos da fase da adolescência. Esses dados podem levar à reflexão de que muitas vezes os adolescentes em conflito com a lei não vivenciam um desenvolvimento visto como próprio da adolescência, pois são surpreendidos com uma ampla variedade de fatores de risco ao longo de suas vidas com os quais precisam aprender a lidar. De acordo com Sapienza e Pedromônico (2005), quando muitas situações de risco se associam, elas dificultam o cumprimento da agenda desenvolvimental, a aquisição de habilidades e o desempenho de papéis sociais adequados.

O fenômeno da violência tem provocado um cenário de crescente preocupação na sociedade, que leva à reflexão sobre a responsabilização dos jovens pelo crescimento da criminalidade e, conseqüentemente, a exigência de penalização ao jovem autor de ato infracional, gerando impactos nas discussões sobre a redução da maioria penal (Almeida & Sousa, 2010). Porém, cabe refletir sobre essa responsabilização do adolescente, tendo em

vista os contextos em que o mesmo está inserido e se desenvolve, e considerar a importância do papel da família, da comunidade e da sociedade como um todo, os quais podem constituir-se em ambientes tanto de proteção como de risco.

CAPÍTULO III – Preditores da Manifestação do Comportamento Antissocial em Adolescentes

Resumo

Este estudo investigou variáveis associadas ao comportamento antissocial em adolescentes. Participaram do estudo 142 adolescentes em conflito com a lei que cumpriam medida socioeducativa de internação e 691 estudantes de escolas públicas do sul do Brasil. Os participantes responderam a um questionário com questões referentes a fatores de risco e de proteção. Foram observadas diferenças significativas entre os grupos na frequência de comportamentos antissociais. Um modelo de regressão linear múltipla com os preditores grupo (escolares *versus* conflito com a lei), sexo, uso de drogas e eventos estressores explicou 66,5% dos comportamentos antissociais avaliados. Por fim, um modelo de mediação mostrou que o uso de drogas não pôde ser explicado por um ambiente desenvolvimental negativo. Destaca-se a importância das variáveis individuais e ambientais para a compreensão do comportamento antissocial na adolescência.

Palavras-chave: Adolescentes em conflito com a lei; Violência; Uso de drogas; Comportamento antissocial; Eventos estressores; Relacionamento familiar

Predictors of the expression of antisocial behaviors in adolescents

Abstract

The aim of the present study was to investigate variables associated with antisocial behaviors in adolescents. Participants were 142 adolescents in conflict with the law taking a socio-educative measure in Southern Brazil, and 691 school and high school students from public institutions from Southern Brazil. The participants answered a questionnaire about risk and protective factors. Results showed significant differences between groups for several antisocial behaviors. A multivariate regression model with the predictors group (students versus conflict with the law), sex, drug use, and stressor events explained 66.5% of the total antisocial behaviors. A mediational model showed that drug use was not explainable solely by a negative developmental environment. The importance of individual and environmental variables for understanding antisocial behavior in adolescence is highlighted.

Keywords: Adolescents in conflict with the law; Violence; Drug use; Antisocial behavior; Stressor events; Family relationship

Comportamentos antissociais são padrões de conduta intencionais que resultam na agressão física, na agressão relacional ou na violação de normas legal ou moralmente estabelecidas pelo grupo social no qual o indivíduo está inserido (Burt & Donnellan, 2009). Comportamentos antissociais que se iniciam na infância e na adolescência podem persistir até a fase adulta, facilitando o desenvolvimento de condições psicopatológicas de difícil intervenção (Moffitt, 1993; Pacheco, Alvarenga, Reppold, Piccinini, & Hutz, 2005). Por exemplo, o Transtorno da Personalidade Antissocial, um padrão recorrente de violação de normas sociais e com reduzidas chances de remissão, é, em geral, precedido de condutas iniciadas antes dos 18 anos (APA, 2002). Em virtude disso, a literatura psicológica tem buscado cada vez mais investigar a diversidade de fatores de risco individuais, familiares, ligados ao grupo de pares, escolares, comunitários, socioeconômicos e culturais que contribuem para a expressão da conduta antissocial em indivíduos jovens (Frick & Marsee, 2006; Hein, 2004; Neumann, Barker, Koot, & Maughan, 2010).

O estudo das características que distinguem adolescentes em conflito com a lei dos demais adolescentes pode contribuir para elucidar a questão das variáveis que facilitam o surgimento de condutas antissociais. Por exemplo, um estudo mostrou uma predominância, na população de jovens autores de ato infracional, de indivíduos do sexo masculino, com baixa escolaridade e com histórico de problemas de conduta prévios (Pinho et al., 2006). Em outro estudo, o comportamento antissocial de familiares, os conflitos na família e as práticas educativas parentais se mostraram preditivos do comportamento infrator (Pacheco & Hutz, 2009). Outros autores também apontam a conduta infracional de familiares como um fator que contribui para o desenvolvimento da delinquência (Loeber & Dishion, 1983; Nardi, 2010; Patterson, Reid, & Dishion, 1992). Além disso, aspectos específicos do ambiente familiar, como baixa coesão, presença de conflitos e desafetos na família têm sido considerados preditores da infração juvenil (Feijó, & Assis, 2004; Nardi, 2010). Esse conjunto de resultados aponta para o sexo masculino, a baixa escolaridade e um contexto de violência e instabilidade familiar como fatores de risco para a conduta socialmente desviante entre adolescentes.

Além das características do ambiente familiar, a qualidade das relações interpessoais em outros contextos sociais também pode influenciar na manifestação de condutas desviantes em jovens. Nesse sentido, eventos estressores e de violência ocorridos em outros ambientes frequentados pelo adolescente (como a escola, por exemplo) podem estimular o desenvolvimento de comportamentos antissociais nos jovens. Em um estudo de Vazsonyi e Flannery (1997), as variáveis escolares, juntamente com as relações familiares, explicaram

40% da variância do comportamento delinquente em adolescentes. Resultados equivalentes foram relatados por Frias-Armenta, Lopez-Escobar e Diaz-Mendez (2003), que verificaram que a conduta antissocial de adolescentes foi influenciada por uma diversidade de variáveis relacionadas tanto a um contexto familiar quanto a um contexto escolar e comunitário negativo. Dessa forma, contextos em que comportamentos agressivos são normativos podem estimular o desenvolvimento de padrões recorrentes de desrespeito e violação das normas sociais. Além disso, um ambiente escolar negativo pode contribuir para o afastamento do jovem do estudo formal, sendo a baixa escolaridade uma característica recorrente em estudos sobre jovens infratores (Loeber & Dishion, 1983; Oliveira & Assis, 1999; Silva, 2002). É possível, nesse caso, que haja uma influência recíproca entre o cometimento de atos infracionais e o afastamento do contexto escolar.

Outro aspecto potencialmente influente é o uso de drogas. Esse aspecto tem sido apontado por diversos autores como estreitamente relacionado ao comportamento antissocial em adolescentes (Ferrigolo et al., 2004; Mason & Windle, 2002; McManus, Alessi, Grapentine, & Brickman, 1984; Nardi, 2010; Pacheco & Hutz, 2009; Wainer, 2006). De fato, o comportamento de uso de drogas e os comportamentos antissociais muitas vezes ocorrem dentro de um contexto de desenvolvimento repleto de eventos estressores. Um estudo longitudinal com 1218 adolescentes mostrou, por exemplo, que o uso de drogas por adolescentes em conflito com a lei do sexo masculino mantinha uma relação de influência mútua com comportamentos delitivos (Mason & Windle, 2002). Embora a motivação subjacente ao uso de substâncias seja um fenômeno complexo e que varia entre os indivíduos, é possível que o uso de drogas, em diversas situações, seja antecedido por afetos negativos decorrentes de eventos estressores vivenciados (Mason & Windle, 2002).

Verifica-se, dessa maneira, que o comportamento antissocial em indivíduos jovens ocorre em função de uma diversidade de variáveis biológicas (como idade e sexo), psicológicas (como uso de drogas e falta de perspectivas futuras) e sociais (como violência intra e extrafamiliar, escolaridade e eventos estressores) (Dodge & Pettit, 2003). Os modelos teóricos têm proposto que o comportamento antissocial é resultado de uma interação entre múltiplas disposições biológicas e condições ambientais específicas (Dodge & Pettit, 2003; Popma & Raine, 2006). Em virtude disso, o presente estudo teve como objetivo identificar e analisar, dentre algumas variáveis específicas, aquelas capazes de prever o comportamento antissocial em adolescentes. Em um primeiro momento, um grupo de jovens escolares e um grupo de jovens em cumprimento de medida socioeducativa foram comparados quanto a uma diversidade de variáveis psicológicas e demográficas. Logo após, testou-se um modelo de

regressão linear múltipla para investigar a contribuição incremental de uma série de preditores do comportamento antissocial, com o controle da influência do grupo específico dos participantes. Por fim, um modelo de mediação buscou investigar se a influência de um ambiente de desenvolvimento negativo na conduta antissocial seria mediada pelo uso de drogas.

Método

Participantes

Participaram da pesquisa 833 adolescentes divididos em dois grupos: o primeiro constituiu-se de 142 adolescentes em conflito com a lei que cumpriam medida socioeducativa em regime fechado (internação) nas unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE), Brasil – Rio Grande do Sul. Os participantes tinham entre 12 e 19 anos ($M=17,15$, $DP=1,2$), sendo 89,4% do sexo masculino. A escolaridade desse grupo variou entre a 2ª série do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio, sendo que a maioria cursava a 6ª série (24,6%). O segundo grupo (grupo de comparação) foi composto por uma amostra de 691 jovens estudantes de escolas públicas da cidade de Porto Alegre, no sul do Brasil, com idades entre 12 e 19 anos ($M=15,16$, $DP=1,56$), sendo 61,1% do sexo feminino. A escolaridade desse grupo variou entre a 6ª série do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio, sendo que a maioria cursava o 1º ano do Ensino Médio (30,2%).

Instrumentos

Os participantes responderam a um questionário (Questionário de Juventude Brasileira Versão II - Dell’Aglio, Koller, Cerqueira-Santos, & Colaço, 2011) com questões referentes a fatores de risco e de proteção. O questionário continha perguntas dicotômicas e questões compostas por escalas métricas cujas propriedades psicométricas foram avaliadas em um estudo anterior (Libório & Koller, 2009). Os aspectos específicos utilizados nas análises do presente estudo foram:

Comportamento antissocial

Foi investigado através de sete itens, respondidos de forma dicotômica (0=*Não*, 1=*Sim*): “Envolvimento em brigas com agressão física/violência contra pessoas”, “Destruição de propriedade”, “Envolvimento em pichação”, “Assaltou alguém”, “Roubou algo”, “Vendeu drogas” e “Outras” (e.g., porte de arma, homicídio e latrocínio). O escore total foi computado somando-se o número de atividades ilícitas em que o jovem se envolveu.

Violência intra e extrafamiliar

Foram investigadas através dos seguintes itens, respondidos de forma dicotômica (0=*Não*, 1=*Sim*): “ameaça ou humilhação”, “soco ou surra”, “agressão com objeto”, “mexeu no meu corpo contra minha vontade” e “relação sexual forçada”. O escore total foi computado somando-se o número de respostas positivas.

Expectativas de futuro

A questão sobre as expectativas para o futuro foi baseada no instrumento construído por Günther e Günther (1998), contendo nove itens em escala tipo *Likert* com cinco opções de resposta que avaliavam quais as chances que acreditavam ter de terminar o ensino médio, ingressar em uma universidade, ter um emprego, ter uma família, entre outros (1=*Chances muito baixas*, 5=*Chances muito altas*). O escore total foi computado através da soma dos escores dos itens.

Uso de drogas

As substâncias investigadas foram álcool, cigarro, cola ou solventes, maconha, cocaína, *crack* e *ecstasy*. Os itens foram dispostos no formato dicotômico (0=*Não*, 1=*Sim*) e o escore total foi computado somando-se o número de respostas positivas. No caso dos adolescentes das escolas, a pergunta referia-se ao último ano, enquanto no caso dos jovens da FASE, referia-se ao período antes de ingressar na instituição.

Percepção acerca do relacionamento familiar

Foi investigada através de 15 itens, tais como “meus pais raramente me criticam” e “eu me sinto aceito pelos meus pais”, avaliados em escala *Likert* de cinco pontos (1=*Discordo totalmente*, 5=*Concordo totalmente*). O escore total foi computado através da soma dos escores dos itens.

Eventos estressores

Foi avaliada a ocorrência de vinte eventos estressores, tais como “alguém em minha casa está desempregado”, “já morei na rua”, “alguém da minha família está ou esteve preso” e “alguém muito importante pra mim faleceu”. Os itens foram dispostos no formato dicotômico (0=*Não*, 1=*Sim*) e o escore total foi computado somando-se o número de respostas positivas.

Procedimentos e considerações éticas

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (protocolo nº 2009060). Tanto as escolas como a FASE-RS autorizaram a realização da pesquisa. Todos os adolescentes participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre

e Esclarecido e, para os jovens das escolas, foi solicitado que os pais também assinassem o Termo.

Os dados dos adolescentes da FASE foram coletados em cinco unidades de internação, sendo uma unidade feminina (a única existente). O critério de seleção dos participantes foi escolaridade mínima de 5ª série e que pudessem compreender adequadamente os instrumentos. Alguns adolescentes com menor escolaridade, mas que desejaram participar, responderam individualmente ao questionário com o auxílio dos pesquisadores. A aplicação dos instrumentos foi coletiva, em grupos de 6 a 8 jovens, com duração aproximada de 60 minutos.

Para a composição do grupo de adolescentes das escolas foi constituída uma amostra aleatória por conglomerados através de sorteio das escolas públicas municipais e estaduais e, posteriormente, sorteio das turmas. O número de participantes foi obtido através do cálculo amostral, a partir do número total de alunos de Ensino Fundamental e Ensino Médio matriculados em escolas públicas de Porto Alegre, com uma margem de erro estabelecida de 4% (Barbetta, 2001). Foram coletados dados em 12 escolas, com uma média de 50 adolescentes em cada uma. A aplicação dos instrumentos foi coletiva, em grupos de 20 a 30 jovens, com duração aproximada também de 60 minutos.

Análise de dados

Teste *t* e testes qui-quadrado foram empregados para avaliar diferenças entre os dois grupos quanto às variáveis do estudo. Correlações de Pearson foram utilizadas para avaliar o relacionamento linear entre as variáveis e um modelo de regressão múltipla foi estimado para investigar preditores do comportamento antissocial. O teste *t* de Sobel foi utilizado para avaliar a significância estatística de um modelo de mediação baseado em regressões lineares.

Resultados

A Tabela 1 apresenta as médias das variáveis por grupo. Pode-se observar que houve diferença significativa ($p < 0,05$) entre os grupos quanto às variáveis violência intra e extrafamiliar, uso de drogas, eventos estressores e comportamento antissocial, sendo que o grupo da FASE apresentou média superior ao grupo das escolas. Já as variáveis percepção de relacionamento familiar e expectativas de futuro, que também mostraram diferenças significativas, apresentaram média superior no grupo das escolas. Destacam-se as variáveis uso de drogas, eventos estressores e comportamento antissocial, que apresentaram um *d* de

Cohen superior a 0,8, indicando que a diferença entre os grupos foi grande. Especificamente, o tamanho do efeito observado para comportamentos antissociais foi $d=2,31$, indicando uma diferença extremamente grande entre os grupos quanto a essa variável.

Tabela 1. Comparações de Médias entre os Grupos para as Variáveis Investigadas

	FASE		Escolas		<i>t</i>	<i>d</i> de Cohen	<i>p</i>
	Média	DP	Média	DP			
Violência Intrafamiliar	1,06	1,09	0,68	0,95	-3,71	0,37	<0,001
Violência Extrafamiliar	1,37	1,25	0,72	0,90	-5,46	0,60	<0,001
Relacionamento Familiar	55,15	13,19	58,83	11,96	3,24	0,29	0,001
Uso de Drogas	3,25	1,73	1,09	1,03	-13,11	1,56	<0,001
Expectativas de Futuro	3,90	0,78	4,26	0,63	5,01	0,51	<0,001
Eventos Estressores	8,72	3,70	3,33	2,10	-16,71	1,85	<0,001
Comportamento Antissocial	3,13	1,66	0,30	0,78	-18,85	2,31	<0,001

Com a finalidade de explorar um pouco mais as diferenças entre os grupos quanto ao comportamento antissocial, foram feitos testes qui-quadrado para cada um dos sete tipos de comportamentos antissociais. Observou-se percentual maior dos comportamentos nos jovens do grupo da FASE.

Tabela 2. Associação entre grupo e comportamentos antissociais

	FASE	Escolas	Teste qui-quadrado
	%	%	
Brigas com agressão física	66,7	15	$\chi^2(1)=160,169$
Destruição de propriedade	17,5	3,7	$\chi^2(1)=36,78$
Pichação	20,6	6,8	$\chi^2(1)=25,20$
Assalto	71,4	1	$\chi^2(1)=498,327$
Roubo	57,1	2,2	$\chi^2(1)=333,672$
Venda de drogas	69,3	1,6	$\chi^2(1)=455,985$
Outros	17,3	0,7	$\chi^2(1)=91,05$

Nota. Associações significativas, com $p<0,001$.

A seguir, foram realizadas correlações entre as variáveis investigadas, sendo os resultados apresentados na Tabela 3. Podem-se observar correlações significativas entre todas as variáveis com o total de comportamentos antissociais. Destaca-se que variáveis positivas como escolaridade, percepção acerca do relacionamento familiar e expectativas de futuro correlacionaram-se negativamente com o comportamento antissocial. Por outro lado, a variável que apresentou maior correlação foi eventos estressores seguida de uso de drogas. Também podem ser observadas outras correlações importantes, tais como entre uso de drogas e eventos estressores ($r=0,46$), violência intrafamiliar e percepção de relacionamento familiar ($r=-0,36$), violência extrafamiliar e uso de drogas ($r=0,35$) e violência extrafamiliar e eventos estressores ($r=0,31$).

Tabela 3. Correlações entre as variáveis do estudo

	2	3	4	5	6	7	8
1. ESCO	0,01	-0,09*	0,05	-0,16*	0,09*	-0,28**	-0,27**
2. VINT		0,36**	-0,36**	0,25**	-0,12*	0,27**	0,17**
3. VEXT		-	-0,24**	0,35**	-0,13**	0,31**	0,25**
4. FAM			-	-0,21**	0,24**	-0,18**	-0,12*
5. DROG				-	-0,15**	0,46**	0,50**
6. EXP					-	-0,22**	-0,19**
7. EVENT						-	0,63**
8. ANT							-

Nota. ESCO = Escolaridade, VINT = Violência intrafamiliar, VEXT = Violência extrafamiliar, FAM = Percepção de relacionamento familiar, DROG = Uso de drogas, EXP = Expectativas de futuro, EVENT = Eventos estressores, ANT = Comportamentos antissocial

* $p < 0,01$ ** $p < 0,001$

Na sequência, buscou-se avaliar a contribuição parcial de cada uma das variáveis investigadas para a explicação dos comportamentos antissociais na amostra total com um modelo de regressão múltipla. Uma vez que os estudos mostram uma influência do sexo biológico, da idade e da escolaridade no comportamento antissocial (Dodge & Pettit, 2003; Loeber & Dishion, 1983; Oliveira & Assis, 1999; Silva, 2002), essas variáveis foram incluídas na equação de regressão, a fim de controlar sua variância compartilhada com as demais variáveis independentes. A variável grupo (adolescentes escolares *versus* conflito com a lei) também foi especificada como variável independente, tendo em vista as diferenças

observadas entre os grupos para as variáveis, como apresentado na Tabela 1. As demais variáveis foram uso de drogas, violência intra e extrafamiliar, expectativas de futuro, relacionamento familiar e eventos estressores. O método de análise foi o *enter*, sendo excluídos casos *outliers* com base nos resíduos padronizados maiores do que |2,00|. Os resultados são apresentados na Tabela 4.

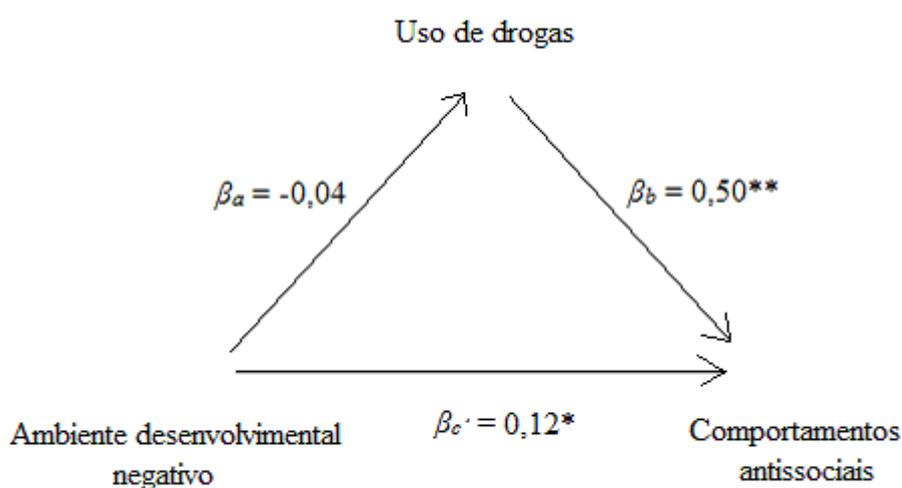
Tabela 4. Modelo de Regressão Múltipla Explicando Comportamento Antissocial

Preditores	<i>F</i>	<i>R</i> ² ajustado	Beta	<i>T</i>	<i>p</i>
	113,40	0,66			<0,001
Grupo			0,47	11,11	<0,001
Eventos Estressores			0,29	8,62	<0,001
Sexo			-0,17	-6,33	<0,001
Uso de drogas			0,09	2,76	0,006
Idade			-0,02	-0,70	0,570
Escolaridade			0,00	0,02	0,987
Violência intrafamiliar			0,01	0,20	0,840
Violência extrafamiliar			-0,02	-0,59	0,557
Expectativas de futuro			-0,02	-0,68	0,494
Relacionamento familiar			-0,03	-1,12	0,264

O modelo final de regressão foi significativo, $F(11,758)=113,40$, $p<0,001$, explicando 66,5% da variância da variável dependente (R^2 ajustado). Observaram-se quatro preditores com contribuição parcial significativa na explicação da variável dependente: grupo, $\beta=0,47$, $p<0,001$, sexo, $\beta=-0,17$, $p<0,001$, uso de drogas, $\beta=0,09$, $p<0,001$ e eventos estressores, $\beta=0,29$, $p<0,001$. Dessa forma, controlando-se a influência da variável grupo, detectada previamente nas comparações de médias, o sexo masculino, o uso de drogas e os eventos estressores apresentaram uma contribuição incremental na explicação do comportamento antissocial.

Tendo em vista a existência de uma contribuição parcial do uso de drogas na explicação dos comportamentos antissociais, um segundo modelo linear foi testado para explorar a relação entre essa variável e as demais variáveis do contexto desenvolvimental. Assim, foi especificado um modelo de mediação parcial incluindo o ambiente desenvolvimental negativo (soma dos escores de violência intrafamiliar, violência extrafamiliar, percepção do relacionamento familiar e eventos estressores) como variável

preditora, o uso de drogas como variável mediadora e o comportamento antissocial como variável dependente. O efeito mediador foi avaliado com o teste t de Sobel. Como visualizado na Figura 1, apesar de as variáveis predictoras e mediadora explicarem 26,3% da variância total dos comportamentos antissociais, $F=176,07$, $p<0,001$, o efeito mediador não foi significativo, Sobel $t=-0,911$, $p=0,362$. A Figura 1 permite verificar que foram significativos ambos os Betas para ambiente desenvolvimental negativo e para uso de drogas predizendo comportamentos antissociais, não sendo, entretanto, o ambiente negativo preditor do uso de drogas. Portanto, ficou evidente que, apesar de o uso de drogas se relacionar com os comportamentos antissociais, esse uso não pôde ser atribuído ao ambiente negativo.



* $p<0,01$

** $p<0,001$

Figura 1. Modelo de Mediação Testado

Discussão

Os resultados deste estudo indicaram que o grupo de adolescentes que cumpria medida socioeducativa na FASE apresentou médias significativamente superiores quanto a todas as variáveis consideradas de risco – comportamento antissocial, violência intra e extrafamiliar, uso de drogas e exposição a eventos estressores. Já as variáveis consideradas de proteção – relacionamento familiar e expectativas de futuro – apresentaram médias maiores no grupo de jovens das escolas. Esses dados indicam diferenças nos contextos de inserção desses adolescentes. Percebe-se que o primeiro grupo esteve mais exposto a fatores com potencial

para causar consequências negativas ao desenvolvimento. Ao mesmo tempo, esse mesmo grupo apresentou uma menor exposição àqueles fatores com potencial de proteção. Analogamente, diversos estudos têm retratado o cenário de risco que envolve a população de jovens em conflito com a lei (Feijó & Assis, 2004; Hein, 2004; Loeber & Dishion, 1983; Pacheco & Hutz, 2009).

As análises correlacionais mostraram que o comportamento antissocial esteve positivamente relacionado à violência intra e extrafamiliar e negativamente relacionado à percepção de relacionamento familiar. Esses resultados foram consistentes com outros encontrados para o contexto brasileiro e internacional (Apel & Burrow, 2011; Assis, Avanci, Pesce, & Ximenes, 2009; Fowler, Tompsett, Braciszewski, Jacques-Tiura, & Baltes, 2009; Hoeve et al., 2009; Lima, Alcântara, Almeida, & Alves, 2006; Overstreet, 2000; Sá, Curto, Bordin, & Paula, 2009; Paton, Crouch, & Camic, 2009). Esse fato sugere que, em conformidade com a literatura, houve uma associação entre exposição à violência e problemas de externalização. Entretanto, as três variáveis relacionamento familiar, violência intrafamiliar e violência extrafamiliar não apresentaram uma contribuição parcial significativa na explicação do comportamento antissocial (Tabela 4) ao controlar a variância compartilhada com a variável grupo. De maneira similar, a escolaridade se mostrou negativamente correlacionada ao comportamento antissocial ($r=-0,27$), mas não apresentou explicação parcial na equação de regressão. Essa falta de significância estatística sinaliza uma sobreposição entre essas variáveis e a variável grupo (escolares *versus* em conflito com a lei). Ou seja, as diferenças entre os grupos podem ser atribuídas às vivências em um contexto de violência, baixa escolaridade, além de instabilidade dentro e fora do ambiente familiar.

Quanto às expectativas de futuro, houve uma correlação negativa com o comportamento antissocial ($r=-0,19$), ilustrando a importância da presença de variáveis protetoras como uma forma de amenizar a influência de um contexto negativo, aspecto discutido pela literatura (Muller, Barboza, Oliveira, Santos, & Paludo, 2009). Lodewijks, Ruiters e Doreleijers (2010) ressaltaram em sua pesquisa que poucos estudos têm focado na desistência do comportamento antissocial e nos fatores que auxiliariam nessa desistência. Uma das conclusões dos autores foi de que os fatores de proteção auxiliam na diminuição dos efeitos dos fatores de risco que agem sobre os adolescentes. De acordo com Costa e Assis (2006), possuir expectativas de futuro pode contribuir para o fortalecimento do senso de identidade pessoal, conferindo maior nitidez sobre quem se é e o que se deseja, não se deixando influenciar somente pela percepção de outros. Todavia, no presente estudo, após remover a influência das demais variáveis, as expectativas de futuro não apresentaram uma

relação negativa significativa que explicasse os comportamentos antissociais (Tabela 4). Verificando-se as correlações da Tabela 2, é possível observar que essa variável apresentou uma correlação de $r=0,24$ com a percepção de relacionamento familiar. Ou seja, as expectativas de futuro se mostraram parcialmente relacionadas a um ambiente familiar estável, de modo que, ao controlar a influência das demais variáveis familiares e contextuais, não foram significativamente preditoras do comportamento antissocial.

Em relação ao sexo, Bordin e Offord (2000) apontaram que ser do sexo masculino seria um fator de risco para o cometimento de atos infracionais. Confirmando essa tendência, não apenas foi observada uma desigualdade na proporção de meninas e meninos autores de ato infracional na amostra de adolescentes que cumprem medida socioeducativa (apenas 10,6%), mas também a variável sexo se mostrou preditora do comportamento antissocial. Um estudo de revisão sobre essa temática mostrou que aspectos sociais e culturais contribuem para a diferença na manifestação de comportamento antissocial entre os sexos (Boots, Wareham, & Weir, 2011). Por outro lado, há evidências que sugerem que uma porção substancial das diferenças entre homens e mulheres quanto a comportamentos agressivos pode ser explicada por variáveis neurobiológicas e genéticas (Dodge & Pettit, 2003).

Por sua vez, o uso de drogas e a quantidade de eventos estressores, que apresentaram uma contribuição parcial significativa na explicação do comportamento antissocial, são fatores considerados altamente perturbadores do desenvolvimento do indivíduo. Ambas as variáveis se relacionam intrinsecamente com afetos negativos, favorecendo a conduta antissocial (Mason & Windle, 2002; Paton et al., 2009; Patton, 1995; Taylor, Malone, Iacono, & McGue, 2002; Wainer, 2006). De fato, estudos com modelos animais têm sugerido que as experiências de vida estressantes podem afetar o desenvolvimento do cérebro nos primeiros anos de vida (Goozen & Fairchild, 2006). Outros estudos também sinalizam o papel das experiências negativas no uso de substâncias (Mason & Windle, 2002; Patton, 1995). Assim, eventos estressores, uso de drogas e comportamento antissocial são uma tríade de fatores cuja influência recíproca poderia criar um ciclo de “carreiras delitivas”, em que o adolescente se envolveria cada vez mais no mundo do crime e das drogas (Wainer, 2006).

Todavia, é de interesse teórico e também prático entender as relações parciais entre essas três variáveis. O fenômeno da delinquência juvenil, por si só, constitui-se em uma grave problemática a ser combatida e, quando aliado ao fenômeno do uso de drogas, as possibilidades de intervenção tornam-se mais complexas. No entanto, se o comportamento antissocial for causado, principalmente, pelo uso de substâncias, um tratamento efetivo poderia auxiliar no combate aos dois fenômenos, assim como intervenções que trabalhem

com a questão da droga como um problema social (Wainer, 2006). Tendo em vista essa preocupação, um modelo de mediação foi testado, buscando investigar se, para a presente amostra, o ambiente negativo seria responsável pelo uso de drogas que, por sua vez, seria responsável por explicar parcialmente o comportamento antissocial. Todavia, o modelo de mediação não foi significativo, ou seja, as experiências negativas (intra ou extrafamiliares) não foram suficientemente influentes na explicação do uso de drogas. Esse resultado, portanto, sugere uma possível influência das diferenças individuais que levam ao uso de substâncias - independente da presença de eventos estressores - como relevantes para o estudo e a intervenção junto a adolescentes em conflito com a lei. Características relacionadas à desinibição, impulsividade, desvalorização pelo atraso, exacerbada reatividade ao reforço (*Behavioral Activation System*) podem, nesse caso, serem importantes para entender as condutas antissociais dos adolescentes para além da influência do ambiente de desenvolvimento.

Considerações Finais

O objetivo desse estudo foi identificar as variáveis capazes de prever o comportamento antissocial em adolescentes. Os resultados mostraram que houve diferença significativa entre os grupos quanto ao comportamento antissocial, à violência intra e extrafamiliar, ao uso de drogas e aos eventos estressores, sendo que o grupo de adolescentes da FASE apresentou média superior ao grupo de jovens das escolas. Já as variáveis percepção de relacionamento familiar e expectativas de futuro, que também mostraram diferenças significativas, apresentaram média superior no grupo das escolas. Além disso, observou-se que todas as variáveis independentes tiveram uma correlação significativa com o comportamento antissocial. Dentre as variáveis do estudo, o grupo, o uso de drogas e os eventos estressores, juntamente com a covariável sexo, explicaram juntas 66,5% da variável dependente.

Os resultados encontrados no presente estudo podem servir para o aprimoramento de programas de prevenção ao comportamento antissocial já existentes (Gallo, 2008; Wainer, 2006). Um resultado importante nesse sentido é que a escolaridade e as expectativas de futuro apresentaram relações lineares negativas com os comportamentos antissociais. Isso sugere a necessidade de investir no desenvolvimento de aspectos positivos, que atuem como moderadores da influência negativa causada pelos eventos estressores durante o desenvolvimento. De fato, a ênfase nos aspectos saudáveis do desenvolvimento favorece a

emergência do potencial positivo, possibilitando a construção de novas perspectivas aos jovens em risco social (Costa & Assis, 2006).

Uma pesquisa realizada sobre o mapeamento da situação das unidades de execução de medida socioeducativa de privação de liberdade no Brasil revelou que 53% não possuem quaisquer iniciativas de apoio ao adolescente que sai da instituição e retorna ao convívio social, dificultando, assim a construção dessas novas perspectivas (Silva & Gueresi, 2003). A partir dessa realidade, o governo do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, instituiu o Programa RS Socioeducativo, atual Programa de Oportunidades e Direitos (POD), através do projeto de lei nº 295/2008. Esse programa tem como finalidade, entre outros, auxiliar a inserção familiar, educacional e profissional do adolescente e do jovem adulto. (http://proweb.procergs.com.br/temp/PL_295_2008_03062012111055_int.pdf). Assim, percebe-se a importância cada vez maior de políticas públicas voltadas a essa população, no intuito de fornecer novas perspectivas de vida aos jovens. Da mesma forma, com novas perspectivas, podem-se amenizar os variados fatores responsáveis pelo ambiente desenvolvimental negativo.

Uma limitação do presente estudo foi a pequena quantidade de indivíduos do sexo feminino no grupo de jovens em conflito com a lei, o que impossibilitou a avaliação da interação entre o sexo e o grupo dos adolescentes para as comparações de médias com as variáveis investigadas. Futuros estudos poderão aprofundar o estudo das diferenças entre os aspectos psicológicos e sociais de adolescentes com e sem condutas desviantes, tendo em vista diferenças entre os sexos.

CAPÍTULO IV – Trajetória de Adolescentes em Conflito com a Lei após Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Fechado

Resumo

Este estudo investigou as trajetórias de adolescentes após cumprimento de medida socioeducativa de internação, através de um estudo quantitativo e longitudinal. Participaram da pesquisa 143 adolescentes em conflito com a lei, de ambos os sexos, com idades entre 14 e 20 anos. Foi aplicada uma ficha de dados sociodemográficos e um questionário sobre fatores de risco e de proteção, além da realização de contatos telefônicos por um período de dois anos. Os participantes foram divididos em quatro grupos: G1: reincidentes (n=22), G2: reinseridos socialmente (n=24), G3: manutenção da situação (n=38) e G4: outras situações (n=59). Os resultados indicaram que as variáveis contextuais não apresentaram associação com o tipo de trajetória observada. Quanto às variáveis pessoais, observou-se diferenças significativas, sendo que G2 apresentou níveis mais elevados em relação à autoestima enquanto G1 apresentou níveis mais altos de uso de drogas. Portanto, propostas de intervenção junto a essa população devem considerar tanto variáveis contextuais como variáveis pessoais.

Introdução

A trajetória de adolescentes em conflito com a lei tem despertado interesse tanto na população em geral como na comunidade científica, tendo em vista o impacto causado sobre o desenvolvimento dos próprios adolescentes assim como sobre a sociedade. Essas trajetórias estão permeadas por uma variedade de objetivos e funções, as quais se modificam ao longo do desenvolvimento. Torna-se importante, assim, considerar quais fatores influenciam os caminhos desses jovens, avaliando a existência ou não de mudança em seus comportamentos ao longo do tempo (Iselin, Mulvey, Loughran, Chung, & Schubert, 2012; Silva, 2002). Pacheco, Alvarenga, Reppold, Piccinini e Hutz (2005) destacam que, havendo a manutenção das características do ambiente social do indivíduo, os comportamentos antissociais tendem a persistir e muitas vezes a se agravar ao longo do desenvolvimento.

De acordo com Hein (2004), o comportamento infracional juvenil pode se desenvolver de duas formas: de forma esporádica e de forma persistente. Moffitt, em 1993, já apontava nessa mesma direção quando propôs um modelo clássico para a caracterização da heterogeneidade dos comportamentos antissociais. Conforme a autora, existiriam dois tipos de comportamento antissocial, os quais se diferenciam de acordo com a idade de início. Um deles estaria restrito a um pequeno grupo de indivíduos, tendo origem no desenvolvimento neurológico e manifestando-se desde a infância até a idade adulta. Fatores de risco individuais da criança, tais como déficit cognitivo e hiperatividade, se associariam a fatores ambientais, como práticas educativas inadequadas e pobreza, resultando em um comportamento antissocial persistente e severo. O outro tipo estaria relacionado a um grupo maior de indivíduos que iniciam comportamentos antissociais em meados da adolescência, mas desistem de tal conduta no início da idade adulta.

Segundo Hein (2004), durante a adolescência, os jovens exploram e experimentam diversos comportamentos, inclusive antissociais, os quais seriam vistos como comuns e normativos. A mudança no comportamento antissocial no início da idade adulta estaria relacionada a aspectos da personalidade e questões biológicas que mudam com a idade, tais como a produção de neurotransmissores associados ao comportamento antissocial (por exemplo, a dopamina e noradrenalina acetilcolina) que diminuem ao longo do curso da vida (Collins, 2004). O estudo de Lee, Klaver, Hart, Moretti e Douglas (2009), com uma amostra de 83 adolescentes em conflito com a lei do sexo masculino, revelou que de fato a maioria dos participantes apresentou uma diminuição da pontuação, ao longo do tempo, no instrumento que mede traços de psicopatia, o *Psychopathy Checklist: Youth Version* (PCL:YV).

Pesquisas posteriores revelaram um terceiro grupo, no qual o indivíduo apresentaria um comportamento antissocial persistente, mas em níveis menores de intensidade (Higgins, Jennings, Marcum, Ricketts, & Mahoney, 2011; Moffitt, 2006). Moffitt (2006) discorre ainda sobre a possibilidade de um quarto grupo, no qual o comportamento antissocial teria início já na idade adulta. A autora ressalta, no entanto, a importância dos delineamentos de pesquisa utilizados e da forma como os dados são coletados. Existe diferença, por exemplo, entre o autorrelato sobre a idade de início dos comportamentos antissociais e dados oficiais sobre o início de tal conduta, como ser preso, o que poderia ocorrer em idade mais avançada do que o início de fato.

Outras pesquisas também têm enfatizado a questão da trajetória de adolescentes com comportamentos antissociais. A partir de uma amostra de 566 adolescentes americanos em situação de vulnerabilidade social, foi conduzido um estudo longitudinal entre os anos de 1998 e 2005, identificando três trajetórias: um grupo com baixo risco, um grupo com alto risco e outro grupo também com alto risco, no qual se observou uma queda dos comportamentos antissociais após os 16 anos de idade. O segundo grupo apresentou chance dez vezes maior de ser preso quando comparado ao grupo 1, além de constituir-se no grupo com maior risco para o envolvimento em consumo de álcool e outras drogas. De acordo com os autores, embora seja difícil avaliar a sequência entre uso de substâncias e comportamento antissocial, é provável que o envolvimento com drogas afete a trajetória de comportamento antissocial (Park, Lee, Sun, Vazsonyi, & Bolland, 2010). O estudo de Nijhof et al. (2011) também revelou a existência de três grupos de jovens com comportamento antissocial: grupos com escores baixos, moderados e altos no instrumento *Youth Psychopathic Traits Inventory* (YPTI), sendo que os dois últimos apresentaram escores elevados para o uso de drogas. De modo geral, Moffitt (2006) menciona que a maioria das pesquisas na área da delinquência juvenil confirma que o início de comportamentos antissociais na infância prediz mau ajustamento a longo prazo. Conforme a autora, os dois primeiros tipos de comportamentos antissociais – (1) que persistem até a idade adulta e (2) que cessam no final da adolescência e início da idade adulta – englobam a maioria da população de jovens infratores.

Assim, diversas pesquisas têm tentado investigar os fatores que levariam a seguir uma ou outra trajetória de comportamento antissocial. Alguns estudos revelaram que a estabilidade no emprego e o apego conjugal na idade adulta contribuem para mudanças significativas na desistência de comportamentos criminosos (Horney, Osgood, & Marshall, 1995; Warr, 1998). A pesquisa de Mennis e Harris (2011), baseada em um banco de dados de 7166 meninos infratores, revelou um percentual de reincidência de 40%, dos quais a maioria dos atos

infracionais estava relacionada às drogas, como posse ou tráfico. Além disso, a reincidência seria influenciada pela etnia, pela criminalidade parental e pelo contato prévio com o sistema de justiça juvenil.

Domburgh, Loeber, Bezemer, Stallings e Stouthamer-Loeber (2009) encontraram, em seu estudo, que jovens que desistiram da trajetória delitiva estavam mais envolvidos em atividades familiares e vivendo em famílias menores, do que jovens que persistiram com comportamentos antissociais. Mennis e Harris (2011) mencionaram ainda a influência dos pais, a qual atuaria como facilitadora da repetição do ato infracional. Outro estudo (Maldonado-Molina, Piquero, Jennings, Bird, & Canino, 2009) mostrou diferenças significativas entre diversos fatores de risco e de proteção através das trajetórias dos adolescentes infratores, tais como gênero, autoestima, exposição à violência e eventos de vida estressantes. Nesse estudo, os jovens do grupo que desistiram da trajetória delitiva exibiram níveis mais altos de autoestima quando comparados ao grupo com trajetória delinquente.

Alguns autores propõem diferentes teorias sobre aspectos que reforçam ou não a continuidade dos comportamentos antissociais ao longo do desenvolvimento. De acordo com Higgins et al. (2011), os indivíduos que continuam a cometer delitos, o fazem porque são reforçados de diferentes maneiras. O reforço pode ocorrer de duas formas – social e não-social. No reforço social, outros indivíduos, como amigos e familiares, contribuiriam de maneira positiva ou negativa para o comportamento do adolescente. No reforço não-social, aspectos psicológicos e biológicos do próprio indivíduo atuariam como reforço, sendo que este tipo estaria mais relacionado ao uso de drogas, ao crime e à delinquência. Um estudo realizado com 504 jovens de Tocantins, no Brasil, revelou características individuais que atuariam como reforço não-social, como a busca de intensidade e de novidades. Esses resultados, segundo os autores, permitem supor que as variáveis de personalidade têm bastante contribuição quando se pretende explicar a conduta antissocial a partir da orientação de atitudes frente à excitação e ao investimento em atividades permeadas de risco (Formiga, Aguiar, & Omar, 2008). No estudo de Higgins et al. (2011), os adolescentes com comportamento antissocial limitado à adolescência mostraram-se menos suscetíveis ao reforço não-social.

Agnew e White (1992) propõem a “*General Strain Theory*” (GST), que relaciona alguns comportamentos do indivíduo, como a delinquência, com a tensão. O termo tensão é definido pelos autores como relações nas quais o indivíduo não é tratado como gostaria de ser. Porém, posteriormente o termo foi relacionado também a eventos e condições em que o indivíduo sente-se desconfortável. A exposição a essas situações intensificaria emoções

negativas como raiva e frustração, criando constante tensão sobre o indivíduo. De acordo com essa teoria, as falhas são atribuídas principalmente ao indivíduo (Agnew, 2001), desenvolvendo pobre auto-conceito e desesperança, características fortemente associadas ao comportamento antissocial nos adolescentes (Park et al., 2010). Iselin et al. (2012) discorrem a respeito dessa teoria relacionando-a com a desistência do comportamento antissocial. Segundo os autores, quando as pessoas não conseguem atingir as metas positivamente valorizadas, elas podem se engajar em comportamentos criminosos como forma de lidar com a tensão de seus desejos não satisfeitos. Assim, possuir identidades positivas a respeito de si mesmo e acreditar que as metas podem ser alcançadas através de atividades lícitas, auxilia na desistência do comportamento antissocial.

Diante das considerações teóricas a respeito do desenvolvimento do comportamento antissocial, pode-se pensar nas diferenças existentes entre os jovens que seguem a trajetória delitiva e os que não seguem. Assim, o objetivo do presente estudo foi analisar as diferentes trajetórias de adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de internação, através de um estudo longitudinal. Como objetivos específicos, foram observados os fatores de risco e de proteção presentes nas trajetórias dos adolescentes que reincidiram e dos que foram reinseridos socialmente, a partir de variáveis pessoais e contextuais.

Método

Delineamento e contextualização

Foi desenvolvido um estudo quantitativo, longitudinal, com a realização de duas coletas de dados (T1 e T2) com intervalo mínimo de um ano, incluindo aplicação de instrumentos e contatos telefônicos. Essa pesquisa faz parte de um estudo maior intitulado “Adolescência em Diferentes Contextos: Família e Institucionalização”, o qual tem como objetivo geral avaliar longitudinalmente características pessoais e familiares de adolescentes em diferentes contextos (família, instituição de proteção e instituição para cumprimento de medidas socioeducativas), observando a presença de fatores de risco e de proteção. O presente estudo abrange a população específica de adolescentes em conflito com a lei que cumpriam medida em regime fechado na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE-RS), a qual possui cinco unidades, sendo uma feminina.

Participantes

Participaram da pesquisa 143 adolescentes em conflito com a lei que cumpriam medida na FASE. Os participantes tinham entre 14 e 20 anos ($M=17,23$, $dp=1,19$), sendo que 128 (89,5%) eram do sexo masculino e 15 (10,5%) do sexo feminino. Segundo a Assessoria de Informação e Gestão da FASE-RS, no período da coleta de dados, havia 565 meninos internados na instituição e 31 meninas, sendo que a amostra representou respectivamente 23% dos meninos e 48% das meninas em cumprimento de medida em regime fechado. A maioria dos adolescentes estava entre a 5ª e 6ª séries e 60% deles era de cor branca, enquanto 26,6% de cor negra.

Instrumentos

Na primeira coleta de dados, os participantes responderam a uma ficha de dados referente às visitas de familiares, ao ato infracional cometido, ao tempo de permanência na instituição, entre outros, e a uma versão adaptada do Questionário de Juventude Brasileira Versão II (Dell'Aglio, Koller, Cerqueira-Santos, & Colaço, 2011). Esse questionário foi reduzido para a coleta de dados na FASE, sendo composto por 47 questões objetivas sobre fatores de risco e de proteção, incluindo questões sobre expectativas de futuro, eventos estressores e a Escala de Autoestima de Rosenberg (Rosenberg, 1989). Na segunda etapa da coleta de dados, um novo questionário foi aplicado nos adolescentes que ainda permaneciam na FASE, contendo as mesmas questões, porém adaptadas para abarcar somente os acontecimentos dos últimos 12 meses.

Procedimentos e considerações éticas

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (protocolo nº 2009060). A FASE autorizou a realização da pesquisa e foram coletados dados nas cinco unidades de internação. O critério de seleção dos participantes foi escolaridade mínima de 5ª série e que pudessem compreender adequadamente os instrumentos. Alguns adolescentes com menor escolaridade, mas que desejaram participar, responderam individualmente ao questionário com o auxílio dos pesquisadores. Os adolescentes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a aplicação dos instrumentos foi coletiva, em grupos de 6 a 8 jovens, com duração aproximada de 60 minutos. Aqueles que desejavam participar das demais etapas da coleta de dados forneceram informações sobre seus contatos.

Os participantes foram acessados ao longo de dois anos e meio. Na primeira coleta de dados foi feita aplicação dos instrumentos durante os meses de março a outubro de 2010. A segunda coleta englobou uma nova aplicação dos instrumentos durante os meses de março a outubro de 2011, com adolescentes que permaneciam na FASE. Para acessar os que já haviam saído da instituição, foram realizados contatos telefônicos com os próprios adolescentes ou familiares, com o objetivo de investigar a situação atual dos mesmos após a internação. Essas ligações foram feitas no mês de junho de 2011 e nos meses de janeiro e junho de 2012. Além desses procedimentos, foi feito contato com uma assistente social do Presídio Central de Porto Alegre e com psicólogas e assistentes sociais das instituições Calábria e Pão dos Pobres, onde é efetuado o Programa de Oportunidades e Direitos (POD). Esse Programa foi instituído através do projeto de lei nº 295/2008, com a finalidade de auxiliar a inserção familiar, educacional e profissional do adolescente e do jovem adulto egressos da FASE. Foi enviada uma lista com o nome dos adolescentes participantes da primeira coleta para os três locais, com o objetivo de averiguar informações sobre suas trajetórias. Foi feito contato também com os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), locais responsáveis pela execução de medidas socioeducativas em meio aberto. Porém, apenas três adolescentes estavam cumprindo medida em meio aberto após a medida de internação, sendo que um deles foi para o Presídio Central de Porto Alegre após novo ato infracional.

Análise de dados

Foram realizadas análises descritivas observando as trajetórias dos adolescentes e classificando-os em grupos. Para avaliar diferenças entre os grupos foram utilizados os testes não paramétricos Qui-quadrado e Mann Whitney, com as seguintes questões do questionário:

Comportamento antissocial: Foi investigado através de sete itens, respondidos de forma dicotômica (0=*Não*, 1=*Sim*): “Envolvimento em brigas com agressão física/violência contra pessoas”, “Destrução de propriedade”, “Envolvimento em pichação”, “Assaltou alguém”, “Roubou algo”, “Vendeu drogas” e “Outras” (e.g., porte de arma, homicídio e latrocínio). O escore total foi computado somando-se o número de atividades ilícitas em que o jovem se envolveu.

Violência intra e extrafamiliar: Foram investigadas através dos seguintes itens, respondidos de forma dicotômica (0=*Não*, 1=*Sim*): “ameaça ou humilhação”, “soco ou surra”, “agressão com objeto”, “mexeu no meu corpo contra minha vontade” e “relação sexual forçada”. O escore total foi computado somando-se o número de respostas positivas.

Expectativas de futuro: A questão sobre as expectativas para o futuro foi baseada no instrumento construído por Günther e Günther (1998), contendo nove itens em escala tipo *Likert* com cinco opções de resposta que avaliavam quais as chances que acreditavam ter de terminar o ensino médio, ingressar em uma universidade, ter um emprego, ter uma família, entre outros (1=*Chances muito baixas*, 5=*Chances muito altas*). O escore total foi computado através da soma dos escores dos itens.

Uso de drogas: As substâncias investigadas foram álcool, cigarro, cola ou solventes, maconha, cocaína, *crack* e *ecstasy*. A pergunta referia-se ao uso no período antes de ingressar na instituição. Os itens foram dispostos no formato dicotômico (0=*Não*, 1=*Sim*) e o escore total foi computado somando-se o número de respostas positivas.

Percepção acerca do relacionamento familiar: Foi investigada através de 15 itens, tais como “meus pais raramente me criticam” e “eu me sinto aceito pelos meus pais”, avaliados em escala *Likert* de cinco pontos (1=*Discordo totalmente*, 5=*Concordo totalmente*). O escore total foi computado através da soma dos escores dos itens.

Eventos estressores: Foi avaliada a ocorrência de vinte eventos estressores, tais como “alguém em minha casa está desempregado”, “já morei na rua”, “alguém da minha família está ou esteve preso” e “alguém muito importante pra mim faleceu”. Os itens foram dispostos no formato dicotômico (0=*Não*, 1=*Sim*) e o escore total foi computado somando-se o número de respostas positivas.

Autoestima: Foi avaliada através da Escala de Autoestima de Rosenberg – EAR (Rosenberg, 1989), a qual teve suas propriedades psicométricas atualizadas no Brasil por Hutz e Zanon (2011). Os itens investigaram aspectos positivos (ex. “Eu acho que tenho muitas boas qualidades”) e negativos (Ex.: “Levando tudo em conta, eu me sinto um fracasso”) do autovalor. As opções de resposta variaram entre 1 (Nunca) e 5 (Sempre).

Resultados

Conforme a Tabela 1, dos 143 adolescentes que participaram do estudo na primeira etapa, 40 permaneciam internados na FASE e 103 já haviam saído da instituição até o final de coleta de dados, seguindo diferentes trajetórias.

Os participantes foram divididos em quatro grupos: Grupo 1 – Reincidentes – aqueles que haviam retornado para o sistema socioeducativo (FASE) ou estavam inseridos no sistema prisional (Presídio Central de Porto Alegre); Grupo 2 – Reinseridos socialmente – englobou 9 adolescentes que estavam inseridos em cursos profissionalizantes (POD) e 15 que estavam

estudando e/ou trabalhando; Grupo 3 – Manutenção da situação – aqueles que continuavam cumprindo medida socioeducativa de internação na FASE; Grupo 4 – Outras situações – englobou aqueles jovens que haviam falecido (n=2) e que estavam com problemas de saúde (n=3), tais como internação decorrida de dependência química, ou que não foi possível realizar contato (n=54).

Tabela 1. Características dos Participantes por Grupo

Grupo	Média idade	DP	Masculino	Feminino	Total	%
G1 Reincidentes	17,55	0,97	21	01	22	15
G2 Reinseridos socialmente	17,67	0,91	22	02	24	17
G3 Manutenção da situação	16,71	1,03	33	05	38	27
G4 Outras situações	17,28	1,34	52	07	59	41

Foram realizadas análises observando as relações entre variáveis pessoais e contextuais e as diferentes trajetórias dos adolescentes (Grupo 1: reincidentes *versus* Grupo 2: reinseridos socialmente). Em relação às variáveis contextuais, foram observadas as frequências e percentuais por grupo nas seguintes variáveis: morar com o pai, morar com a mãe, ter familiar que usa drogas, ter sido reprovado, ter sido expulso da escola, exposição à violência intra e extrafamiliar e ocorrência de eventos estressores. As análises, através do teste qui-quadrado e do teste Mann-Whitney, não indicaram associações significativas dessas variáveis contextuais com os grupos 1 e 2 (Tabela 2).

Tabela 2. Resultados das Variáveis Contextuais por Grupo

	G1	G2		
	Reincidentes	Reinseridos		
		socialmente		
	%	%	χ^2	<i>p</i>
Morava com pai	40,9	33,3	0,05	0,82
Morava com mãe	72,7	66,7	0,01	0,90
Ter familiar que usa drogas	50	47,8	0,00	1
Foi reprovado	100	91,7	0,43	0,51
Foi expulso	40	37,5	0,00	1
	<i>Mean Rank</i>	<i>Mean Rank</i>	<i>Mann-</i>	<i>p</i>
			<i>Whitney</i>	
Exposição à violência intra	21,25	23,75	214,50	0,49
Exposição à violência extra	21,68	22,33	224,00	0,86
Eventos estressores	16,81	19,00	133,00	0,54

Em relação às variáveis pessoais, foram observadas autoestima, uso de drogas, comportamento antissocial e expectativas de futuro. De acordo com a Tabela 3, pode-se observar que houve diferença significativa entre os dois grupos quanto às variáveis autoestima e uso de drogas. O G2 apresentou níveis mais elevados em relação à autoestima enquanto o G1 apresentou níveis mais altos de uso de drogas. Embora a média de manifestação de comportamentos antissociais tenha sido maior no G1 e a média de expectativas futuras tenha sido mais alta em G2, estas variáveis não apresentaram diferença significativa.

Tabela 3. Resultados das Variáveis Pessoais por Grupo

	G1	G2		
	Reincidentes	Reinseridos		
		socialmente		
	<i>Mean Rank</i>	<i>Mean Rank</i>	<i>Mann-Whitney</i>	<i>p</i>
Autoestima	17,00	25,20	126,00	0,02
Uso de drogas	20,71	13,06	73,00	0,02
Comportamento Antissocial	24,30	18,43	158,50	0,11
Expectativas de Futuro	19,78	22,17	185,50	0,52

Discussão

Os resultados desse estudo indicaram que 24 participantes (17%) alcançaram trajetórias positivas após a internação na FASE, sendo elas trabalho, estudo ou inserção em curso profissionalizante. Diversas pesquisas (Assis & Souza, 1999; Gallo & Williams, 2008; Silva, 2002) retratam o trabalho e o estudo como fatores de proteção bastante importantes para o desenvolvimento dos jovens, na medida em que auxiliam na concretização de projetos para o futuro. Em contrapartida, 22 adolescentes parecem ter continuado uma trajetória delitiva, visto que retornaram para o sistema socioeducativo ou prisional. O estudo de Silva (2002), com 200 adolescentes infratores do sexo masculino, revelou que 53 jovens (26,5%) permaneceram cometendo delitos e 145 (72,5%) finalizaram o cumprimento da medida, não ingressando mais no sistema socioeducativo após dois anos e meio, a partir de informações da justiça.

Ressalta-se, no entanto, que não foi possível obter dados a respeito da trajetória de 54 adolescentes, devido à perda de contato com os mesmos. Esse aspecto gerou uma reflexão a respeito da fragilidade do acompanhamento a esses jovens após o cumprimento de medida socioeducativa. De acordo com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), instituído nacionalmente através da lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012, só há previsão de acompanhamento para os casos de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa que apresentem indícios de transtorno mental, de deficiência mental, ou associadas. Nesses casos, deverá ser feita uma avaliação por parte da equipe técnica multidisciplinar e multissetorial. Caso a medida socioeducativa seja suspensa para a efetivação de tratamento, o juiz designará o responsável por acompanhar e informar sobre a evolução do adolescente. Assim, em casos de extinção da medida de internação, não é realizado nenhum tipo de acompanhamento sistemático após a internação. No entanto, algumas situações podem ser caracterizadas como formas de acompanhamento ao jovem após a medida de meio fechado, como, por exemplo, (a) quando o adolescente recebe alguma medida em meio aberto, como liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade; ou (b) quando o adolescente ingressa no POD, onde recebe acompanhamento pelo prazo de um ano. Porém, caso esteja incluído em curso profissionalizante no POD, mesmo após o período de um ano, o jovem continuará inserido na instituição até finalizar o curso. Assim, pode-se entender o motivo da dificuldade em acessar os jovens após a medida de internação, visto que poucos participantes desse estudo ingressaram no POD e/ou receberam medidas em meio aberto.

A partir da classificação dos participantes nos grupos identificados, foram analisadas suas características. A trajetória do G2 pode sugerir que esses adolescentes possuíam comportamentos antissociais limitados à fase da adolescência, tendo em vista sua inserção positiva após o desligamento da FASE, o que tem sido descrito por Park et al. (2010) como grupo de baixo risco. Em contrapartida, os do grupo 1 persistiram com tal conduta, podendo encaixar-se no grupo que Moffitt (1993) nomeou como comportamento antissocial persistente ou de alto risco segundo Park et al. (2010). A classificação nos grupos, no entanto, não é determinante, podendo oscilar ao longo do desenvolvimento. Dessa forma, adolescentes que retornaram para a FASE ou jovens que ingressaram no presídio poderão, no futuro, apresentar trajetórias positivas, de inserção social, enquanto outros que, atualmente, estão reinseridos socialmente poderão ainda apresentar reincidência no comportamento infracional. De qualquer forma, apenas estudos longitudinais, que acompanhem os egressos por períodos mais longos, permitirão uma análise mais aprofundada sobre as trajetórias desses jovens.

Também foi possível analisar características pessoais e contextuais dos grupos identificados, observando fatores de risco e de proteção. Os resultados indicaram que as variáveis contextuais não contribuíram, nesse estudo, para o seguimento de uma ou outra trajetória, visto que não houve diferença entre os grupos. Foi observado que os dois grupos estavam expostos de forma similar às variáveis contextuais – não viver com o pai ou a mãe, ter familiar que usa drogas, ter sido reprovado, ter sido expulso da escola, exposição à violência intra e extrafamiliar e ocorrência de eventos estressores, que em geral representam riscos ao desenvolvimento. No estudo de Domburgh et al. (2009), embora mais adolescentes persistentes nas atividades delitivas tenham sido expostos a fatores de risco, a diferença entre os grupos também não foi significativa.

Entretanto, as variáveis pessoais autoestima e uso de drogas mostraram diferenças significativas entre os grupos, indicando que de alguma forma essas variáveis estão relacionadas à manutenção ou não do comportamento infrator. Donnellan, Trzesniewski, Robins, Moffitt e Caspi (2005), em estudo sobre a relação entre autoestima e comportamentos externalizantes, tais como o antissocial, apresentaram diferentes pontos de vista. Por um lado, os autores apontam uma relação entre baixa autoestima e comportamento antissocial, por outro, assinalam possível associação entre altos níveis de autoestima e atividades criminosas. Entretanto, essa última estaria mais relacionada ao construto de narcisismo. Estudo com adolescentes autores de ato infracional (Silva, 2002) revelou bons níveis de autoestima nos participantes, sugerindo associação entre autoestima e delinquência juvenil. Porém, os dados

desse estudo, ao se comparar G1 e G2, indicaram que níveis mais altos de autoestima se mostraram significativamente associados à desistência de comportamentos antissociais.

De acordo com Trzesniewski, Donnellan e Robins (2003), a autoestima é considerada um dos principais fatores associados a resultados positivos na adolescência e na vida adulta. Além disso, a autoestima relaciona-se com o desenvolvimento do auto-conceito. Conforme a “*General Strain Theory*” (GST), proposta por Agnew e White (1992), exibir bons níveis nessas variáveis contribui para a forma como o adolescente irá enfrentar as situações de tensão. De forma oposta, sentimentos de inferioridade e insegurança, surgidos muitas vezes de situações de tensão, motivariam comportamentos antissociais (Donnellan et al., 2005). Assim, pode-se considerar a hipótese de que bons níveis de autoestima permitem ao jovem ter mais confiança em si mesmo, possuindo mais segurança para efetuar mudanças em sua trajetória.

Quanto ao uso de drogas, o grupo dos jovens que continuaram a cometer delitos após a internação na FASE mostrou níveis mais altos quando comparado ao grupo que desistiu dos comportamentos antissociais. Outros estudos que investigaram trajetórias de jovens infratores também encontraram associação entre o uso de drogas e o comportamento delitivo (Mason & Windle, 2002; Nijhof et al., 2011; Park et al., 2010).

De acordo com Horney et al. (1995), os indivíduos estão mais propensos a cometer crimes quando estão sob o efeito de drogas. Wainer (2006) corrobora essa ideia mencionando que a relação entre o consumo de drogas e a infração juvenil é preocupante porque há uma maior probabilidade de que jovens usuários de drogas se envolvam em um novo delito e, ao reincidir, enfrentem consequências mais graves. Conforme Horney et al. (1995), a relação entre essas duas variáveis é espúria e não causal, ou seja, um fator acaba por estimular a ocorrência do outro formando um ciclo incessante. Assim, o adolescente envolver-se-ia cada vez mais no mundo do crime e das drogas (Wainer, 2006). A partir dos resultados do presente estudo, percebe-se que, além de relacionado à delinquência juvenil, o uso de drogas pode dificultar o distanciamento de uma trajetória delitiva.

Assim, verifica-se que, embora as variáveis contextuais sejam importantes no desenvolvimento de trajetórias de comportamentos antissociais, o que já vem sendo tratado por muitos estudos da área (Apel & Burrow, 2011; Assis et al., 2009; Paton et al., 2009), as variáveis pessoais parecem apresentar um papel mais significativo na modificação dessas trajetórias.

Considerações Finais

O objetivo desse estudo foi analisar as diferentes trajetórias encontradas em uma amostra de adolescentes autores de ato infracional. Os resultados mostraram que 24 participantes (17%) alcançaram trajetórias positivas após a internação na FASE, sendo elas trabalho, estudo ou inserção em curso profissionalizante. Em contrapartida, 22 (15%) adolescentes retornaram para o sistema socioeducativo ou prisional, devido à reincidência. Destaca-se, no entanto, que não foi possível obter dados a respeito da trajetória de 54 participantes, devido à perda de contato com os mesmos. Quanto às variáveis investigadas, observou-se diferença significativa entre os grupos quanto a duas variáveis pessoais, autoestima e uso de drogas. O grupo de adolescentes que estava trabalhando ou estudando apresentou níveis mais elevados em relação à autoestima e níveis mais baixos de uso de drogas.

Algumas limitações do presente estudo devem ser apontadas. Uma das limitações foi referente ao pequeno número de adolescentes acessados na segunda coleta de dados, tendo em vista a dificuldade em localizar participantes que já não se encontravam mais em medida fechada. Análises mais robustas poderiam ser utilizadas com uma amostra maior em T2. Assim, para suprir essa limitação, novos estudos devem contar com amostras maiores desde a primeira coleta de dados, visto que sempre existem perdas em estudos longitudinais (Lee et al., 2009), especialmente junto a essa população estudada. Embora a realidade do sistema socioeducativo apresente um número bastante superior de meninos cumprindo medida em comparação às meninas (ANCED/Fórum DCA, 2004), outra limitação desse estudo foi a pequena quantidade de meninas, impossibilitando a avaliação de trajetórias de acordo com o sexo. Esse estudo teve como limitação, também, o fato de ter acessado somente as percepções dos adolescentes em conflito com a lei. Investigar a percepção de outras fontes, tais como familiares e profissionais, permitiria uma triangulação dos dados, conferindo ao estudo maior validade ecológica.

Ressalta-se, a partir dos resultados encontrados, a importância das variáveis pessoais no que concerne à desistência do comportamento antissocial, sendo necessário que projetos de intervenção, assim como políticas públicas direcionadas a esta população possam contemplar esses aspectos. No intuito de auxiliar na desistência de tal comportamento após cumprimento de medida em meio fechado, alguns autores destacam a importância de programas de intervenção junto ao jovem em conflito com a lei quando este retorna para a comunidade. Abrams e Snyder (2010) mencionam a relevância de uma abordagem ecológica, por

compreender todos os contextos em que se desenvolvem os jovens, incluindo aspectos como a família, a comunidade e a cultura (Frias-Armenta, Lopez-Escobar, & Diaz-Mendez, 2003). As teorias que orientam as intervenções atuais baseiam-se principalmente em uma abordagem individual e em intervenções familiares. A abordagem individual mostra-se importante principalmente por tratar de questões cruciais como a dependência química, além de outros transtornos mentais e de características de personalidade (Abrams & Snyder, 2010). Moffitt (2006), baseada em seu modelo, menciona que as intervenções para aqueles jovens com características persistentes deveriam ocorrer desde a infância, pois envolveria fatores como os apontados pelo presente estudo – a autoestima dos adolescentes. Portanto, propostas de intervenção junto a essa população devem considerar tanto variáveis contextuais como variáveis pessoais.

Assim, observa-se a necessidade de estudos que façam um monitoramento das trajetórias destes jovens, de forma que se possam obter estatísticas mais verídicas, sendo possível avaliar a eficácia dos atendimentos e das políticas públicas destinadas a essa população, além da necessidade de programas de acompanhamento ao jovem, quando do retorno para a comunidade. Programas de ressocialização com características diversificadas para essa população devem ser pensados, visto que, dos 46 adolescentes egressos acessados na segunda coleta, apenas nove estavam inseridos no POD. Talvez outros programas de acompanhamento aos egressos possam ser pensados para que um número maior de jovens possa ser beneficiado. Zapata (2010) ressalta que é importante perceber que muitos adolescentes tiveram socialização insuficiente dentro do núcleo familiar, dificultando que, logo de início, enfrentem com êxito a tarefa que lhes é imposta, a de aprendizado. Por isso, é necessário um trabalho pedagógico diferenciado. Programas descentralizados poderiam ter maior impacto sobre os egressos, visto que estariam dentro da própria comunidade onde vivem, oferecendo uma alternativa às atividades em que estavam habituados a se inserir, tais como o tráfico de drogas. Dessa forma, destaca-se a importância de esforços conjuntos, que envolvam as famílias, os profissionais da área de educação e saúde e os órgãos responsáveis pela execução das medidas socioeducativas, além de toda a sociedade, no sentido de oferecer alternativas mais adequadas ao desenvolvimento de nossos jovens.

CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da presente tese foi avaliar características pessoais e contextuais de adolescentes em conflito com a lei que cumpriam medida socioeducativa em regime de internação. Para isso, foram realizados três estudos empíricos. O primeiro revelou o perfil dos participantes, os quais estavam cumprindo medida na FASE-RS. Os dados apontaram para a predominância de adolescentes de cor branca e baixa escolaridade, sendo que a maioria morava com a mãe e os irmãos, porém apenas 28,7% dos jovens moravam com o pai. Os três atos infracionais mais cometidos pelos jovens foram assalto, tráfico de drogas e homicídio. Quanto ao uso de drogas, a maioria dos adolescentes possuía algum familiar e/ou algum amigo usuário de drogas. As drogas mais utilizadas pelos participantes foram o álcool, o cigarro e a maconha, apresentando idades de início bastante precoces. Dessa forma, foi observado que o uso de substâncias psicoativas caracterizou-se como um fator de risco ao desenvolvimento desses jovens.

O primeiro estudo mostrou ainda que mais da metade dos adolescentes vivenciou experiências estressoras em sua vida, como alguém da casa estar desempregado, um familiar estar ou ter estado preso e a morte de alguém importante. Em contrapartida aos numerosos fatores de risco presentes na trajetória dos participantes, observou-se que eles possuíam boas expectativas de futuro, principalmente quanto a ter uma família, mas baixas expectativas quanto a concluir os estudos. Assim, o estudo identificou a presença de inúmeros fatores de risco nos contextos de inserção desses jovens, especialmente na família, além de destacar o início precoce de uso de drogas, evidenciando a necessidade da constituição de espaços de proteção para o desenvolvimento desses adolescentes.

O segundo estudo ressaltou a questão da exposição dos jovens em conflito com a lei, participantes desse estudo, a fatores considerados de risco para o desenvolvimento. Nesse estudo, o objetivo foi avaliar as variáveis preditoras do comportamento antissocial. Para isso, foram compostos dois grupos de adolescentes: (1) 142 adolescentes em conflito com a lei que cumpriam medida socioeducativa de internação na FASE e (2) 691 estudantes de escolas públicas do sul do Brasil. Foi observada diferença significativa entre os grupos quanto ao comportamento antissocial, à violência intra e extrafamiliar, ao uso de drogas e aos eventos estressores, com médias mais altas entre os adolescentes da FASE. Já as variáveis positivas percepção de relacionamento familiar e expectativas de futuro, que também mostraram diferenças significativas, apresentaram média superior no grupo das escolas. Assim, percebeu-se que o primeiro grupo esteve mais exposto a fatores com potencial para causar

consequências negativas ao desenvolvimento, ao mesmo tempo em que também apresentou uma menor exposição àqueles fatores com potencial de proteção. Apesar de todas as variáveis investigadas terem apresentado correlação significativa com o comportamento antissocial, apenas as variáveis grupo (escolares *versus* conflito com a lei), eventos estressores, sexo e uso de drogas mostraram-se preditores do comportamento antissocial, explicando 66,5% do comportamento avaliado. Por fim, um modelo de mediação mostrou que o uso de drogas não pôde ser explicado por um ambiente desenvolvimental negativo, sugerindo uma possível influência das diferenças individuais que levam ao uso de substâncias. Foi destacada a importância das variáveis individuais e ambientais para a compreensão do comportamento antissocial na adolescência.

O terceiro estudo, por sua vez, ressalta principalmente a importância dos aspectos individuais dos adolescentes em conflito com a lei. Nesse estudo, investigou-se a trajetória dos adolescentes após a internação na FASE, de forma longitudinal. Os participantes foram divididos em quatro grupos: G1: reincidentes (n=22), G2: reinseridos socialmente (n=24), G3: manutenção da situação (n=38) e G4: outras situações (n=59). Na comparação entre G1 e G2, os resultados indicaram que as variáveis contextuais não contribuíram para o seguimento de uma ou outra trajetória, visto que não houve diferença entre os grupos. Quanto às variáveis pessoais, observou-se diferença significativa na autoestima e no uso de drogas. O G2 apresentou níveis mais elevados em relação à autoestima enquanto o G1 apresentou níveis mais altos de uso de drogas. No entanto, não foi possível acompanhar a trajetória de grande parte dos participantes do estudo, evidenciando a necessidade de um monitoramento efetivo dos egressos do sistema socioeducativo, além da necessidade de programas de acompanhamento ao jovem, quando do retorno para a comunidade.

A partir dos resultados dos três estudos pode-se perceber a necessidade e a importância de propostas de intervenção junto a essa população que considerem tanto as variáveis contextuais, tais como a exposição à violência intra e extrafamiliar e aos eventos estressores, quanto as variáveis pessoais, tais como a autoestima e o uso de drogas. Procurando articular os resultados da pesquisa e o trabalho aplicado junto a essa população, foi organizada uma cartilha, com base nos resultados do primeiro estudo, intitulada “Vida de adolescente: Você sabe se proteger? Conhecendo um pouco os adolescentes que vivem em diferentes contextos: Jovens em cumprimento de medida socioeducativa” (Anexo G). O objetivo dessa cartilha foi disponibilizar as informações da pesquisa, tanto para os próprios adolescentes como para profissionais que trabalham nos programas de atendimento, que pudessem gerar possíveis reflexões acerca da realidade que os cerca. A linguagem é de fácil

acesso, com gráficos e desenhos, promovendo o interesse dos adolescentes pelo material. Além disso, sugestões de perguntas são apresentadas ao longo de todos os tópicos de discussão, a fim de estimular a exposição de opiniões no grupo de jovens. As cartilhas foram utilizadas em um Projeto de Extensão, desenvolvido como forma de devolução da pesquisa. Esse Projeto foi feito em módulos dirigidos aos profissionais que trabalham com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, capacitando-os para o uso do material, assim como com os próprios adolescentes, através de grupos de discussão. Nos encontros com os profissionais, os resultados geraram muitas discussões, principalmente relacionadas à dificuldade de articulação com as diversas políticas públicas a que têm direito esses adolescentes. Foi ressaltada, por exemplo, a dificuldade em conseguir vaga em escolas para os jovens que cumprem medida em meio aberto, principalmente pelo fato de geralmente eles não estarem de acordo com a época de matrícula escolar. Assim, percebe-se a necessidade de políticas diferenciadas para que os direitos desses jovens sejam garantidos. Além disso, assuntos como o suicídio alertaram os profissionais sobre a importância de investigar essa temática junto aos jovens. Nos encontros com os adolescentes, esses se mostraram interessados nos resultados, participando ativamente das discussões. A figura apresentada na cartilha sobre a família chamou a atenção deles para o baixo número de jovens que viviam com seu pai. Assim, resultados simples puderam gerar discussões bastante profundas, inclusive sobre o futuro desses adolescentes.

Os estudos que compõem essa tese revelam o risco existente na vida dos jovens em conflito com a lei, tais como exposição à violência, pobre relacionamento familiar, exposição a eventos estressores e drogas, entre outros. Esses fatores contribuem para a formação da personalidade dos jovens e de sua autoestima, assim como na definição das diferentes trajetórias de vida desses adolescentes. Como revelado no terceiro estudo, para os adolescentes participantes dessa pesquisa, a autoestima relacionou-se com a mudança de trajetória, associando-se a situações de reinserção social, como estudo ou trabalho. Feijó e Assis (2004) encontraram, entre as vulnerabilidades presentes na vida dos adolescentes em conflito com a lei, baixo nível de escolaridade, reprovação escolar, ausência do pai e/ou da mãe, exposição à violência e dificuldade de relacionamento do jovem com sua família, resultados também encontrados no presente estudo. De acordo com as autoras, as vulnerabilidades estão associadas a um contexto de exclusão social em que vivem as famílias dos jovens infratores. Na ideia de exclusão inserem-se várias formas de discriminação, levando a um conjunto de vulnerabilidades difíceis de superar. Corroborando essa ideia, Estevam, Coutinho e Araújo (2009) mencionam que, geralmente, antes de conhecerem a

criminalidade, esses adolescentes sobreviviam em situações de extrema carência afetiva, educacional e material.

De acordo com Deperon e Pinho (2012), sem perceber, a própria sociedade contribui para o desenvolvimento de um adolescente em conflito com a lei, no momento em que não se percebe implicada na produção dessa realidade. A sociedade ainda busca medidas repressivas para lidar com a violência e, por isso, não há eficácia ao combate da mesma, já que violência produz violência. Segundo as autoras, a solução parece estar mais pautada sobre a redução da maioridade penal e da construção de mais presídios ao invés de um esforço de toda a sociedade para que crianças e adolescentes não tenham mais seus direitos violados. De acordo com Zapata (2010), no Brasil, pouco se aplica na prevenção do ato infracional, quase nenhuma importância se dá ao acompanhamento em meio aberto e muito se investe na construção de locais de contenção de jovens infratores, desconsiderando-se a excepcionalidade da privação de liberdade. A autora acrescenta ainda que nas sociedades modernas o espírito de vingança continua existindo, ainda que menos evidente.

Os dados dos diversos estudos discutidos ao longo da tese revelam uma trajetória desses adolescentes repleta de violações de direitos. A trajetória de um adolescente autor de ato infracional, analisada por Deperon e Pinho (2012), demonstra os diversos direitos que foram negados ao jovem ao longo de seu desenvolvimento, tais como o direito de ser criado no seio de sua família, levando-o a viver nas ruas. A partir de violações como essa, os jovens ficam expostos a vários outros fatores de risco, como o uso de drogas e a violência. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) aponta os direitos desses jovens, tais como o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, assim como o direito à convivência familiar e comunitária. Percebe-se, então, uma clara violação de quase todos esses direitos no momento em que um jovem é privado de sua liberdade. As autoras Deperon e Pinho (2012) criticam as condições das instituições de privação de liberdade, mencionando que muitas não providenciam aspectos básicos relacionados à existência dos jovens, como, por exemplo, a documentação civil, sendo esse mais um direito violado. Sobre essas instituições, Zapata (2010) menciona que, durante o cumprimento da medida socioeducativa de internação, o que se espera, mesmo que inconscientemente, é uma mudança de personalidade do jovem para que a liberdade seja conquistada. Conforme Estevam et al. (2009), o que predomina na maioria das práticas destinadas a esses adolescentes é um atendimento que desapropria o jovem de sua autoestima, chamada de “prática estigmatizante”, perpetuando a mesma inacessibilidade aos direitos mais básicos a que estão acostumados no seu cotidiano.

O ECA (1990), em seu artigo 94, aponta obrigações que as entidades que desenvolvem programas de internação devem ter, tais como observar os direitos e as garantias de que são titulares os adolescentes (como direito à saúde e à educação); não restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação; oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos; propiciar escolarização e profissionalização, assim como atividades culturais, esportivas e de lazer. O ECA (1990) aponta ainda uma obrigação dessas instituições que talvez seja a principal delas, preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), instituído nacionalmente através da lei nº 12.594 em 2012, corrobora alguns aspectos do ECA ressaltando, em seu artigo 49, inciso III, o direito do adolescente infrator de ser respeitado em sua personalidade, intimidade, liberdade de pensamento e religião e em todos os direitos não expressamente limitados na sentença. O estudo de Estevam et al. (2009), com 115 adolescentes em conflito com a lei, revelou que as condições em que se encontravam os participantes dentro das instituições de privação de liberdade contribuíam para a criação de uma imagem de ser humano inferior e ameaça à sociedade, contrariando, assim, direitos previstos tanto no ECA como no SINASE. De acordo com Aginsky e Capitão (2008), adolescentes com deficiente acesso às políticas públicas da educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização e trabalho, recebem apoio para a sobrevivência do tráfico de drogas e da criminalidade.

Ashkar e Kenny (2008) revelam que, em sua pesquisa, a experiência de encarceramento para os adolescentes gerou um estado de prontidão para a mudança positiva, mas não conseguiu fornecer-lhes as competências necessárias para realizar e sustentar essa mudança. Entre outros aspectos que contribuíram para esse resultado, os autores citaram a falta de programas de reabilitação. O ECA (1990) assinala, em seu artigo 124, que, entre os direitos do adolescente privado de liberdade, estão o direito a receber escolarização e profissionalização, contribuindo assim para a ressocialização. No Brasil, programas como o POD – explicitado no segundo e no terceiro estudo – contribuem para minimizar os riscos e podem atuar como programas de reabilitação. No entanto, esse programa foi criado apenas no final do ano de 2008, sendo bastante recente. Mesmo com a criação de programas voltados à ressocialização do jovem, torna-se mais difícil converter comportamentos antissociais em comportamentos socialmente adequados quando a própria sociedade os exclui. Portanto, políticas públicas devem envolver também projetos de conscientização, visto que um jovem em conflito com a lei é produto de toda uma sociedade e não só de uma família ou de bairros específicos.

A partir dessas reflexões, algumas regiões do país vêm demonstrando evoluções dentro da justiça. A Justiça Restaurativa (JR), por exemplo, é uma demonstração dessa evolução, já abrangendo diversas cidades em que Núcleos de Justiça Restaurativa foram criados, tais como na cidade de Porto Alegre. A abordagem restaurativa não leva em conta apenas o ato infracional praticado, mas o porquê ele ocorreu e as consequências desse ato para todos envolvidos. Assim, o foco muda do culpado para as consequências da infração. (Aguinsky, & Capitão, 2008; Vieira, 2010). A função da JR não é punir ou estigmatizar e o ato infracional é visto como um sintoma de desarmonia em relacionamentos interpessoais (Vieira, 2010). De acordo com Aguinsky e Capitão (2008), os traços punitivos e assistencialistas das práticas institucionais permanecem presentes na contemporaneidade e fortalecem práticas de violência, como a violência policial. Além disso, as fragilidades do conteúdo ético-pedagógico das medidas de privação de liberdade repercutem em um enfraquecimento de sua resolutividade. Através da JR, buscam-se alternativas de responsabilização, ao invés da simples punição. A JR possibilita o acesso a direitos, estimulando espaços de diálogo em ambientes respeitosos. O SINASE aponta para a prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas. De acordo com Schuch (2008), essa prática é vista como uma modernização da justiça e promoção de uma cultura de paz. Porém, no Brasil, o projeto piloto está em andamento desde 2005, sendo ainda recente. Por isso, fazem-se necessários mais estudos sobre essa temática com o objetivo de difundi-la e torná-la cada vez mais próxima à prática com os adolescentes em conflito com a lei, pois, apesar de existirem ações baseadas na JR, o sistema retributivo, ou seja, o sistema da penalização, ainda prevalece no país.

Um aspecto que chamou a atenção durante a realização do estudo foi o contato com a família. Ao acessar os familiares dos adolescentes que já haviam saído da FASE, através dos contatos telefônicos, percebeu-se o enorme desejo desses em compartilhar as experiências vividas após o período de internação. Muitos se mostraram surpresos com os telefonemas e agradecidos pelo fato de alguém ter lembrado deles. Além disso, as mensagens deixadas ao final dos questionários demonstram o agradecimento dos próprios jovens pelo interesse de alguém em suas experiências. Algumas mensagens que exemplificam esses aspectos são: *“Achei que o questionário foi legal, fez lembrar várias coisas que eu nem lembrava mais, e também achei legal as pessoas que vieram aqui dar este questionário para nós responder, não tiveram medo de nós por nós estar ao qual lugar que estamos”*; *“Eu achei bacana que alguém pense em nós porque nós somos humanos como qualquer outra pessoa e é bom que alguém pergunte de nossa vida, não só nos condenar, errar é humano quem já não errou”*.

Portanto, percebe-se, através das mensagens, o sentimento de exclusão e carência em que essa população e suas famílias vivem.

Outro aspecto importante constatado durante a realização da pesquisa, e que se refere às questões éticas do estudo, foi em relação a comportamentos de extremo risco aos jovens. Após a equipe de pesquisa averiguar a existência de um alto número de tentativas de suicídio em alguns questionários, foram realizados contatos com profissionais das equipes técnicas da FASE. Todavia, a preocupação sobre como esse assunto seria abordado com os jovens foi discutida com as profissionais, visto o caráter de confidencialidade dos dados. O fato que chamou a atenção foi que nenhuma das técnicas tinha conhecimento de tal risco em que se encontravam aqueles jovens, demonstrando a fragilidade dos atendimentos ofertados a essa população, seja por falta de qualificação, seja por falta de recursos humanos.

Assim, percebe-se o quanto a sociedade, as famílias, a justiça e as instituições de cumprimento de medida socioeducativa têm implicação sobre a vida e a trajetória de adolescentes em conflito com a lei. Contudo, cabe ressaltar os aspectos individuais desses jovens, os quais apareceram em destaque nas análises realizadas para a tese. No segundo estudo, um modelo de mediação revelou que, apesar de o uso de drogas se relacionar com os comportamentos antissociais, esse uso não pôde ser atribuído ao ambiente desenvolvimental negativo (soma dos escores de violência intrafamiliar, violência extrafamiliar, percepção do relacionamento familiar e eventos estressores), sugerindo uma possível influência das características individuais que levam ao uso de substâncias, tais como desinibição e impulsividade. No terceiro estudo, os resultados mostraram que, embora as variáveis contextuais sejam importantes no desenvolvimento de trajetórias de comportamentos antissociais, as variáveis pessoais parecem apresentar um papel mais significativo na modificação dessas trajetórias.

Assim, cabe destacar a importância de estudos que investigam características de personalidade dos adolescentes, contribuindo para a compreensão do desenvolvimento de comportamentos de risco. Alguns autores têm adotado uma abordagem neurocomportamental, entendendo que os traços de personalidade surgiriam de diferenças individuais na atividade de sistemas cerebrais (García, 2010). Nesta perspectiva, a hiperatividade de um mesmo sistema neural – o *Behavioral Activation System* (BAS) – está relacionada ao uso de substâncias psicoativas e à psicopatia. Segundo García (2010), o BAS é um sistema neurocomportamental relacionado ao reforço positivo. Em contrapartida, a psicopatia relacionou-se com a hipoatividade do *Behavioral Inhibition System* (BIS), o qual é sensível a sinais de punição e inibe o comportamento que pode levar a resultados negativos ou dolorosos (Carver & White,

1994; García, 2010). O modelo que engloba esses dois sistemas intitula-se *Reinforcement Sensitivity Theory* (RST), criada por Jeffrey Alan Gray (Gray, 1987). Outros autores também destacam a influência de variáveis de personalidade no comportamento infracional, enfatizando também sistemas de reforço (Formiga, Aguiar, & Omar, 2008; Higgins et al., 2011).

Já a questão da influência de fatores biológicos na delinquência juvenil tem sido fonte de debate e polêmica. Goozen e Fairchild (2006) mencionam que poucos estudos têm focado nos fatores neurobiológicos envolvidos no desenvolvimento do comportamento antissocial. Em 1992, Spont já apontava que a função serotoninérgica diminuída contribuiria para desinibir a violência, aumentando a sensibilidade aos estímulos que provocam irritação e agressão. Embasados em diferentes teorias neurobiológicas, Goozen e Fairchild (2006) mencionam que indivíduos agressivos seriam menos sensíveis ao estresse e, conseqüentemente, teriam menos medo. A falta de medo levaria a um comportamento antissocial, pois a pessoa é insensível às conseqüências negativas do seu próprio comportamento ou à experiência de receber punição. Popma e Raine (2006) apresentam um modelo que trata das influências biológicas e ambientais, demonstrando que os dois aspectos de forma interativa predisõem ao comportamento antissocial. Assim, a suscetibilidade genética para comportamento antissocial ficaria latente na ausência de adversidades ambientais, tais como práticas educativas parentais inadequadas e comunidade violenta. Portanto, percebe-se que novos estudos devem focar variáveis tanto biológicas quanto ambientais, dos adolescentes em conflito com a lei, com o objetivo de clarificar a influência desses fatores e auxiliar na criação de programas de intervenção.

Dificuldades e Limitações da Tese

Além das dificuldades explicitadas ao longo dos três estudos, ressalta-se a dificuldade em acessar os adolescentes egressos da FASE. Nem mesmo a instituição em que permaneceram internados possui dados atuais referentes a suas trajetórias, a não ser nos casos em que algum jovem tenha retornado para a instituição. Visto que poucos ingressaram no POD e receberam medida em meio aberto, a maioria dos jovens retorna para a comunidade sem um acompanhamento. Devido à dificuldade em acessá-los após a internação, obteve-se um baixo número de participantes na segunda coleta de dados, não sendo possível realizar análises estatísticas mais robustas para avaliar características longitudinais.

Outra limitação encontrada na realização do estudo foi o baixo nível educacional desses jovens. Muitos deles não atingiram a quinta série do Ensino Fundamental e apresentam

dificuldades de leitura, impossibilitando a compreensão de instrumentos de medida psicológica. Desta forma, pode ter havido um viés nos dados coletados, já que um dos critérios de inclusão na amostra foi ter cursado pelo menos a quinta série. Assim, caso todos os adolescentes que cumpriam medida socioeducativa em regime fechado, na época da coleta de dados, tivessem participado da amostra, talvez índices diferenciados fossem observados.

Sugestões para Futuras Pesquisas

Para a realização de estudos de caráter longitudinal com essa população, sugere-se que um número maior de adolescentes possa ser acessado na primeira coleta de dados, tendo em vista as perdas amostrais que com certeza ocorrem neste contexto. Outro recurso para acessar mais adolescentes seria a utilização de uma metodologia de coleta de dados que envolvesse a heteroaplicação, com a coleta individual de dados realizada através da leitura e preenchimento dos instrumentos pelo pesquisador, permitindo assim que mais adolescentes de escolaridade inferior pudessem participar do estudo.

Além disso, sugere-se a realização de pesquisas que envolvam adolescentes que cumprem medida tanto em meio aberto como em meio fechado, com o objetivo de comparar o perfil desses jovens, podendo-se averiguar se variáveis de risco e de proteção diferem entre eles. Assim, programas de intervenção diferenciados poderiam ser pensados, atendendo às especificidades de cada grupo. Outro aspecto que também pode ser considerado em novas pesquisas é a utilização de metodologias que possibilitem uma triangulação dos dados, acessando não só as percepções dos próprios adolescentes, mas também as percepções dos profissionais que atuam no seu atendimento, assim como de suas famílias, o que aumentaria a validade ecológica dos resultados.

Além disso, pesquisas que avaliem a eficácia dos programas de intervenção já existentes, como o POD, também se fazem necessárias. O ingresso no POD, programa para egressos do estado do Rio Grande do Sul, é opcional. Sendo assim, que tipo de acompanhamento têm aqueles jovens que não ingressam no POD após a internação? Por que não criar um programa de retorno à comunidade que atinja todos os adolescentes em privação de liberdade? Dessa forma, estudos de avaliação de intervenções junto a adolescentes que cumprem medida socioeducativa ou de intervenções junto a adolescentes egressos do sistema socioeducativo também se mostram de extrema importância. A partir desses estudos, outras modalidades de programas, além das já existentes, poderiam ser pensadas e propostas, oferecendo maiores possibilidades para que estes adolescentes de fato possam ser reinseridos na sociedade e seguir uma trajetória de desenvolvimento mais positiva.

Destaca-se também a importância da integração entre pesquisa e prática, de forma que os resultados dos estudos possam contribuir para a formação dos profissionais que atuam no atendimento a adolescentes autores de ato infracional. Acredita-se que essa tese possibilitou, de alguma forma, essa integração entre teoria e prática, na medida em que envolveu uma ampliação de informações acerca do perfil desses jovens, uma maior compreensão sobre os processos relacionados ao comportamento antissocial e suas trajetórias, além de também ter possibilitado uma discussão dos dados com os próprios adolescentes e profissionais.

REFERÊNCIAS

- Abasse, M. L. F., Coimbra, R., Silva, T. C., & Souza, E. R. (2009). Análise epidemiológica da morbimortalidade por suicídio entre adolescentes em Minas Gerais, Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, 14(2), 407-416.
- Abrams, L. S. & Snyder, S. M. (2010). Youth offender reentry: Models for intervention and directions for future inquiry. *Children and Youth Services Review*, 32, 1787-1795.
- Adorno, S. (2010). A violência na sociedade brasileira. Juventude e delinquência como problemas sociais. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, 2(2), 01-11.
- Agnew, R. & White, H. R. (1992). An empirical test of general strain theory. *Criminology*, 30(4), 475-500.
- Agnew, R. (2001). Building on the foundation of general strain theory: Specifying the types of strain most likely to lead to crime and delinquency. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 38(4), 319-361.
- Aguinsky, B. & Capitão, L. (2008). Violência e socioeducação: uma interpelação ética a partir de contribuições da Justiça Restaurativa. *Revista Katálysis*, 11(2), 257-264.
- Almeida, R. O. & Sousa, L. E. E. M. (2010). Liberdade assistida: sócio-educação e punição em conflito. *O público e o privado*, 15, 189-210.
- American Psychiatric Association (APA). (2002). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais*, 4.ed. rev. Porto Alegre: Artmed.
- ANCED, Fórum DCA. (2004). *Relatório sobre a situação dos direitos da criança e do adolescente no Brasil*. Fortaleza, Brasil.
- Anderson, N. L. R. (1999). Perceptions about substance use among male adolescents in juvenile detention. *Western Journal of Nursing Research*, 21(5), 652-672.
- Apel, R. & Burrow, J. D. (2011). Adolescent victimization and violent self-help. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 9(2), 112-133.
- Ashkar, P. J. & Kenny, D. T. (2008). Views from the inside : Young offenders' subjective experiences of incarceration. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 52, 584-597.
- Assis, S. G. & Constantino, P. (2005). Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(1), 81-90.
- Assis, S. G. & Souza, E. R. (1999). Criando Caim e Abel – Pensando a prevenção da infração juvenil. *Ciência e Saúde Coletiva*, 4(1), 131-144.

- Assis, S. G., Avanci, J. Q., Pesce, R. P., & Ximenes, L. F. (2009). Situação de crianças e adolescentes brasileiros em relação à saúde mental e à violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(2), 349-361.
- Avanci, R. C., Pedrão, L. J., & Costa Júnior, M. L. (2005). Perfil do adolescente que tenta suicídio admitido em uma unidade de emergência. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 58(5), 535-539.
- Bahls, S. & Bahls, F. R. C. (2002). Depressão na adolescência: Características clínicas. *Interação em Psicologia*, 6(1), 49-57.
- Barbetta, P. A. (2001). *Estatística aplicada às ciências sociais*. Florianópolis: UFSC.
- Boots, D. P., Wareham, J., & Weir, H. (2011). Gendered perspectives on depression and antisocial behaviors: An extension of the failure model in adolescents. *Criminal Justice and Behavior*, 38(1), 63-84.
- Bordin, I. A. S. & Offord, D. R. (2000). Transtorno da conduta e comportamento antissocial. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 22(Supl II), 12-15.
- Braga, L. L. (2011). *Exposição à violência: Impacto em adolescentes de diferentes contextos*. Unpublished master's thesis. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.
- Branco, B. M., Wagner, A., & Demarchi, K. A. (2008). Adolescentes infratores: Rede social e funcionamento familiar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 125-132.
- Brasil. (1990). Presidência da República. Lei n. 8069 de 13 de jul. de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Brasília, D.F.
- Burt, S. A. & Donnellan, M. B. (2009). Development and validation of the Sub-Types of Antisocial Behavior Questionnaire (STAB). *Aggressive Behavior*, 35, 376-398.
- Carver, C. S. & White, T. L. (1994). Behavioral inhibition, behavioral activation, and affective responses to impending reward and punishment: The BIS/BAS scales. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67(2), 319-333.
- Collins, R. E. (2004). Onset and desistance in criminal careers: Neurobiology and the age-crime relationship. *Journal of Offender Rehabilitation*, 39, 1-19.
- Costa, C. R. B. S. F. & Assis, S. G. (2006). Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicologia & Sociedade*, 18(3), 74-81.
- Davoglio, T. R. & Gauer, G. J. C. (2011). Adolescentes em conflito com a lei: aspectos sociodemográficos de uma amostra em medida socioeducativa com privação de liberdade. *Contextos Clínicos*, 4(1), 42-52.

- Dell’Aglío, D. D., Koller, S. H., Cerqueira-Santos, E., & Colaço, V. F. R. (2011). Revisando o Questionário da Juventude Brasileira: Uma nova proposta. In D. D. Dell’Aglío & S. H. Koller (Eds.), *Adolescência e Juventude: vulnerabilidade e contextos de proteção* (pp. 259-270). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Dell’Aglío, D. D., Santos, S. S., & Borges, J. L. (2004). Infração juvenil feminina: Uma trajetória de abandonos. *Interação em psicologia*, 8(2), 191-198.
- Deperon, R. & Pinho, C. C. M. (2012). Adolescente em conflito com a lei: Vítima e vitimizador. *Psicologia Argumento*, 30(70), 441-451.
- Dodge K. & Gonzales, N. (2009). *Family and peer influences on adolescent behavior and risk-taking*. Paper presented at IOM Committee on the Science of Adolescence Workshop, Washington, DC. Retrieved in Jan 10, 2012, from http://www.iom.edu/~media/Files/Activity%20Files/Children/AdolescenceWS/Commissioned%20Papers/dodge_gonzales_paper.pdf
- Dodge, K. A. & Pettit, G. S. (2003). A biopsychosocial model of the development of chronic conduct problems in adolescence. *Developmental Psychology*, 39(2), 349-371.
- Domburgh, L. V., Loeber, R., Bezemer, D., Stallings, R., & Stouthamer-Loeber, M. (2009). Childhood predictors of desistance and level of persistence in offending in early onset offenders. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 37, 967-980.
- Domingos, B. & Maluf, M. R. (2003). Experiências de perda e de luto em escolares de 13 a 18 anos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 577-589.
- Donnellan, M., Trzesniewski, K., Robins, R., Moffitt, T., & Caspi, A. (2005). Low self-esteem is related to aggression, antisocial behavior, and delinquency. *Psychological Science*, 16(4), 328-335.
- Eizirik, M. & Bergmann, D. S. (2004). Ausência paterna e sua repercussão no desenvolvimento da criança e do adolescente: Um relato de caso. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 26(3), 330-336.
- Estevam, I. D., Coutinho, M. P. L., & Araújo, L. F. (2009). Os desafios da prática socioeducativa de privação de liberdade em adolescentes em conflito com a lei: Ressocialização ou exclusão social? *Psico*, 40(1), 64-72.
- Feijó, M. C. & Assis, S. G. de. (2004). O contexto de exclusão social e de vulnerabilidade de jovens infratores e de suas famílias. *Estudos de Psicologia*, 9(1), 157-166.
- Ferigolo, M., Barbosa, F. S., Arbo, E., Malysz, A. S., Stein, A. T. et al. (2004). Prevalência do consumo de drogas na FEBEM, Porto Alegre. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 26(1), 10-16.

- Formiga, N. S., Aguiar, M., & Omar, A. (2008). Busca de sensação e condutas anti-sociais e delitivas em jovens. *Psicologia Ciência e Profissão*, 28(4), 668-681.
- Fowler, P. P., Tompsett, C. J., Braciszewski, J. M., Jacques-Tiura, A. J., & Baltes, B. 2009. Community violence: A meta-analysis on the effect of exposure and mental health outcomes of children and adolescent. *Development and Psychopathology*, 21, 227–259.
- Frias-Armenta, M., Lopez-Escobar, A. E., & Diaz-Mendez, S. G. (2003). Predictores de la conducta antisocial juvenil: Un modelo ecológico. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 8(1), 15-24.
- Frick, P. J. & Marsee, M. A. (2006). Psychopathy and developmental pathways to antisocial behavior in youth. In C. J. Patrick (Ed.), *Handbook of Psychopathy* (pp. 353-374). New York: The Guilford Press.
- Fukuda, C. C., Brasil, K. T., & Alves, P. B. (2009). Fatores de risco e proteção: considerações sobre gênero. In R. M. C. Libório & S. H. Koller (Ed.), *Adolescência e juventude: Risco e proteção na realidade brasileira* (pp. 107-131). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Furlani, D. D. & Bomfim, Z. A. C. (2010). Juventude e afetividade: Tecendo projetos de vida pela construção dos mapas afetivos. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 50-59.
- Gallo, A. & Williams, L. C. A. (2008). A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. *Cadernos de Pesquisa*, 38 (133), 41-59.
- Gallo, A. E. & Williams, L. C. A. (2005). Adolescentes em conflito com a lei: Uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Psicologia: Teoria e Prática*, 7(1), 81-95.
- Gallo, A. E. (2008). Atuação do psicólogo com adolescentes em conflito com a lei: A experiência do Canadá. *Psicologia em Estudo*, 13(2), 327-334.
- Garbarino, J. (2009). Why are adolescents violent? *Ciência e Saúde Coletiva*, 14(2), 533-538.
- García, J. A. B. (2010). Actividad de los sistemas de aproximación e inhibición conductual y psicopatología. *Anuario de Psicología Clínica y de La Salud*, 6, 61-65.
- Gonçalves, H. S., Borsoi, T. S., Santiago, M. A., Lino, M. V., Lima, I. N. et al. (2008). Problemas da juventude e seus enfrentamentos: Um estudo de representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, 20(2), 217-225.
- Goozen, S. H. M. & Fairchild, G. (2006). Neuroendocrine and neurotransmitter correlates in children with antisocial behavior. *Hormones and Behavior*, 50, 647–654.
- Gray, J. A. (1987). Perspectives on anxiety and impulsivity: A commentary. *Journal of Research in Personality*, 21, 493-509.
- Gröer, M. W., Thomas, S. P., & Schoffner, D. (1992). Adolescence stress and coping: A longitudinal study. *Research in Nursing and Health*, 15(3), 209-217.

- Günther, I. A. & Günther, H. (1998). Brasília pobres, Brasília ricas: perspectivas de futuro entre adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11, 191-207.
- Hein, A. (2004). *Factores de riesgo y delincuencia juvenil: Revisión de la literatura nacional e internacional*. Fundación Paz e Ciudadana. Retrieved in Sep 04, 2010, from http://www.pazciudadana.cl/docs/pub_20090623190509.pdf
- Higgins, G. E., Jennings, W. G., Marcum, C. D., Ricketts, M. L., & Mahoney, M. (2011). Developmental trajectories of nonsocial reinforcement and offending in adolescence and young adulthood: An exploratory study of an understudied part of social learning theory. *Journal of Criminal Justice*, 39, 60–66.
- Hoeve, M., Dubas, J. S., Eichelsheim, V. I., Van der Laan, P. H., Smeenk, W., & Gerris, J. R. M. (2009). The relationship between parenting and delinquency: A meta-analysis. *Journal Abnormal Child Psychology*, 37, 749–775.
- Horney, J. D., Osgood, D. W., & Marshall, I. H. (1995). Criminal careers in the short-term: Intraindividual variability in crime and its relation to local life circumstances. *American Sociological Review*, 60(5), 655–673.
- Hutz, C. S. & Zanon, C. (2011). Revisão da adaptação, validação e normatização da escala de autoestima de Rosenberg. *Avaliação Psicológica*, 10(1), 41-49.
- IBGE. (2010). *Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico*. Retrieved in Sep 09, 2011, from <http://www.ibge.gov.br>.
- Iselin, A.M.R., Mulvey, E. P., Loughran, T. A., Chung, H. L., & Schubert, C. A. (2012). A longitudinal examination of serious adolescent offenders' perceptions of chances for success and engagement in behaviors accomplishing goals. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 40, 237–249.
- Jacobina, O. M. P. & Costa, L. F. (2007). “Para não ser bandido”: Trabalho e adolescentes em conflito com a lei. *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*, 10(2), 95-110.
- Kandel, D. B., Yamaguchi, K., & Chen, K. (1992). Stages of progression in drug involvement from adolescence to adulthood: further evidence for the gateway theory. *Journal of Studies on Alcohol*, 53(5), 447-457.
- Kristensen, C. H., Leon, J. S., D’Incao, D. B., & Dell’Aglia, D. D. (2004). Análise da frequência e do impacto de eventos estressores em uma amostra de adolescentes. *Interação em Psicologia*, 8(1), 45-55.
- Laranjeira, R., Pinsky, I., & Caetano, R. (2007). *I Levantamento nacional sobre os padrões de consumo de álcool na população brasileira*. Brasília: SENAD-Secretaria Nacional Antidrogas.

- Lee, Z., Klaver, J. R., Hart, S. D., Moretti, M. M., & Douglas, K. S. (2009). Short-term stability of psychopathic traits in adolescent offenders. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology, 38*(5), 595–605.
- Libório, R. & Koller, S. H. (2009). *Adolescência e juventude: Risco e proteção na realidade brasileira*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lima, I. M. S. O., Alcântara, M. A. R., Almeida, K. V. D., & Alves, V. S. (2006). Experiências de violência intrafamiliar entre adolescentes em conflito com a lei. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, 16*(2), 16-24.
- Lodewijks, H. P. B., Ruiter, C., & Doreleijers, T. A. H. (2010). The impact of protective factors in desistance from violent reoffending: A study in three samples of adolescent offenders. *Journal of Interpersonal Violence, 25*(3), 568-587.
- Loeber, R. & Dishion, T. (1983). Early predictors of male delinquency: A review. *Psychological Bulletin, 94*, 68-99.
- Maldonado-Molina, M. M., Piquero, A. R., Jennings, W. G., Bird, H., & Canino, G. (2009). Trajectories of delinquency among Puerto Rican children and adolescents at two sites. *Journal of Research in Crime and Delinquency, 46*, 144-182.
- Mason, W. A. & Windle, M. (2002). Reciprocal relations between adolescent substance use and delinquency: a longitudinal latent variable analysis. *Journal of Abnormal Psychology, 111*, 63-76.
- McManus, M., Alessi, N. E., Grapentine, W. L., & Brickman, A. (1984). Psychiatric disturbance in serious delinquents. *Journal of the American Academy of Child Psychiatry, 23*, 602–615.
- Mennis, J. & Harris, P. (2011). Contagion and repeat offending among urban juvenile delinquents. *Journal of Adolescence, 34*, 951–963.
- Minayo, M. C. S. & Deslandes, S. F. (1998). A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. *Cadernos de Saúde Pública, 14*(1) 35-42.
- Moffitt, T. E. (2006). A review of research on the taxonomy of life-course persistent versus adolescence-limited antisocial behavior. In F. T. Cullen, J. P. Wright, & K. R. Blevins (Eds.), *Taking stock: The status of criminological theory – Advances in criminological theory* (pp.277-311). New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers.
- Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review, 100*(4), 674-701.

- Monahan, K. C., Steinberg, L., & Cauffman, E. (2009). Affiliation with antisocial peers, susceptibility to peer influence, and antisocial behavior during the transition to adulthood. *Development Psychology, 45*(6), 1520–1530.
- Morris, R. E., Harrison, E. A., Knox, G. W., Tromanhauser, E., Marquis, D. K. et al. (1995). Health risk correctional behavioral survey from 39 juvenile facilities in the United States. *Journal of Adolescent Health, 17*, 334-344.
- Móscicki, E. K. (1997). Identification of suicide risk factors using epidemiologic studies. *Psychiatric Clinics of North America, 20*(3), 499–517.
- Muller, F., Barboza, P. S., Oliveira, C. C., Santos, R. R. G., & Paludo, S. S. (2009). Perspectivas de adolescentes em conflito com a lei sobre o delito, a medida de internação e as expectativas futuras. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, 1*(1), 70-87.
- Nardi, F. L. & Dell’Aglío, D. D. (2010). Delinquência juvenil: Uma revisão teórica. *Acta Colombiana de Psicologia, 13*(2), 69-77.
- Nardi, F. L. (2010). *Adolescentes em conflito com a lei: percepções sobre família, ato infracional e medida socioeducativa*. Unpublished master’s thesis. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.
- Nascimento, I. P. (2006). Projeto de vida de adolescentes do ensino médio: Um estudo psicossocial sobre suas representações. *Imaginário 12*(12), 55-80
- Neumann, A., Barker, E. D., Koot, H. M., & Maughan, B. (2010). The role of contextual risk, impulsivity, and parental knowledge in the development of adolescent antisocial behavior. *Journal of Abnormal Psychology, 119*(3), 534-545.
- Nijhof, K. S., Vermulst, A., Scholte, R. H. J., Dam, C. V., Veerman, J. W., & Engels, R. C. M. E. (2011). Psychopathic traits of Dutch adolescents in residential care: Identifying subgroups. *Journal of Abnormal Child Psychology, 39*, 59–70.
- Oliveira, C. A. & Costa, A. E. (1997). Categorias de conflitos no cotidiano de adolescentes mineiros. *Psicologia Reflexão e Crítica, 10*(1), 87-104.
- Oliveira, M. B. & Assis, S. G. (1999). Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os “ressocializam”. A perpetuação do descaso. *Cadernos de Saúde Pública, 15*(4), 831-844.
- Oliveira, M. C. S. L., Pinto, R. G., & Souza, A. S. (2003). Perspectivas de futuro entre adolescentes: Universidade, trabalho e relacionamentos na transição para a vida adulta. *Temas em Psicologia, 11*, 16-27.

- Overstreet, S. (2000). Exposure to community violence: Defining the problem and understanding the consequences. *Journal of Child and Family Studies*, 9, 7-25.
- Pacheco, J. & Hutz, C. (2009). Variáveis familiares preditoras do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(2), 213-219.
- Pacheco, J., Alvarenga, P., Reppold, C., Piccinini, C. A., & Hutz, C. S. (2005). Estabilidade do comportamento anti-social na transição da infância para a adolescência: Uma perspectiva desenvolvimentista. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(1), 55-61.
- Pantoja, A. L. N. (2003). “Ser alguém na vida”: Uma análise sócio-antropológica da gravidez/maternidade na adolescência, em Belém do Pará, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, 19(2), 335-343.
- Paredes, E. C. & Pecora, A. R. (2004). Questionando o futuro: As representações sociais de jovens estudantes. *Psicologia: Teoria e Prática*, 6(3), 49-65.
- Park, N. S., Lee, B. S., Sun, F., Vazsonyi, A. T., & Bolland, J. M. (2010). Pathways and predictors of antisocial behaviors in African American adolescents from poor neighborhoods. *Children and Youth Services Review*, 32, 409–415.
- Paton, J., Crouch, W., & Camic, P. (2009). Young offenders' experiences of traumatic life events: A qualitative investigation. *Clinical Child Psychology Psychiatry*, 14(1), 43-62.
- Patterson, G., Reid, J., & Dishion, T. (1992). *Antisocial boys*. E.U.A.: Castalia Publishing Company.
- Patton, L. H. (1995). Adolescent substance abuse: Risk factors and protective factors. *Pediatric Clinics of North America*, 42(2), 283-293.
- Pereira, S. E. F. N. & Sudbrack, M. F. O. (2008). Drogadição e atos infracionais na voz do adolescente em conflito com a lei. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2), 151-159.
- Pesce, R. (2009). Violência familiar e comportamento agressivo e transgressor na infância: Uma revisão da literatura. *Ciência e Saúde Coletiva*, 14(2), 507-518.
- Pinho, S. R., Dunningham, W., Aguiar, W. M., Filho, A. S. A., Guimarães, K., Guimarães, K., Almeida, T. R. P., & Dunningham, V. A. (2006). Morbidade psiquiátrica entre adolescentes em conflito com a lei. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 55(2), 126-130.
- Popma, A. & Raine, A. (2006). Will future forensic assessment be neurobiologic? *Child & Adolescent Psychiatric Clinics of North America*, 15, 429-444.
- Priuli, R. M. A. & Moraes, M. S. (2007). Adolescentes em conflito com a lei. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(5), 1185-1192.

- Rigoni, M., Oliveira, M., Moraes, J., & Zambom, L. F. (2007). O consumo de maconha na adolescência e o prejuízo nas funções cognitivas. *Psicologia em Estudo, Maringá, 12*(2), 267-275.
- Rosenberg, M. (1989). *Society and the adolescent self-image*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Sá, D. G. F., Curto, B. M., Bordin, I. A. S., & Paula, C. S. (2009). Exposição à violência como risco para o surgimento ou a continuidade de comportamento antissocial em adolescentes da região metropolitana de São Paulo. *Psicologia: Teoria e Prática, 11*(1), 179-188.
- Sapienza, G. & Pedromônico, M. R. M. (2005). Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. *Psicologia em Estudo, 10*(2), 209-216.
- Schenker, M. & Minayo, M. C. S. (2005). Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. *Ciência & Saúde Coletiva, 10*, 707-717.
- Schuch, P. (2008). Tecnologias da não-violência e modernização da justiça no Brasil: O caso da justiça restaurativa. *Civitas, 8*(3), 498-520.
- Secretaria de Direitos Humanos (2010). *Gangues, gênero e juventudes: Donas de rocha e sujeitos cabulosos*. Brasília/DF.
- Silva, D. F. M. (2002). *O desenvolvimento das trajetórias do comportamento delinqüente em adolescentes infratores*. Unpublished doctoral dissertation, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Silva, E. R. A. & Guerresi, S. (2003). *Adolescentes em conflito com a lei: Situação do atendimento institucional no Brasil*. Brasília. Retrieved in Sep 04, 2011, from http://www.cibera.de/fulltext/4/4698/pub/td/2003/td_0979.pdf
- Spoont, M. R. (1992). Modulatory role of serotonin in neural information processing: implications for human psychopathology. *Psychological Bulletin, 112*, 330–350.
- Steinberg, L. (1999). *Adolescence* (5th ed.). Boston: McGraw-Hill College.
- Steinberg, L., Catalano, R., & Dooley, D. (1981). Economic antecedents of child abuse and neglect. *Child Development, 52*(3), 975-985.
- Tavares, B. F., Beria, J. U., & Lima, M. S. (2004). Fatores associados ao uso de drogas entre adolescentes escolares. *Revista de Saúde Pública, 38*(6), 787-796.
- Taylor, J., Malone, S., Iacono, W. G., & McGue, M. (2002). Development of substance dependence in two delinquency subgroups and nondelinquents from a male twin sample. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry, 41*, 386-93.

- Toro, D. C., Paniagua, R. E., González, C. M., & Montoya, B. (2009). Caracterización de adolescentes escolarizados con riesgo de suicidio, Medellín, 2006. *Revista da Faculdade Nacional de Salud Pública*, 27(3), 302-308.
- Trzesniewski, K., Donnellan, M., & Robins, R. (2003). Stability of self-esteem across the life span. *Journal of Personality and Social Psychology*, 84(1), 205–220.
- Vazsonyi, A. & Flannery, D. (1997). Early adolescent delinquent behavior: associations with family and school domains. *Journal of Early Adolescence*, 17(3), 271-293.
- Vermeiren, R. (2003). Psychopathology and delinquency in adolescents: a descriptive and developmental perspective. *Clinical Psychology Review*, 23, 277–318.
- Vieira, T. B. (2010). *Justiça Restaurativa: Uma nova forma de se pensar a justiça. Da teoria à realidade*. In Escola da Defensoria Pública do Estado (EDEPE) (Ed.), Edição Especial da Revista da Defensoria Pública: Direito da Criança e do Adolescente. Retrieved in Sep 10, 2012, from http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/0/Edepe_Revista.pdf
- Wagner, M. & Oliveira, M. (2007). Habilidades sociais e abuso de drogas em adolescentes. *Psicologia Clinica*, 19(2), 101-116.
- Wainer, F. W. (2006). *Prevención social del delito: Pautas para una intervención temprana en niños y jóvenes*. Fundación Hanns Seidel Stiftung & Fundación Paz e Ciudadana. Retrieved in Aug 28, 2010, from http://www.pazciudadana.cl/docs/pub_20090618132605.pdf
- Warr, M. (1998). Life-course transitions and desistance from crime. *Criminology*, 36(2), 183–216.
- Zapata, F. B. (2010). *Internação: Medida socioeducativa? Reflexões sobre a socioeducação associada à privação de liberdade*. In Escola da Defensoria Pública do Estado (EDEPE) (Ed.), Edição Especial da Revista da Defensoria Pública: Direito da Criança e do Adolescente. Retrieved in Sep 10, 2012, from http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/0/Edepe_Revista.pdf

Anexo A

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

REGISTRO NUMERO: 2009060

PROTOCOLO DE PESQUISA Nº 2009060

Título do Projeto:

Adolescência em Diferentes Contextos: Família e Institucionalização

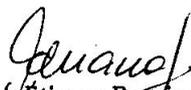
Pesquisador(es):

Débora Dalbosco Dell Aglio

Cristina Benites Tronco

Juliana Burges Sbicigo

O projeto atende aos requisitos necessários. Está **aprovado** pelo CEP-Psicologia por estar adequado ética e metodologicamente e de acordo com a Resolução nº196/96 e complementares do CONEP e Resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia. Eventos adversos e eventuais ementas ou modificações no protocolo de pesquisa devem ser comunicadas a este Comitê. Devem também ser apresentados anualmente relatórios ao Comitê, inicialmente em 07/01/2011, bem como ao término do estudo.

Aprovado, em 07/01/2010.

Comitê de Ética em Pesquisa
Registro 25000.089325/2006/58
Instituto de Psicologia - UFRGS

Anexo B

Termo de Concordância da Instituição

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – PPG PSICOLOGIA
TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO**À Direção da Instituição** _____

Através de um Projeto de Pesquisa desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência (NEPA/UFRGS) estamos investigando a presença de fatores de risco e de proteção em adolescentes. A participação dos jovens consistirá em responder a um questionário de, em média, 60 minutos. O questionário abordará aspectos sociodemográficos, assim como aqueles relacionados à educação, saúde (incluindo sexualidade e drogas), humor, trabalho, violência, rede de apoio social, autoestima e autoeficácia.

A aplicação do questionário será realizada nas dependências físicas da instituição e será solicitada a concordância na participação da pesquisa, sendo tomados todos os cuidados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações. Os participantes serão informados de que sua participação no estudo é voluntária e poderá ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo ou punição. A qualquer momento, tanto os participantes, como a instituição, poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a esse estudo. Os dados obtidos através do questionário serão guardados no Instituto de Psicologia da UFRGS e destruídos após o período de cinco anos.

Na eventualidade de detectarmos sinais de risco físico ou psicológico nos participantes do estudo, será feito contato com a instituição ou profissional responsável para o encaminhamento das observações. Haverá uma devolução dos resultados finais do estudo, de forma coletiva.

Agradecemos sua colaboração e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. A pesquisadora responsável por esta pesquisa é a Prof^a Dra. Débora Dalbosco Dell’Aglío e os dados serão coletados pela Psicóloga Fernanda Lüdke Nardi, doutoranda do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da UFRGS. Caso queiram contatar com nossa equipe, isto poderá ser feito pelo telefone (51)3308-5253. Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS, fone (51) 3308-5441, e-mail: cep-psico@ufrgs.br

Concordamos que os adolescentes desta instituição participem desta pesquisa.

Data: ___/___/_____

Anexo C

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos Pais ou Responsáveis

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
 INSTITUTO DE PSICOLOGIA – PPG PSICOLOGIA
 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aos Senhores Pais ou Responsáveis

Estamos realizando uma pesquisa que analisa a presença de fatores de risco e de proteção em adolescentes. A participação do seu filho consistirá em responder a um questionário durante, em média, 60 minutos. O questionário tratará de aspectos sociodemográficos, assim como aqueles relacionados à educação, saúde (incluindo sexualidade e drogas), humor, trabalho, lazer, violência, rede de apoio social, religiosidade, autoestima e autoeficácia.

Serão tomados todos os cuidados para garantir sigilo e confidencialidade dos dados. As informações obtidas através dos questionários serão analisadas para que se possa, no futuro, auxiliar os adolescentes. Os dados obtidos através dos questionários serão guardados no Instituto de Psicologia da UFRGS e destruídos após o período de cinco anos. A participação de seu filho é voluntária, podendo ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo ou punição. É possível que algumas questões relacionadas a experiências de vida possam desencadear sentimentos desagradáveis. Se isso ocorrer, será realizado um intervalo ou a interrupção da entrevista. Caso seja necessário, o adolescente será encaminhado para algum serviço que ofereça atendimento psicológico. Não há nenhuma forma de compensação financeira decorrente da participação neste projeto. A sua colaboração é muito importante. A pesquisadora responsável pelo estudo é a Profa. Débora Dalbosco Dell’Aglío e a coleta de dados será realizada pela psicóloga Fernanda Lüdke Nardi. Desde já, agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos através do telefone 33085253. Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS, localizado na rua Ramiro Barcelos, 2600, Bairro Santana, Porto Alegre, fone (51) 3308-5066, e-mail: cep-psico@ufrgs.br

Autorização: Eu _____ (nome do responsável pelo participante) fui informada dos objetivos e da justificativa desta pesquisa, sobre fatores de proteção e de risco em adolescentes, de forma clara e detalhada. Recebi informações sobre cada procedimento, dos riscos previstos e benefícios esperados. Terei liberdade de retirar o consentimento de participação na pesquisa, em qualquer momento do processo. Ao assinar este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os meus direitos legais serão garantidos e não renuncio a quaisquer direitos legais. Ao assinar este Termo, dou meu consentimento livre e esclarecido, concordando que meu filho participe desse estudo.

Autorizo a participação de meu filho neste estudo ()sim ()não

 Assinatura do responsável

Data __/__/__

 Assinatura da Pesquisadora do NEPA/UFRGS

Data __/__/__

Anexo D

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos Adolescentes

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
 INSTITUTO DE PSICOLOGIA – PPG PSICOLOGIA
 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aos Adolescentes

Estamos realizando uma pesquisa sobre a presença de fatores de risco e de proteção em adolescentes. Sua participação consistirá em responder a um questionário, durante o tempo de 60 minutos aproximadamente. O questionário tratará de aspectos sobre sua idade, com quem mora, sua escolaridade, saúde (incluindo sexualidade e drogas), estado de humor, trabalho, lazer, violência, religiosidade, autoestima, entre outras coisas.

Serão tomados todos os cuidados para garantir sigilo e confidencialidade dos dados. As informações obtidas através do questionário serão analisadas para que se possa, no futuro, auxiliar outros adolescentes. Os dados obtidos através das entrevistas e do teste serão guardados no Instituto de Psicologia da UFRGS e destruídos após o período de cinco anos. Sua participação é voluntária, podendo ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo ou punição. É possível que algumas questões relacionadas a experiências de vida possam causar sentimentos desagradáveis. Se isso ocorrer, você poderá solicitar para realizar um intervalo ou interromper a entrevista. Caso seja necessário, você poderá ser encaminhado para algum serviço que ofereça atendimento psicológico.

Você responderá ao questionário na própria instituição onde está sendo contatado. Não há nenhuma forma de compensação financeira por participar deste projeto. A sua colaboração é muito importante. A pesquisadora responsável pelo estudo é a Profa. Débora DalboscoDell’Aglío e a coleta de dados será realizada pela psicóloga Fernanda Lüdke Nardi. Desde já, agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos através do telefone 33085253. Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS, localizado na rua Ramiro Barcelos, 2600, Bairro Santana, Porto Alegre, fone (51) 3308-5066, e-mail: cep-psico@ufrgs.br

Autorização:

Eu _____ (nome do participante) fui informado dos objetivos e da justificativa desta pesquisa de forma clara e detalhada. Recebi informações sobre cada procedimento, dos riscos previstos e benefícios esperados. Terei liberdade de retirar o consentimento de participação na pesquisa em qualquer momento do processo. Ao assinar este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os meus direitos legais serão garantidos e não renuncio a quaisquer direitos legais. Ao assinar este Termo, dou meu consentimento livre e esclarecido, concordando em participar deste estudo.

 Assinatura do participante

 Data __/__/__

 Assinatura da Pesquisadora do NEPA/UFRGS

 Data __/__/__

Anexo E

QUESTIONÁRIO JUVENTUDE BRASILEIRA

Código: _____ Data: ___/___/___ Essola: _____ Turma: _____

Bairro onde mora: _____ Cidade: _____ Estado: _____

1. Sexo: a. () Masculino b. () Feminino

2. Idade: _____ anos

3. Data de nascimento: ___/___/_____

4. Cor:

a. () Branca

b. () Negra

c. () Parda

d. () Amarela

e. () Indígena

5. Estado civil:

a. () Solteiro

b. () Casado

c. () Mora junto

d. () Separado/divorciado

e. () Viúvo

f. () Outros: _____

6. Com quem você mora? (Marque mais de uma resposta se for o caso)

a. () Pai

b. () Mãe

c. () Padrasto

d. () Madrasta

e. () Irmãos

f. () Avô

g. () Avó

h. () Tios

i. () Pais adotivos

j. () Filho(s)

k. () Companheiro(a)

l. () Outros: _____

7. Quantas pessoas moram na sua casa incluindo você? _____

Quantos têm: até 5 anos _____

entre 6 e 14 anos _____

entre 15 e 24 anos _____

acima de 25 anos _____

8. Quem são as pessoas que mais contribuem para o sustento na sua casa?

a. () Você mesmo

b. () Outros: Quem? _____

9. Qual o total da renda mensal familiar do seu domicílio? Em média R\$ _____ () não sabe

10. Marque na tabela quais os itens que você possui na sua casa e quantos:

		Sim	Não	Quantos?
a	Banheiro			
b	Quartos			
c	Aparelho de vídeo cassete ou dvd			
d	TV a cores			
e	Rádio/aparelho de som			
f	Máquina de lavar roupa			
g	Geladeira			
h	Computador			
i	Aspirador de pó			
j	Empregada (doméstica/mensalista)			

11. Você ou sua família recebe algum tipo de bolsa ou auxílio (bolsa escola, bolsa alimentação, etc.)?

- a. () Não b. () Sim. c. Que tipo? (Marque mais de uma resposta se for o caso)
- a. () Bolsa família
 b. () Bolsa de estudo
 c. () Pró-Jovem
 d. () PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
 e. () Outra _____

12. Qual é o grau de instrução de seu pai e da sua mãe? Marque com X:

		Pai	Mãe
a	Analfabeto		
b	Sabe ler, mas não foi à escola		
c	Fundamental incompleto (1º grau)		
d	Fundamental completo (1º grau)		
e	Médio incompleto (2º grau)		
f	Médio completo (2º grau)		
g	Superior incompleto (universitário)		
h	Superior completo (universitário)		
i	Pós-Graduação		
j	Não sei		

13. Sua escola é...?

- a. () Pública
 b. () Particular

14. Em qual série/etapa/ano escolar você está? _____

15. Qual o turno em que você frequenta a escola?

- a. () Manhã
 b. () Tarde
 c. () Integral
 d. () Noite

16. Você já foi reprovado?

- a. () Não
 b. () Sim c. Quantas vezes? _____

17. Você já foi expulso de alguma escola?

- a. () Não
 b. () Sim c. Quantas vezes? _____
 d. Por quê? () Brigas () Faltas () Outro: _____

18. Por favor, marque com X no número que corresponde a sua opinião sobre as seguintes afirmativas:

- ①Discordo totalmente
 ②Discordo um pouco
 ③Não concordo nem discordo
 ④Concordo um pouco
 ⑤Concordo totalmente

a	Eu me sinto bem quando estou na escola	① ② ③ ④ ⑤
b	Gosto de ir para a escola	① ② ③ ④ ⑤
c	Gosto da maioria dos meus professores	① ② ③ ④ ⑤
d	Quero continuar meus estudos nessa escola	① ② ③ ④ ⑤
e	Posso contar com meus professores	① ② ③ ④ ⑤
f	Posso contar com técnicos da escola (orientador, coordenador)	① ② ③ ④ ⑤
g	Confio nos colegas da escola	① ② ③ ④ ⑤

19. Marque com um X TODAS as opções a seguir que estão relacionadas com a sua situação de trabalho remunerado:

a	<input type="checkbox"/> Nunca trabalhei
b	<input type="checkbox"/> Já trabalhei mas não trabalho atualmente
c	<input type="checkbox"/> Estou trabalhando
d	<input type="checkbox"/> Estou procurando trabalho
e	<input type="checkbox"/> Não estou procurando trabalho
f	<input type="checkbox"/> Trabalho em comércio (em loja, mercados, etc.)
g	<input type="checkbox"/> Trabalho na rua (vendendo coisas, reciclagem, catação, engraxate, vigiando ou limpando carros)
h	<input type="checkbox"/> Trabalho em casa (cuidado de crianças, limpando, passando, etc)
i	<input type="checkbox"/> Trabalho na agricultura, pecuária ou pesca
j	<input type="checkbox"/> Trabalho na área administrativa (<i>office-boy</i> , secretária, informática, etc.)
k	<input type="checkbox"/> Trabalho em indústria/fábrica
l	<input type="checkbox"/> Trabalho em outros lugares: _____
m	<input type="checkbox"/> Trabalho com carteira assinada
n	<input type="checkbox"/> Não trabalho com carteira assinada

20. Você alguma vez já teve que parar de estudar para trabalhar?

- a. Não
 b. Sim.

21. Se você trabalha atualmente:

- a. Qual a sua renda mensal média proveniente de seu trabalho atualmente? _____ reais
 b. Quantas horas por dia você dedica ao trabalho? _____ horas

22. Você tem alguma doença crônica (diabetes, AIDS, câncer, insuficiência renal, outra)?

- a. Não
 b. Sim Qual? _____

23. Você tem algum problema mental/psicológico ou dos nervos?

- a. Não
 b. Sim c. Qual? _____
 d. Você já procurou algum tipo de auxílio/tratamento? ()sim ()não

24. Você tem algum tipo de deficiência:

- a. Não
 b. Sim () Visual () Auditiva () Física () Outra Qual? _____

25. Qual o serviço de assistência à saúde você recorre? (pode marcar mais de um)

- a. SUS – Sistema Único de Saúde
 b. Plano de Saúde
 c. Atendimento Particular
 d. Outros

26. Com que frequência acessa o serviço de saúde?

- a. Não tenho acesso aos serviços de saúde
- b. De uma a três vezes por mês
- c. Uma vez por mês
- d. De 2 a 4 vezes a cada seis meses
- e. Uma vez a cada seis meses
- f. Uma vez ao ano

27. Você participa de alguma das atividades abaixo? (Marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. Grêmios estudantil ou diretório acadêmico
- b. Grupo de escoteiros ou bandeirantes
- c. Grupo ou movimentos religiosos
- d. Grupos musicais (coral, bandas, etc.)
- e. Grupo de dança, teatro ou arte
- f. Grupos ou movimentos políticos
- g. Grupo de trabalho voluntário
- h. Equipe esportiva

28. Com relação à sua religião/doutrina/crença, você se considera: (Marque mais de uma se for o caso)

- a. Não acredito em Deus (ateu)
- b. Sem religião (mas acredito em Deus)
- c. Católico
- d. Protestante
- e. Evangélica
- f. Espírita
- g. Umbandista
- h. Candomblé
- i. Outro _____

29. Por favor, marque com X no número que mais corresponde a sua opinião sobre as seguintes afirmativas:

- ① Nunca
- ② Quase nunca
- ③ Às vezes
- ④ Quase sempre
- ⑤ Sempre

a	A religião/espiritualidade tem sido importante para a minha vida	① ② ③ ④ ⑤
b	Costumo freqüentar encontros, cultos ou rituais religiosos	① ② ③ ④ ⑤
c	Costumo fazer orações no dia-a-dia	① ② ③ ④ ⑤
d	Costumo ler livros sagrados no dia-a-dia (Bíblia, Alcorão, etc.)	① ② ③ ④ ⑤
e	Costumo agradecer a Deus pelo que acontece comigo	① ② ③ ④ ⑤
f	Peço ajuda a Deus para resolver meus problemas	① ② ③ ④ ⑤
g	Costumo fazer orações quando estou em momentos difíceis	① ② ③ ④ ⑤
h	Busco ajuda da minha instituição religiosa (igreja, templo, etc.) quando estou em dificuldades	① ② ③ ④ ⑤
i	Sigo recomendações religiosas na minha vida diária	① ② ③ ④ ⑤

30. Agora vamos falar um pouco das suas relações com a família, especialmente entre você e seus pais (mãe, madrasta, pai, padrasto, ou outras pessoas que cuidam ou cuidaram de você).

Ao responder estas questões, pense em diferentes momentos que a sua família passou e nas diferentes pessoas com quem você mora/morou.

- ①Discordo totalmente
 ②Discordo um pouco
 ③Não concordo nem discordo
 ④Concordo um pouco
 ⑤Concordo totalmente

a	Costumamos conversar sobre problemas da nossa família	① ② ③ ④ ⑤
b	Meus pais raramente me criticam	① ② ③ ④ ⑤
c	Raramente ocorrem brigas na minha família	① ② ③ ④ ⑤
d	Quando estou com problemas, posso contar com a ajuda dos meus pais	① ② ③ ④ ⑤
e	Sinto que sou amado e tratado de forma especial pelos meus pais	① ② ③ ④ ⑤
f	Meus pais em geral sabem onde eu estou	① ② ③ ④ ⑤
g	Nunca sou humilhado por meus pais	① ② ③ ④ ⑤
h	Meus pais raramente brigam entre eles	① ② ③ ④ ⑤
i	Meus pais dão atenção ao que eu penso e ao que eu sinto	① ② ③ ④ ⑤
j	Meus pais conhecem meus amigos	① ② ③ ④ ⑤
k	Eu me sinto aceito pelos meus pais	① ② ③ ④ ⑤
l	Meus pais me ajudam quando eu preciso de dinheiro, comida ou roupa	① ② ③ ④ ⑤
m	Costumo conversar com meus pais sobre decisões que preciso tomar	① ② ③ ④ ⑤
n	Meus pais sabem com quem eu ando	① ② ③ ④ ⑤
o	Eu me sinto seguro com meus pais	① ② ③ ④ ⑤

31. Identifique situações que VOCÊ já viveu COM SUA FAMÍLIA, relacionadas aos eventos na coluna 1 e a seguir responda às questões:

Tipo de situação	A. Já aconteceu?	B. Em geral, com que frequência esta situação acontecia?	C. Em geral, o quão ruim foi para você esta situação?	D. Indique quem fez isto com mais frequência?
a) Ameaça ou humilhação	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> nunca <input type="checkbox"/> quase nunca <input type="checkbox"/> às vezes <input type="checkbox"/> quase sempre <input type="checkbox"/> sempre	<input type="checkbox"/> nada ruim <input type="checkbox"/> um pouco ruim <input type="checkbox"/> mais/menos ruim <input type="checkbox"/> muito ruim <input type="checkbox"/> horrível	A <input type="checkbox"/> mãe B <input type="checkbox"/> madrasta C <input type="checkbox"/> pai D <input type="checkbox"/> padrasto E <input type="checkbox"/> irmãos F <input type="checkbox"/> avós G <input type="checkbox"/> outros: _____
b) Soco ou surra	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> nunca <input type="checkbox"/> quase nunca <input type="checkbox"/> às vezes <input type="checkbox"/> quase sempre <input type="checkbox"/> sempre	<input type="checkbox"/> nada ruim <input type="checkbox"/> um pouco ruim <input type="checkbox"/> mais/menos ruim <input type="checkbox"/> muito ruim <input type="checkbox"/> horrível	A <input type="checkbox"/> mãe B <input type="checkbox"/> madrasta C <input type="checkbox"/> pai D <input type="checkbox"/> padrasto E <input type="checkbox"/> irmãos F <input type="checkbox"/> avós G <input type="checkbox"/> outros: _____
c) Agressão com objeto (madeira, cinto, fio, cigarro, etc.)	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> nunca <input type="checkbox"/> quase nunca <input type="checkbox"/> às vezes <input type="checkbox"/> quase sempre <input type="checkbox"/> sempre	<input type="checkbox"/> nada ruim <input type="checkbox"/> um pouco ruim <input type="checkbox"/> mais/menos ruim <input type="checkbox"/> muito ruim <input type="checkbox"/> horrível	A <input type="checkbox"/> mãe B <input type="checkbox"/> madrasta C <input type="checkbox"/> pai D <input type="checkbox"/> padrasto E <input type="checkbox"/> irmãos F <input type="checkbox"/> avós G <input type="checkbox"/> outros: _____
d) Mexeu no meu corpo contra a minha vontade	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> nunca <input type="checkbox"/> quase nunca <input type="checkbox"/> às vezes <input type="checkbox"/> quase sempre <input type="checkbox"/> sempre	<input type="checkbox"/> nada ruim <input type="checkbox"/> um pouco ruim <input type="checkbox"/> mais/menos ruim <input type="checkbox"/> muito ruim <input type="checkbox"/> horrível	A <input type="checkbox"/> mãe B <input type="checkbox"/> madrasta C <input type="checkbox"/> pai D <input type="checkbox"/> padrasto E <input type="checkbox"/> irmãos

				F <input type="checkbox"/> avós G <input type="checkbox"/> outros: _____
e) Relação sexual forçada	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> nunca <input type="checkbox"/> quase nunca <input type="checkbox"/> às vezes <input type="checkbox"/> quase sempre <input type="checkbox"/> sempre	<input type="checkbox"/> nada ruim <input type="checkbox"/> um pouco ruim <input type="checkbox"/> mais/menos ruim <input type="checkbox"/> muito ruim <input type="checkbox"/> horrível	A <input type="checkbox"/> mãe B <input type="checkbox"/> madrasta C <input type="checkbox"/> pai D <input type="checkbox"/> padrasto E <input type="checkbox"/> irmãos F <input type="checkbox"/> avós G <input type="checkbox"/> outros: _____

32. Você tem algum amigo próximo que usa drogas?

- a. () Não b. () Sim. () drogas lícitas (bebida alcoólica, cigarro)
() drogas ilícitas (*crack*, cocaína, cola, etc)

33. Você tem algum familiar que usa drogas?

- a. () Não b. () Sim. () drogas lícitas (bebida alcoólica, cigarro)
() drogas ilícitas (*crack*, cocaína, cola, etc)

34. Quanto a você, responda às questões abaixo:

	Tipo	Já experimentou ao menos uma vez na vida?	Que idade você tinha quando usou pela 1ª vez?
A	Bebida alcoólica	a. () Não b. () Sim	
B	Cigarro comum	a. () Não b. () Sim	
C	Maconha	a. () Não b. () Sim	
D	Cola, solventes, <i>thinner</i> , lança-perfume, acetona	a. () Não b. () Sim	
E	Cocaína	a. () Não b. () Sim	
F	<i>Crack</i>	a. () Não b. () Sim	
G	<i>Ecstasy</i>	a. () Não b. () Sim	
H	Remédio para emagrecer sem receita médica	a. () Não b. () Sim	
I	Anabolizante	a. () Não b. () Sim	
J	Remédio para “ficar doidão”	a. () Não b. () Sim	
K	Chá para “ficar doidão”	a. () Não b. () Sim	
L	Outra _____	a. () Não b. () Sim	

35. Se você nunca experimentou drogas pule para a questão 41. Se você já experimentou, responda qual foi a primeira droga que você usou? _____

36. Caso você já tenha experimentado alguma droga, responda às questões abaixo:

	Tipo	Usou no ÚLTIMO ANO?	Usou no ÚLTIMO MÊS? Marque com um X			
			Não usou no último mês	Usou menos de 1 vez por semana	Usou de 1 a 4 vezes/semana	Usou 5 ou mais vezes/semana
a	Bebida alcoólica	a. () Não b. () Sim				
b	Cigarro comum	a. () Não b. () Sim				
c	Maconha	a. () Não b. () Sim				
d	Cola, solventes, lança-perfume, <i>thinner</i> , acetona	a. () Não b. () Sim				
e	Cocaína	a. () Não b. () Sim				
f	<i>Crack</i>	a. () Não b. () Sim				
g	<i>Ecstasy</i>	a. () Não b. () Sim				
h	Remédio para emagrecer sem receita médica	a. () Não b. () Sim				

i	Anabolizante	a. () Não b. () Sim			
j	Remédio para “ficar doidão”	a. () Não b. () Sim			
k	Chá para “ficar doidão”	a. () Não b. () Sim			
l	Outra: _____	a. () Não b. () Sim			

37. Se você consome drogas, você o faz quando: (Marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. () Está sozinho
- b. () Está com amigos
- c. () Está com algum familiar
- d. () Está com o(a) namorado(a)
- e. () Outros. Quem? _____

38. Você já **pensou** em parar de usar alguma droga?

- a. () Não (pule para a questão 41)
- b. () Sim

39. Já **tentou** (de fato) parar de usar alguma substância?

- a. () Nunca tentei parar, pois nunca usei nenhuma substância regularmente
- b. () Nunca tentei parar, apesar de usar ou já ter usado regularmente alguma substância
- c. () Sim, já tentei parar (então preencha a tabela abaixo)

	A – Tentou parar	B – Conseguiu parar de usar
1. Álcool	A () Não B () Sim	A () Não B () Sim C () Parou por um tempo e depois voltou
2. Tabaco	A () Não B () Sim	A () Não B () Sim C () Parou por um tempo e depois voltou
3. Solventes	A () Não B () Sim	A () Não B () Sim C () Parou por um tempo e depois voltou
4. Maconha	A () Não B () Sim	A () Não B () Sim C () Parou por um tempo e depois voltou
5. Cocaína	A () Não B () Sim	A () Não B () Sim C () Parou por um tempo e depois voltou
6. Crack	A () Não B () Sim	A () Não B () Sim C () Parou por um tempo e depois voltou
7.Outra: _____	A () Não B () Sim	A () Não B () Sim C () Parou por um tempo e depois voltou

40. Se você já tentou parar de usar drogas, alguém ajudou você nesta tentativa? (Marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. () Tentei sozinho
- b. () Tentei com um amigo/grupo de amigos
- c. () Alguém da igreja
- d. () Alguém de escola
- e. () Alguém do hospital, posto de saúde ou comunidade terapêutica
- f. () Alguém da família
- g. () Outros _____

41. Onde você obtém informações sobre sexo? Marque com um X no número que correspondente a frequência:

- ① Nunca
 ② Quase nunca
 ③ Às vezes
 ④ Quase sempre
 ⑤ Sempre

a	Família	① ② ③ ④ ⑤
b	Amigos	① ② ③ ④ ⑤
c	Escola (professores, funcionários, coordenadores diretores, etc.)	① ② ③ ④ ⑤
d	Líderes religiosos (padre, pastor, pai de santo, etc.)	① ② ③ ④ ⑤
e	Organização não governamental (ONG)	① ② ③ ④ ⑤
f	Televisão	① ② ③ ④ ⑤
g	Internet	① ② ③ ④ ⑤
h	Rádio	① ② ③ ④ ⑤
i	Jornal, revista ou livro	① ② ③ ④ ⑤

42. Você já teve relações sexuais (transou) alguma vez?

a. Não (pule para a questão 62)

b. Sim

c. Quantos anos você tinha “na primeira vez”? _____ anos

d. Quantos anos o(a) parceiro(a) tinha? _____ anos Não sei

e. Com quem foi? Namorado(a) Vizinho(a) Parente. Qual? _____

Outro _____

f. A primeira relação sexual foi desejada foi forçada

43. Você já transou com:

a. Meninas/mulheres

b. Meninos/homens

c. Ambos sexos

44. NO ÚLTIMO ANO, nas suas transas, você teve: (Marque mais de uma resposta se for o caso)

a. Parceiro(a) FIXO(a) [namorado(a), companheiro(a), esposa/marido]

Quantos ___namorado(a) ___companheiro(a) ___esposa/marido

b. Parceiro(a) NÃO-FIXO(a) Quantos(as): _____

45. NO ÚLTIMO ANO, com que frequência você ou seu parceiro usou camisinha?

a. Nunca

b. Poucas vezes

c. Muitas vezes, mas não em todas

d. Sempre (pule para a questão 47)

46. NO ÚLTIMO ANO, nas vezes em que você NÃO USOU camisinha, por que motivo você não usou? (Marque mais de uma resposta se for o caso)

a. Não tinha camisinha

b. Não tinha dinheiro para comprar

c. Não gosto

d. Camisinha machuca/incomoda

e. Não acho que seja importante

f. Não lembrei de colocar

g. Estava sob efeito de álcool

h. Estava sob efeito de drogas

i. Meu parceiro(a) não aceita

j. Porque confio no meu parceiro(a)

k. Porque usa anticoncepcional (pílula)

l. Outro motivo: _____

47. NO ÚLTIMO ANO, nas vezes em que você USOU camisinha, por que motivo você usou? (Marque mais de 1 se for o caso)

- a. Para evitar doenças
- b. Para evitar AIDS
- c. Para evitar gravidez
- d. Porque o (a) parceiro (a) exigiu
- e. Porque é importante usar
- f. Porque dizem que é bom usar
- g. Porque é mais limpo (higiene)
- h. Não sei
- i. Outros: _____

48. Atualmente, você possui algum parceiro FIXO [namorado(a), companheiro(a), esposa/marido]:

- a. Não
- b. Sim

49. Na última vez que você transou, você ou seu parceiro(a) usou camisinha?

Com parceiro FIXO (namorado(a), companheiro(a), esposa/marido) Com parceiros NÃO-FIXOS

- | | |
|--|--|
| a. <input type="checkbox"/> Não | a. <input type="checkbox"/> Não |
| b. <input type="checkbox"/> Sim | b. <input type="checkbox"/> Sim |
| c. <input type="checkbox"/> Não lembra | c. <input type="checkbox"/> Não lembra |

50. No ÚLTIMO MÊS, você carregou camisinha com você alguma vez?

- a. Não
- b. Sim Quantos dias você carregou camisinha com você? _____

51. Onde você costuma pegar camisinha? (Marque mais de 1 se for o caso)

- a. Não costumo pegar camisinha
- b. Busco/recebo na Rede/SUS
- c. Compro na farmácia/supermercado
- d. Compro de vendedores ambulantes
- e. Busco/recebo em instituições ou ONGs
- g. Ganho de conhecidos ou amigos
- h. Troco por objetos/favores

52. Você já teve alguma Doença Sexualmente Transmissível/DST (doença que se pega através de sexo e pode gerar corrimento, coceira, ardência ou feridas nos órgãos sexuais)?

- a. Não
- b. Sim Quantas vezes? _____ Quais doenças? _____
- c. Não sabe

53. Alguma vez você já fez sexo em troca de dinheiro, favores ou vantagens?

- a. Não (pule para questão 54)
- b. Sim

Em geral, com que frequência você faz/fazia sexo em troca de dinheiro, favor ou vantagem?(Resposta única)

- ___ vezes por semana
- ___ vezes por mês
- ___ vezes por ano
- ___ vezes na vida

54. Nas vezes em que você fez sexo por dinheiro, favor ou vantagem, com que frequência você usou camisinha?

- a. Nunca
- b. Poucas vezes

- c. () Muitas vezes, mas não em todas
d. () Sempre

55. Você usa algum método para evitar gravidez?

- a. () Não
b. () Sim Quais? Marque mais de uma resposta se precisar.
a. () Camisinha
b. () Coito interrompido (interromper a transa antes do orgasmo masculino)
c. () Pílula anticoncepcional
d. () Injeção/implante/adesivo
e. () Tabela / ritmo / calendário
f. () DIU
g. () Outro: _____

56. Onde você/sua parceira costuma obter anticoncepcionais? (Marque mais de 1 se for o caso)

- a. () Não costumo obter anticoncepcionais
b. () Busca/recebe na Rede/SUS
c. () Compra na farmácia
d. () Compra de vendedores ambulantes
e. () Busca/recebe em instituições para meninos(as) em situação de rua
f. () Busca/recebe em ONG
g. () Ganha de conhecidos
h. () Troca por objetos/favores
i. () Outros: _____
j. () Não sabe

57. Você já engravidou alguém/esteve grávida?

- a. () Não (pule para a questão 61)
b. () Sim c. Quantas vezes? _____
d. Que idade tinha quando engravidou/ficou grávida na primeira vez? _____
e. A sua gravidez foi desejada? a. () Não b. () Sim
f. Quantos filhos(as) vivos(as) você tem? _____
g. Com quantas pessoas você já teve filho? _____

58. Alguma das situações abaixo ocorreu com você em consequência da PRIMEIRA gravidez? (+ de 1 resposta)

- a. () Interrompeu os estudos
b. () Casou ou foi morar junto com o pai/mãe da criança
c. () Precisou começar a trabalhar
d. () Precisou parar de trabalhar
e. () Família não aceitou a gravidez
f. () Família ou parceiro(a) sugeriu fazer aborto
g. () Parou de fumar
h. () Parou de usar drogas
i. () Não precisou mais ter que cuidar dos irmãos menores
j. () Passou a ser mais respeitada(o) dentro de casa
l. () Terminou o namoro/relação

59. Durante a ÚLTIMA gravidez, você/sua parceira fizeram algum exame médico para acompanhar a gravidez?

- a. () Não
b. () Sim Quantas vezes? _____
c. () Não sabe

60. Com quem moram seus filhos hoje? (Marque mais de uma resposta se for o caso) (Escreva o número de filhos)

- a. () Com ambos os pais _____
b. () Apenas comigo _____

- c. () Apenas com o pai/mãe _____
- d. () Avós paternos _____
- e. () Avós maternos _____
- f. () Outro parente _____
- g. () Abrigos _____
- h. () Família adotiva _____
- i. () Na rua _____
- j. () Não sei _____
61. Você/sua parceira já teve algum aborto?
- a. () Não sabe
- b. () Não
- c. () Sim Quantas vezes? _____ Natural _____ Provocado

62. Identifique situações que você já viveu FORA DE CASA, na coluna 1 e a seguir responda às questões:

Tipo de situação	A. Já aconteceu?	B. Em geral, com que frequência esta situação acontecia?	C. Em geral, o quão ruim foi para você esta situação?	D. Indique quem fez isto com mais frequência?
a) Ameaça ou humilhação	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① nunca ② quase nunca ③ às vezes ④ quase sempre ⑤ sempre	① nada ruim ② um pouco ruim ③ mais/menos ruim ④ muito ruim ⑤ horrível	A <input type="checkbox"/> amigos B <input type="checkbox"/> colegas de escola C <input type="checkbox"/> vizinhos D <input type="checkbox"/> professores/monitores E <input type="checkbox"/> policiais F <input type="checkbox"/> desconhecidos G <input type="checkbox"/> outros: _____
b) Soco ou surra	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① nunca ② quase nunca ③ às vezes ④ quase sempre ⑤ sempre	① nada ruim ② um pouco ruim ③ mais/menos ruim ④ muito ruim ⑤ horrível	A <input type="checkbox"/> amigos B <input type="checkbox"/> colegas de escola C <input type="checkbox"/> vizinhos D <input type="checkbox"/> professores/monitores E <input type="checkbox"/> policiais F <input type="checkbox"/> desconhecidos G <input type="checkbox"/> outros: _____
c) Agressão com objeto (madeira, cinto, fio, cigarro, etc.)	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① nunca ② quase nunca ③ às vezes ④ quase sempre ⑤ sempre	① nada ruim ② um pouco ruim ③ mais/menos ruim ④ muito ruim ⑤ horrível	A <input type="checkbox"/> amigos B <input type="checkbox"/> colegas de escola C <input type="checkbox"/> vizinhos D <input type="checkbox"/> professores/monitores E <input type="checkbox"/> policiais F <input type="checkbox"/> desconhecidos G <input type="checkbox"/> outros: _____
d) Mexeu no meu corpo contra a minha vontade	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① nunca ② quase nunca ③ às vezes ④ quase sempre ⑤ sempre	① nada ruim ② um pouco ruim ③ mais/menos ruim ④ muito ruim ⑤ horrível	A <input type="checkbox"/> amigos B <input type="checkbox"/> colegas de escola C <input type="checkbox"/> vizinhos D <input type="checkbox"/> professores/monitores E <input type="checkbox"/> policiais F <input type="checkbox"/> desconhecidos G <input type="checkbox"/> outros: _____
e) Relação sexual forçada	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① nunca ② quase nunca ③ às vezes ④ quase sempre ⑤ sempre	① nada ruim ② um pouco ruim ③ mais/menos ruim ④ muito ruim ⑤ horrível	A <input type="checkbox"/> amigos B <input type="checkbox"/> colegas de escola C <input type="checkbox"/> vizinhos D <input type="checkbox"/> professores/monitores E <input type="checkbox"/> policiais F <input type="checkbox"/> desconhecidos G <input type="checkbox"/> outros: _____

63. Dentre os eventos abaixo, indique quais os que já aconteceram em sua vida, e escolha o número que mais representa o quão ruim foi esta situação para você:

- ① Nada Ruim
② Um Pouco Ruim

- ③ Mais ou Menos
 ④ Muito Ruim
 ⑤ Horrível

	A - Já aconteceu?	B – O quão ruim foi?
a) O nível econômico da minha família baixou de uma hora para outra	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
b) Alguém em minha casa está desempregado	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
c) Meus pais se separaram	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
d) Já estive internado em instituição (abrigo, orfanato)	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
e) Já fugi de casa	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
f) Já morei na rua	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
g) Já dormi na rua	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
h) Já trabalhei na rua	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
i.) Alguém da minha família está ou esteve preso	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
j) Sofri algum acidente grave	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
l) Alguém muito importante pra mim faleceu	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
m) Já passei fome	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
n) Meu pai/mãe casou de novo	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
o) Meu pai/minha mãe teve filho com outros parceiros	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
p) Já fui assaltado(a)	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
q) Já cumpri medida socio-educativa sem privação de liberdade	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
r) Já estive privado de liberdade (Instituição fechada)	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
s) Já fui levado para o Conselho Tutelar	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
t) Já tive problemas com a justiça	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
u) Já tive problemas com a polícia	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤

64. Em algum momento da sua vida você já se envolveu em situações ilegais como as citadas abaixo?

Marque todas que já aconteceram:

- a. () Envolvimento em brigas com agressão física/violência contra pessoas
 b. () Destruição de propriedade
 c. () Envolvimento em pichação
 d. () Assaltou alguém
 e. () Roubou algo
 e. () Vendeu drogas
 f. () Outra. Qual? _____

65. Ao longo da vida, sofro ou sofri preconceito:

- ① Nunca
 ② Quase nunca
 ③ Às vezes
 ④ Quase sempre
 ⑤ Sempre

a) Por morar onde moro (bairro, favela)	① ② ③ ④ ⑤
b) Pelo fato de ser homem ou ser mulher	① ② ③ ④ ⑤
c) Pela cor da minha pele	① ② ③ ④ ⑤
d) Por estudar em uma determinada escola	① ② ③ ④ ⑤
e) Por causa do trabalho dos meus pais	① ② ③ ④ ⑤
f) Por causa do meu nível socioeconômico	① ② ③ ④ ⑤
g) Por causa da minha religião	① ② ③ ④ ⑤
h) Por causa da minha aparência física	① ② ③ ④ ⑤
i) Por ser deficiente	① ② ③ ④ ⑤
j) Pelas minhas escolhas sexuais	① ② ③ ④ ⑤
l) Por ter a idade que eu tenho	① ② ③ ④ ⑤
m) Por causa do meu trabalho	① ② ③ ④ ⑤

66. Você já pensou em se matar?

- a. () Não (pule para a questão 69)
 b. () Sim Quantas vezes: _____

67. Você já tentou se matar?

- a. Não
 b. Sim Quantas vezes: _____
 c. Quantos anos você tinha quando tentou se matar pela primeira vez? _____
 d. Quando você tentou se matar, como foi que você fez? (Marque mais de uma resposta se for o caso)
- | | |
|---|--------------------------|
| a. <input type="checkbox"/> Com faca, tesoura, canivete | a1. Quantas vezes: _____ |
| b. <input type="checkbox"/> Com revólver | b1. Quantas vezes: _____ |
| c. <input type="checkbox"/> Enforcado | c1. Quantas vezes: _____ |
| d. <input type="checkbox"/> Com remédios, venenos | d1. Quantas vezes: _____ |
| e. <input type="checkbox"/> Atropelamento | e1. Quantas vezes: _____ |
| f. <input type="checkbox"/> Queda provocada (viadutos, edifícios,...) | f1. Quantas vezes: _____ |
| g. <input type="checkbox"/> Com fogo | g1. Quantas vezes: _____ |
| h. <input type="checkbox"/> Outro: _____ | h1. Quantas vezes: _____ |

68. Marque com um X no número correspondente à sua opinião sobre as seguintes afirmações:

- ① Nunca
 ② Quase nunca
 ③ Às vezes
 ④ Quase sempre
 ⑤ Sempre

a	Eu sinto que pertencço a minha comunidade/bairro	① ② ③ ④ ⑤
b	Eu posso confiar nas pessoas da minha comunidade/bairro	① ② ③ ④ ⑤
c	Eu me sinto seguro na minha comunidade/bairro	① ② ③ ④ ⑤
d	Eu posso contar com meus vizinhos quando preciso deles	① ② ③ ④ ⑤
e	Eu posso contar com alguma organização/instituição comunitária quando preciso	① ② ③ ④ ⑤
f	Minha comunidade tem melhorado nos últimos cinco anos	① ② ③ ④ ⑤

69. O que você costuma fazer quando não está estudando ou trabalhando? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. Praticar esportes
 b. Jogar/brincar
 c. Passear
 d. Assistir TV
 e. Ouvir ou tocar música
 f. Desenhar/pintar/artesanato
 g. Namorar
 i. Descansar
 j. Navegar na Internet
 k. Ir a festas
 l. Cinema ou teatro
 m. Ler livros, revistas ou quadrinhos
 n. Outros _____

70. Você tem (marque todos que se referem a sua situação):

- a. Celular pré-pago
 b. Celular de conta (pós-pago)
 c. Acesso a televisão com canais abertos
 d. Acesso à televisão por assinatura
 e. Acesso à internet. f. Se você tem internet, você acessa a partir de:
- | |
|---|
| a. <input type="checkbox"/> Casa |
| b. <input type="checkbox"/> Escola |
| c. <input type="checkbox"/> Lan House, Cybercafé |
| d. <input type="checkbox"/> Trabalho |
| e. <input type="checkbox"/> Outro local. Qual ? _____ |

71. Com que frequência você utiliza a Internet:

- a. não utilizo

- b. () uma ou duas vezes por mês
 c. () apenas aos finais de semana
 d. () de um a dois dias por semana
 e. () entre três e cinco dias por semana
 f. () todos os dias

72. Em média, quando você se conecta, quanto tempo fica conectado:

- () Não me conecto a Internet
 () Menos de meia hora
 () De meia a uma hora
 () De uma a três horas
 () De três horas a cinco horas
 () Mais de cinco horas

73. Se você usa a Internet, você a utiliza para: (Marque mais de uma resposta se necessário).

- () Me comunicar com as pessoas (*e-mail*, orkut, msn, etc.)
 () Baixar músicas, jogos, filmes
 () Fazer trabalhos da escola
 () Navegar em sites de meu interesse
 () Fazer/escrever blogs
 () Jogar
 () Comprar coisas
 () Outra atividade. Qual? _____

74. Marque com um X no número que corresponde à sua opinião sobre as seguintes afirmações:

- ① Nunca
 ② Quase nunca
 ③ Às vezes
 ④ Quase sempre
 ⑤ Sempre

a	Sinto que sou uma pessoa de valor como as outras pessoas	① ② ③ ④ ⑤
b	Eu sinto vergonha de ser do jeito que sou	① ② ③ ④ ⑤
c	Às vezes, eu penso que não presto para nada	① ② ③ ④ ⑤
d	Sou capaz de fazer tudo tão bem como as outras pessoas	① ② ③ ④ ⑤
e	Levando tudo em conta, eu me sinto um fracasso	① ② ③ ④ ⑤
f	Às vezes, eu me sinto inútil	① ② ③ ④ ⑤
g	Eu acho que tenho muitas boas qualidades	① ② ③ ④ ⑤
h	Eu tenho motivos para me orgulhar na vida	① ② ③ ④ ⑤
i	De modo geral, eu estou satisfeito(a) comigo mesmo(a)	① ② ③ ④ ⑤
j	Eu tenho uma atitude positiva com relação a mim mesmo (a)	① ② ③ ④ ⑤

75. Marque com um X no número que corresponde à sua opinião sobre as seguintes afirmações:

- ① Não é verdade a meu respeito
 ② É dificilmente verdade a meu respeito
 ③ É moderadamente verdade a meu respeito
 ④ É totalmente verdade a meu respeito

a	Se estou com problemas, geralmente encontro uma saída	① ② ③ ④ ⑤
b	Mesmo que alguém se oponha eu encontro maneiras e formas de alcançar o que quero	① ② ③ ④ ⑤
c	Tenho confiança para me sair bem em situações inesperadas	① ② ③ ④ ⑤
d	Eu posso resolver a maioria dos problemas, se fizer o esforço necessário	① ② ③ ④ ⑤
e	Quando eu enfrento um problema, geralmente consigo encontrar diversas soluções	① ② ③ ④ ⑤
f	Consigo sempre resolver os problemas difíceis quando me esforço bastante	① ② ③ ④ ⑤
g	Eu acho que sou capaz de fazer coisas tão bem quanto a maioria das pessoas	① ② ③ ④ ⑤

h	Tenho facilidade para persistir em minhas intenções e alcançar meus objetivos	① ② ③ ④ ⑤
i	Devido às minhas capacidades, sei como lidar com situações imprevistas	① ② ③ ④ ⑤
j	Eu me mantenho calmo mesmo enfrentando dificuldades porque confio na minha capacidade de resolver problemas	① ② ③ ④ ⑤
l	Eu geralmente consigo enfrentar qualquer adversidade.	① ② ③ ④ ⑤

76. Use a seguinte escala para indicar suas chances de:

- ① Muito Baixas
- ② Baixas
- ③ Cerca de 50%
- ④ Altas
- ⑤ Muito Altas

A	Concluir o ensino médio (segundo grau)	① ② ③ ④ ⑤
B	Entrar na Universidade	① ② ③ ④ ⑤
C	Ter um emprego que me garanta boa qualidade de vida	① ② ③ ④ ⑤
D	Ter minha casa própria	① ② ③ ④ ⑤
E	Ter um trabalho que me dará satisfação	① ② ③ ④ ⑤
F	Ter uma família	① ② ③ ④ ⑤
G	Ser saudável a maior parte do tempo	① ② ③ ④ ⑤
H	Ser respeitado na minha comunidade	① ② ③ ④ ⑤
I	Ter amigos que me darão apoio	① ② ③ ④ ⑤

77. Neste espaço você pode colocar o que achou deste questionário e/ou mencionar algo que considera importante e/ou que não foi perguntado:

Anexo F

FICHA DE DADOS - FASE

Código: _____ Data: __/__/____

1. Unidade de internação: _____
2. Ato infracional cometido: _____
3. Há quanto tempo está aqui na FASE? _____

4. Tem (ou já teve) irmãos ou irmãs internados na FASE?

- a.()Não b.()Sim

Quantos? _____

5. Recebe visitas da família?

- a.()Não b.()Sim

Quem visita?

- a.()Mãe
 b.()Pai
 c.()Irmão/Irmã
 d.()Vó/Vô
 e.()Tio/Tia
 f.()Outras pessoas. Quem? _____

6. Com que frequência são as visitas?

- a.()Toda semana
 b.()Todo mês
 c.()Algumas vezes por ano
 d.()Raramente

7. Conhece a sua mãe?

- a.() Conheço
 b.() Não conheço
 c.() Conheço, mas não vejo faz tempo
 d.() Ela faleceu

8. Conhece o seu pai?

- a.() Conheço
 b.() Não conheço
 c.() Conheço, mas não vejo faz tempo
 d.() Ele faleceu



VIDA DE ADOLESCENTE: VOCÊ SABE SE PROTEGER?

Conhecendo um pouco os adolescentes
que vivem em diferentes contextos:

Jovens em Cumprimento
de Medida Socioeducativa



Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência
UFRGS - Instituto de Psicologia





COORDENAÇÃO

Dr^a Débora Dalbosco Dell'Aglio – Psicóloga. Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRGS e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência (NEPA)

Ms. Fernanda Lüdke Nardi – Psicóloga. Doutoranda em Psicologia pelo PPG da UFRGS e psicóloga da Prefeitura Municipal de Porto Alegre – FASC (CREAS Restinga/Extremo Sul)

Ms. Josiane Lieberknecht Wathier Abaid – Psicóloga. Doutoranda em Psicologia pelo PPG da UFRGS e docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA)

EQUIPE DE PESQUISA

Bolsistas: Angelita González, Daniele Kindlein Penno, Fernanda Siebert Volpini, Guilherme Jahn, Raquel Henkin

Também colaboraram as psicólogas: Cristina Tronco, Gabriela Itaquy, Juliana Sbicigo, Luciana Cassarino Perez, Luiza L. Braga

APOIO

CNPq e FAPERGS

PROJETO GRÁFICO E IMPRESSÃO

Gráfica da UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às escolas, à Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPERGS), à Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), às instituições de acolhimento e à Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE), que permitiram a coleta de dados do estudo e, principalmente, aos adolescentes que tornaram possíveis a que pudéssemos conhecê-los um pouquinho mais, contribuindo para prevenir e proteger outras pessoas.





APRESENTAÇÃO

Esta cartilha pretende discutir alguns assuntos que fazem parte do dia a dia de jovens, os quais foram tratados na pesquisa *Adolescência em Diferentes Contextos: Família e Institucionalização*, realizada por psicólogas e estudantes do curso de Psicologia da UFRGS em 6 unidades da FASE.

A pesquisa foi feita em 2010, através de um questionário com perguntas sobre família, educação, trabalho, sexualidade, drogas, violência na família e na comunidade, envolvimento em situações ilegais, acontecimentos estressantes, e perspectivas de futuro. Participaram deste estudo adolescentes que vivem com suas famílias, adolescentes que cumprem medida socioeducativa na FASE e adolescentes que estão em acolhimento institucional. Esta cartilha apresenta dados, mais especificamente, de 143 adolescentes, entre 14 e 20 anos, que cumpriam medida socioeducativa em meio fechado, ou seja, internados na FASE. Desses jovens, 128 (89,5%) eram meninos e 15 (10,5%) eram meninas.

Apresentamos aqui alguns resultados que foram mais importantes no estudo e queremos promover discussões sobre esses assuntos, pois eles estão relacionados a direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Complementamos com algumas informações sobre locais onde os jovens podem obter orientações, apoio ou recorrer em casos de violação desses direitos.



FAMÍLIA



De acordo com o ECA, a família deve ser um espaço de proteção e apoio para crianças e adolescentes, mas será que os participantes da pesquisa percebem dessa forma?

A maior parte (67,8%) dos adolescentes disse que pode contar com a ajuda dos seus pais e que se sente seguro (72,7%) com eles. Porém, esses adolescentes já vivenciaram episódios de violência dentro de casa.

Dentro da família dos adolescentes que participaram da pesquisa, 25 (17,5%) já sofreram ameaça ou humilhação, 71 (49,7%) receberam soco ou surra e 50 (35%) já sofreram agressão com algum objeto.

Por que será que isso acontece?

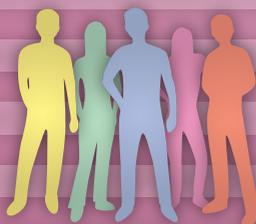
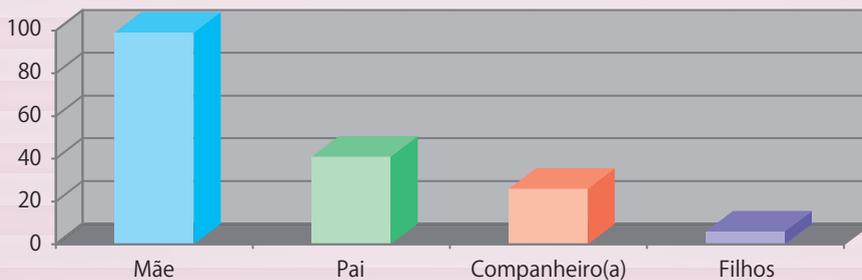
Como poderíamos evitar essa violência dentro de casa?

O que é família?

Atualmente as famílias nem sempre são formadas por pai, mãe e filhos. Às vezes são só a mãe e os filhos ou o pai com os filhos. Em outros casos, os filhos moram com avós ou com tios, e várias outras formas.

Como são as famílias que você conhece?

Vejam, abaixo, os resultados da pesquisa, que mostra, por exemplo, que só 41 adolescentes moram com o pai:





EDUCAÇÃO



Art. 53 do ECA: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.”

Os jovens que cumprem medida em meio fechado estão atentos a esse direito fundamental? Eles compreendem que mais estudo costuma trazer maiores e melhores oportunidades de vida no futuro?

Na verdade os adolescentes que participaram desta pesquisa não acreditam muito que poderiam entrar na universidade ou mesmo concluir o ensino médio.

Por que será?

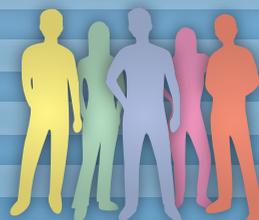
Algumas vezes pode acontecer desses adolescentes se afastarem dos estudos em função do trabalho, devido às suas necessidades e de suas famílias.

Também podem se afastar da escola por envolvimento em atividades ilícitas, como o tráfico de drogas e uso de armas, que podem trazer fama e benefícios imediatos, como o dinheiro. Mas, por outro lado, podem gerar violência e morte.

Esse cenário da vida do crime está associado a índices altos de reprovação e expulsão da escola. Dos jovens dessa pesquisa, 131 (91,6%) já foram reprovados e 45 (31,5%) já foram expulsos da escola.

Diante disso, o que podemos fazer para diminuir esses índices de reprovação e expulsão?

E o que podemos fazer para garantir que nossa escola realmente abra as portas para um emprego e uma renda que nos garantam boa qualidade de vida no futuro?





TRABALHO E PLANOS PARA O FUTURO

Segundo o Artº 60 do ECA, é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

E os adolescentes que cumprem medida já trabalharam em atividades lícitas?

Quando saem da FASE, como é para conseguir um emprego ou estágio?

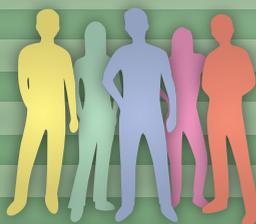
A pesquisa mostrou que:

A maioria (57,4%) dos adolescentes acredita ter chances altas ou muito altas de ter um emprego que garanta boa qualidade de vida

Mas, dos planos para o futuro, em que os adolescentes mais acreditam ter chance de se realizarem são:

- ter uma família;
- ser respeitado na comunidade;
- ser saudável;
- ter casa própria;
- ter amigos que darão apoio.

E qual é o seu plano para o futuro?





SEXUALIDADE

Você ou o seu parceiro usou camisinha no último ano?

A pesquisa perguntou qual a frequência, no último ano, do uso de camisinha durante as relações sexuais.

Apenas 48 (33,6%) dos jovens disseram ter usado sempre, ou seja, em todas as relações sexuais. Isso quer dizer que 66,4% usaram de vez em quando e que 14 (9,8%) adolescentes nunca usaram.

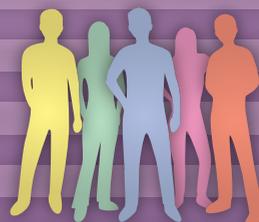
A média de uso frequente de camisinha no Brasil pelos jovens é de 50% nas capitais, ou seja, o resultado entre os adolescentes que cumprem medida está abaixo da média nacional.

Hoje em dia, há diversos programas de televisão voltados para os jovens, campanhas publicitárias falam da importância do uso da camisinha como a forma mais segura para prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), incluindo a AIDS. Algumas famílias conversam com seus filhos e algumas escolas oferecem educação sexual.

Por que será que a maioria dos jovens ainda não usa a camisinha sempre?

Será que meninos e meninas têm os mesmos motivos para não usar sempre a camisinha?

Você sabe que os postos de saúde pertencem ao Sistema Único de Saúde e que em todos é obrigatória a distribuição de preservativos? Quer dizer que você tem o direito de ter acesso a preservativo de graça!





DROGAS



As drogas são um assunto que costuma estar presente nas conversas entre jovens. Normalmente, fala-se mais nas drogas ilegais como maconha, crack, cola e cocaína, mas o cigarro e as bebidas alcoólicas também são drogas!

Você sabia que é proibida a venda de cigarro e bebidas alcoólicas para menores de 18 anos? Será que isso é respeitado?

De acordo com a resposta dos adolescentes desta pesquisa, isso não é muito respeitado, não.

- Desses adolescentes, 104 (72,7%) usava bebida alcoólica antes de entrar para FASE;
- Deles 86 (60,1%) usava cigarro antes de entrar pra FASE.

Estes resultados levantam uma pergunta: como adolescentes têm acesso às drogas, tanto as permitidas quanto as não permitidas, se todas são proibidas para menores?

Outros estudos no Brasil apresentam resultados parecidos, indicando que os jovens, cada vez mais cedo, iniciam o uso de drogas, sendo o cigarro e o álcool a porta de entrada para o uso de outras drogas mais perigosas.

Quanto às drogas ilícitas, os adolescentes responderam que:

- 22 (15,4%) usava cola e solventes antes de entrar pra FASE;
- 25 (17,5%) usava crack antes de entrar pra FASE;
- 66 (46,2%) usava cocaína antes de entrar pra FASE;
- 81 (56,6%) usava maconha antes de entrar pra FASE.

Por que será que esses adolescentes possuem índices tão altos no uso de drogas ilícitas?

Qualquer droga pode deixar o adolescente dependente, ou seja, o jovem pode acabar sendo escravo da droga e se sentir mal quando não usa.

O adolescente, depois de usar droga, pode ter alucinações, ou seja, ver ou ouvir coisas que não existem. Pode ainda esquecer o que aconteceu antes de usar a droga, como no caso do álcool. Além disso, o jovem pode ficar agressivo depois de usar alguma dessas drogas e acabar se envolvendo em brigas.

O que mais pode acontecer com os adolescentes que se envolvem com as drogas?

Como um jovem pode parar de usar drogas?





Ainda sobre as drogas, 77 (53,8%) adolescentes informaram que possuem um familiar que usa drogas e 127 (88,8%) informaram que possuem algum amigo que usa drogas.

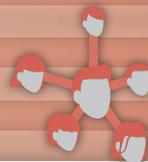
Você possui algum familiar que usa drogas?

E possui algum amigo que usa drogas?

Ter pessoas próximas, como um familiar ou um amigo, que usa drogas pode acabar contribuindo para que o próprio adolescente experimente a droga. E depois de experimentar muitos jovens acabam ficando viciados, ou seja, dependentes daquela droga.

O que podemos fazer para não ser influenciado por outros no uso de drogas?

COMUNIDADE

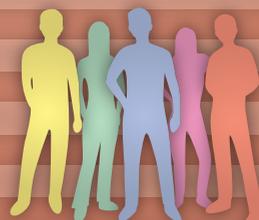


Muitos adolescentes que vivem em determinadas comunidades precisam evitar certas regiões, pois há violência ou inimigos. Isso acaba fazendo com que o adolescente não possa circular a vontade e ir a todos os lugares em que gostaria, ficando mais em casa ou em determinadas ruas de seu bairro.

Como evitar esse risco dentro da própria comunidade? Os participantes do estudo informaram que na sua comunidade:

- 68 (47,6%) já sofreram ameaça ou humilhação;
- 71 (49,7%) já apanharam de soco ou surra;
- 47 (32,9%) já sofreram agressão com objeto.

Por que, hoje em dia, há tanta violência?





SITUAÇÕES ESTRESSANTES



Na vida, passamos por muitos momentos que nos colocam em situações ruins. As situações apontadas pelos adolescentes que cumpriam medida como mais estressantes foram:

- Alguém da casa estar desempregado (73 jovens – 51%)
- Alguém da família estar ou ter sido preso (81 jovens – 56,6%)
- Alguém muito importante ter falecido (107 jovens – 74,8%)

Quando alguém muito importante para nós morre, muitos sentimentos aparecem. Nessas horas, tem adolescente que prefere ficar quieto, chorando, mas sempre é bom poder contar com algum amigo ou com alguém da família, ou até mesmo da escola, para nos ajudar nesse momento tão difícil.

Com quem você pode contar caso precise de ajuda ou precise conversar?

SITUAÇÕES ILEGAIS



A pesquisa tentou saber o que mais leva os adolescentes a cumprirem medida em meio fechado.

- 49 (34,3%) adolescentes cometeram assalto;
- 38 (26,6%) adolescentes estavam envolvidos em tráfico de drogas;
- 21 (14,7%) cometeram homicídio;
- 8 (5,6%) estavam envolvidos em tentativa de homicídio;
- 3 (2,1%) estavam envolvidos em sequestro;
- 9 (6,3%) estavam envolvidos em outros atos infracionais, como furto, porte de arma e roubo.

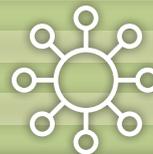
O que leva os adolescentes a cometerem atos tão violentos contra outras pessoas?

O que podemos fazer para evitar que situações como essas ocorram?

Como podemos diminuir o número de adolescentes em cumprimento de medida?



REDE DE APOIO



Como podemos ver, são muitas as situações estressantes que podem fazer parte da vida de qualquer jovem. Por isso, separamos alguns telefones e endereços de locais em Porto Alegre que foram criados, entre diversos objetivos, para ajudar os adolescentes e as suas famílias:

Conselhos Tutelares

Objetivo: Atender crianças e adolescentes, zelar pelos seus direitos e lhes dar proteção integral, além de atender quando existem direitos violados, como em casos de abuso sexual e violência.

Microrregião 01 – Ilhas/Humaitá/ Navegantes

Endereço: Rua Dr. João Inácio, nº 549
Telefone: 3343-0676

Microrregião 02 – Norte/Nordeste

Endereço: Av. Maria Josefa da Fontoura, nº 424
Telefone: 3364-8733

Microrregião 03 – Leste

Endereço: Rua São Felipe, nº 140
Telefone: 3381-5430

Microrregião 04 – Partenon

Endereço: Rua Manoel Vitorino, nº 10
Telefone: 3289-8455

Microrregião 05 – Glória/Cruzeiro/Cristal

Endereço: Av. Moab Caldas, nº 125
Telefone: 3289-8489

Microrregião 06 – Centro Sul/Sul

Endereço: Av. Eduardo Prado, nº 1974
Telefone: 3266-6572

Microrregião 07 – Restinga/Extremo Sul

Endereço: Rua Eugênio Rodrigues, nº 4951
Telefones: 3250-1515 / 3289-8472

Microrregião 08 – Centro

Endereço: Rua Giordano Bruno, nº 335 – Bairro Rio Branco
Telefone: 3226-5788

Microrregião 09 – Lomba do Pinheiro

Endereço: Rua João de Oliveira Remião, nº 5450
Telefone: 3315-4099

Microrregião 10 – Nordeste/Eixo Baltazar

Endereço: Rua Baltazar de Oliveira Garcia, nº 2132
Telefone: 3289-8445

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Objetivo: Atende crianças, adolescentes e adultos para encaminhamentos diversos, como a realização de documentos (carteira de identidade, CPF, título de eleitor, carteira de trabalho), encaminha para emprego, cursos e encaminha para atendimentos na área da saúde. Todos os CRAS realizam o Cadastro único, conhecido como o cadastro para recebimento da renda do programa Bolsa Família. Os CRAS Ampliados possuem diversos serviços socioeducativos como SASE e Trabalho Educativo (esses dois serviços são oficinas socioeducativas e recreativas no turno inverso da escola).

CRAS Ampliado Sul/Centro Sul

Endereço: Rua Arroio Grande, nº 50
Telefones: 3249-4343 / 3242-6225

CRAS Básico Hípica

Endereço: Rua Geraldo Tollens Linck, nº 235
Telefone: 3268-3163

**CRAS Básico Sul**

Endereço: Av. Guarujá, nº 190 (fundos)
Telefone: 3248-7241

CRAS Ampliado Farrapos

Endereço: Rua Maria Trindade, nº 115 – Vila Tecnológica Navegantes
Telefone: 3374-4420

CRAS Básico Ilhas

Endereço: Rua da Cruz, nº 05 – Ilha dos Marinheiros
Telefone: 3203-1583

CRAS Básico Centro

Endereço: Rua dos Andradas, nº 680 – 3º andar
Telefone: 3289-1863

CRAS Ampliado Glória

Endereço: Rua Coronel Neves, nº 555 – Medianeira
Telefone: 3223-5083

CRAS Básico Cristal

Endereço: Rua Curupaiti, nº 27
Telefone: 3242-4930

CRAS Ampliado Norte

Endereço: Rua Paulo Gomes de Oliveira, nº 200 – Sarandi
Telefone: 3364-1194

CRAS Básico Santa Rosa

Endereço: Rua Abelino Nicolau de Almeida, nº 330
Telefone: 3367-6279

CRAS Ampliado Noroeste

Endereço: Rua Irene Caponi Santiago, nº 290 – Vila Floresta
Telefones: 3341-4607 / 3362-3047

CRAS Básico Eixo Baltazar

Endereço: Rua Josefa Barreto, nº 150 – Passo das Pedras – CEVI
Telefone: 3364-1166

CRAS Básico Nordeste

Endereço: Rua Martim Berta, nº 2357
Telefone: 3387-6209

CRAS Básico Timbaúva

Endereço: Rua Irmão Faustino João, nº 89
Telefone: 3366-1011

CRAS Ampliado Leste

Endereço: Rua São Domingos, nº 79 – Vila Bom Jesus
Telefones: 3334-4238 / 3386-7628

CRAS Básico Partenon

Endereço: Rua Barão do Amazonas, nº 1959
Telefone: 3384-2122

CRAS Ampliado Lomba do Pinheiro

Endereço: Rua Jaime Rollemberg de Lima, nº 108 – Vila Mapa
Telefones: 3319-1156 / 3319-3155

CRAS Ampliado Restinga

Endereço: Av. Economista Nilo Wulff, s/nº – Restinga Nova – antigo CECORES
Telefone: 3250-1115

CRAS Básico 5ª Unidade

Endereço: Rua N2, nº 20 – 5ª Unidade – Restinga
Telefone: 3250-8302

CRAS Básico Extremo Sul

Endereço: Rua Gumercindo Oliveira, nº 23 – Loteamento Chapéu do Sol
Telefone: 3346-8709

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

Objetivo: Orientação e apoio especializado e continuado a indivíduos e famílias com seus direitos violados, assim como a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

CREAS Norte/Noroeste

Endereço: Rua Paulo Gomes de Oliveira, nº 200 – Sarandi
Telefone: 3364-6671

CREAS Eixo Baltazar/Nordeste

Endereço: Rua Desidério Severino, nº 227 – Vila Ingá
Telefone: 3344-2364



**CREAS Lomba do Pinheiro**

Endereço: Rua Jaime Rollemberg de Lima,
nº 108 – Vila Mapa
Telefone: 3319-0191

CREAS Leste

Endereço: Rua Porto Seguro, nº 261 – Vila
Ipiranga
Telefone: 3340-4866

CREAS Partenon

Endereço: Rua Everaldo Marques da Silva,
nº 12
Telefones: 3289-4694 / 3289-4695

CREAS Restinga/Extremo Sul

Endereço: Av. Macedônia, nº 1000 - Restinga
Nova
Telefone: 3259-5999

CREAS Sul/Centro Sul

Endereço: Rua Engenheiro Tito Marques
Fernandes, nº 409
Telefone: 3242-2628

CREAS Centro/Ilhas/Humaitá/Navegantes

Endereço: Travessa do Carmo, nº 50
Telefone: 3289-4990

CREAS Glória/Cruzeiro/Cristal

Endereço: Rua Gomes Carneiro, nº 481
Telefones: 3217-5363 / 3219-3496

Departamento Estadual da Criança e do Adolescente (DECA)

Objetivo: Defender os direitos de crianças e adolescentes e apurar crimes cometidos por adolescentes.

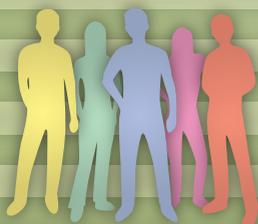
Endereço: Avenida Augusto de Carvalho,
nº 2000

Telefone: 2131-5708

Disque Denúncia de Violência Contra Crianças e Adolescentes

Objetivo: Recebe e encaminha denúncia para acabar com todas as formas de exploração sexual e maus-tratos, desde a responsabilização dos agressores ao atendimento às vítimas.

Telefone: 100





Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência
UFRGS - Instituto de Psicologia

O NEPA funciona na sala 115 do Instituto de Psicologia.

Ramiro Barcelos, nº 2600

Telefone: 3308-5253

E-mail para contato: nepa@ufrgs.br

Site: http://www.psicologia.ufrgs.br/departamentos/depto_desenv/nepa/index.htm

